



ACADEMIA MILITAR

A APLICAÇÃO DE MEIOS DE FISCALIZAÇÃO NÃO INTRUSIVOS NO DOMÍNIO DA ATIVIDADE POLICIAL - OS SISTEMAS DE LEITURA AUTOMÁTICA DE MATRÍCULAS

Autor: Aspirante de Infantaria da GNR João Francisco Fernandes Santos

Orientador: Professora Doutora Paula Sofia de Vasconcelos Casimiro

Coorientador: Major de Infantaria da GNR João Manuel Sena Janeiro

Mestrado Integrado em Ciências Militares, na Especialidade de Segurança

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, setembro de 2019



ACADEMIA MILITAR

A APLICAÇÃO DE MEIOS DE FISCALIZAÇÃO NÃO INTRUSIVOS NO DOMÍNIO DA ATIVIDADE POLICIAL - OS SISTEMAS DE LEITURA AUTOMÁTICA DE MATRÍCULAS

Autor: Aspirante de Infantaria da GNR João Francisco Fernandes Santos

Orientador: Professora Doutora Paula Sofia de Vasconcelos Casimiro

Coorientador: Major de Infantaria da GNR João Manuel Sena Janeiro

Mestrado Integrado em Ciências Militares, na Especialidade de Segurança

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, setembro de 2019

EPÍGRAFE

“Ninguém sofrerá intromissões arbitrárias na sua vida privada, na sua família, no seu domicílio ou na sua correspondência, nem ataques à sua honra e reputação. Contra tais intromissões ou ataques toda a pessoa tem direito a proteção da lei.”
(Artigo 12.º da Declaração Universal dos Direitos Humanos
Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU 1948))

DEDICATÓRIA

À minha família e amigos por todo o apoio e
motivação que me deram ao longo desta longa caminhada.

AGRADECIMENTOS

Nesta fase final deste trabalho de investigação, importa fazer referência e deixar aqui expresso o agradecimento a um conjunto de entidades, sem as quais o presente trabalho não poderia ter sido realizado.

Começo por agradecer à minha orientadora, a Senhora Professora Doutora Sofia de Vasconcelos Casimiro, e ao meu coorientador, o Senhor Major de Infantaria da GNR João Janeiro, não só pelo enorme apoio que me deram desde o início do trabalho, mas sobretudo pelo tempo despendido para me auxiliar e orientar na execução do mesmo.

Ao Senhor Capitão de Infantaria da GNR Eurico Nogueira, por me ter auxiliado na escolha do tema, por se ter disponibilizado para me conceder uma entrevista e para me auxiliar naquilo que fosse necessário durante a elaboração da presente investigação.

Ao Senhor Coronel de Infantaria da GNR João Oliveira, pela disponibilidade para me conceder uma entrevista e pelo enorme apoio e orientação que me concedeu, particularmente no que diz respeito às matérias alvo de análise sobre a proteção de dados.

Ainda relativamente à concessão das entrevistas, deixo aqui também reconhecido o meu profundo agradecimento ao Senhor Coronel de Infantaria da GNR Armando Pereira, ao Senhor Capitão de Infantaria da GNR Ricardo Caiado, ao Senhor Procurador José Freire, à Senhora Dra. Clara Vieira Guerra e ao Senhor Professor Doutor Alexandre Sousa Pinheiro pelo tempo despendido e pela forma como me receberam.

Evidencio ainda aqui o meu agradecimento à Senhora Professora Doutora Ana Romão da Academia Militar pelo apoio e pelo esclarecimento de algumas dúvidas que fui tendo ao longo desta investigação, nomeadamente a nível da metodologia.

Agradeço também, à Direção dos cursos da GNR da Academia Militar por me ter auxiliado na tarefa de contactar algumas das entidades acima referidas para a elaboração das respetivas entrevistas.

Por fim, termino agradecendo aos meus familiares, amigos e camaradas do 24.º Curso de Formação de Oficiais da GNR, pelo enorme apoio e motivação que me deram ao longo da elaboração do presente trabalho.

A todos estes, reitero mais uma
vez o meu profundo obrigado!

João Santos

RESUMO

O presente trabalho de investigação aplicada encontra-se subordinado ao tema “A aplicação de meios de fiscalização não intrusivos no domínio da atividade policial - Os sistemas de leitura automática de matrículas” e tem como objetivo perceber como é que os sistemas de leitura automática de matrículas funcionam e que implicações têm, à luz do novo quadro legal em matéria de proteção de dados pessoais.

Ao nível da metodologia utilizada para a elaboração desta investigação, esta segue essencialmente uma metodologia qualitativa tendo por base sobretudo a análise documental de um conjunto de legislação e de documentos relativos à matéria em estudo, nomeadamente para a realização do enquadramento teórico e da revisão da literatura, bem como a realização de entrevistas a um conjunto de especialistas da temática em questão, tendo a análise de conteúdo das mesmas sido feita com base na proposta sugerida por Guerra (2006).

A investigação encetada permite concluir que a utilização de sistemas de leitura automática de matrículas por parte das Forças de Segurança tem, de facto, implicações legais e pode representar uma ingerência na esfera privada dos cidadãos. Os riscos identificados na utilização destes sistemas poderão ser mitigados através da aplicação de mecanismos rigorosos de controlo e pela aprovação de uma legislação específica que estabeleça o respetivo quadro de utilização, nomeadamente mediante a adoção de soluções tecnológicas que assegurem o respeito de princípios como o da proporcionalidade, por forma a alcançar um ponto de equilíbrio entre o direito à reserva da intimidade da vida privada, o direito à proteção de dados pessoais e o direito à segurança com o intuito de possibilitar a utilização deste meio de fiscalização não intrusivo. Esta investigação permite também concluir que a utilização da tecnologia de leitura automática de matrículas poderá trazer importantes ganhos de eficácia e de eficiência à atividade levada a cabo pelas polícias, contribuindo, por esta forma, não só para a segurança do território nacional, mas também para a segurança do território da União Europeia da qual Portugal é membro integrante.

Palavras – Chave: Tratamento; Sistemas de leitura automática de matrículas; Dados pessoais; Proteção; Informação.

ABSTRACT

The present applied research is subordinated to the theme "The application of non-intrusive means of surveillance in the field of police activity - the automatic number plate recognition systems" and aims to understand how the automatic number plate recognition systems work and what implications they have in the light of the new legal framework for the protection of personal data.

At the level of the methodology used for the elaboration of this research, this essentially follows a qualitative methodology based mainly on the documentary analysis of a set of legislation and documents related to the subject under study, namely for the realization of the theoretical framework and literature review, as well as the interviews which were carried out with a group of specialists in the subject in question, having their content analysis been based on the proposal suggested by Guerra (2006).

The research which was undertaken leads to the conclusion that the use of automatic number plate recognition systems by the Security Forces has, in fact, legal implications and may interfere with the private sphere of the citizens. The risks identified in the usage of such systems may be mitigated through the application of stringent control mechanisms and the enactment of specific legislation that establishes corresponding framework for its usage, with measures such as the adoption of technological solutions that comply with principles like the principle of proportionality, in order to achieve a balance between the right to privacy, the right to the protection of personal data and the right to security with the purpose of enabling the use of this non-intrusive surveillance system. This research also leads to the conclusion that the use of the automatic number plate recognition technology can bring important gains in effectiveness and efficiency to the activity carried out by the police, thus contributing not only to the security of the national territory, but also to the security of the territory of the European Union of which Portugal is a member.

Keywords: Treatment; Automatic number plate recognition systems; Personal data; Protection; Information.

ÍNDICE GERAL

EPÍGRAFE	i
DEDICATÓRIA	ii
AGRADECIMENTOS	iii
RESUMO.....	iv
ABSTRACT	v
ÍNDICE GERAL	vi
ÍNDICE DE QUADROS	ix
LISTA DE APÊNDICES E ANEXOS	x
LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS	xi
INTRODUÇÃO	1
PARTE I_ ENQUADRAMENTO TEÓRICO E REVISÃO DA LITERATURA.....	5
CAPÍTULO 1. PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS	5
1.1. A perspectiva constitucional sobre a proteção de dados pessoais	5
1.2. Dados pessoais_ abordagem conceptual	7
1.3. A Lei de Proteção de Dados Pessoais_ Lei n.º 67/98, de 26 de outubro.....	9
1.4. O novo Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados	10
CAPÍTULO 2. A UTILIZAÇÃO DA TECNOLOGIA ANPR.....	16
2.1. Enquadramento.....	16
2.2. A aplicação dos ANPR no âmbito civil	18
2.3. A GNR e a utilização da tecnologia ANPR	18
CAPÍTULO 3. AS IMPLICAÇÕES LEGAIS DA TECNOLOGIA ANPR.....	21
3.1. A matrícula enquanto dado pessoal.....	21
3.2. A legitimidade da GNR, enquanto instituição pública, para o tratamento de dados pessoais.....	21
3.3. O alcance, do ponto de vista legal, da utilização dos leitores automáticos de matrícula pelas Forças e Serviços de Segurança.....	26
CAPÍTULO 4. CONCLUSÕES PRELIMINARES	31
PARTE II_ TRABALHO DE CAMPO	32
CAPÍTULO 5. METODOLOGIA, MÉTODOS E MATERIAIS UTILIZADOS	32
5.1. A Tipologia de abordagem utilizada	32
5.2. O Método científico utilizado	33

5.3. Modelo de análise.....	34
5.4. As técnicas de recolha de dados	34
5.4.1. A análise documental	35
5.4.2. As entrevistas	36
5.5. Amostragem	37
5.6. As técnicas de tratamento e análise de dados.....	38
5.7. Local e data da execução da recolha de dados	39
CAPÍTULO 6. APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS	40
6.1. Apresentação, análise e discussão dos resultados da questão n.º 1	40
6.2. Apresentação, análise e discussão dos resultados da questão n.º 2.....	41
6.3. Apresentação, análise e discussão dos resultados da questão n.º 3.....	41
6.4. Apresentação, análise e discussão dos resultados da questão n.º 4.....	42
6.5. Apresentação, análise e discussão dos resultados da questão n.º 5.....	42
6.6. Apresentação, análise e discussão dos resultados da questão n.º 6.....	43
6.7. Apresentação, análise e discussão dos resultados da questão n.º 7.....	43
6.8. Apresentação, análise e discussão dos resultados da questão n.º 8.....	44
6.9. Apresentação, análise e discussão dos resultados da questão n.º 9.....	44
6.10. Apresentação, análise e discussão dos resultados da questão n.º 10.....	45
6.11. Apresentação, análise e discussão dos resultados da questão n.º 11	46
6.12. Apresentação, análise e discussão dos resultados da questão n.º 12.....	46
6.13. Apresentação, análise e discussão dos resultados da questão n.º 13.....	48
6.14. Apresentação, análise e discussão dos resultados da questão n.º 14.....	49
6.15. Apresentação, análise e discussão dos resultados da questão n.º 15.....	49
6.16. Apresentação, análise e discussão dos resultados da questão n.º 16.....	50
6.17. Apresentação, análise e discussão dos resultados da questão n.º 17.....	51
6.18. Apresentação, análise e discussão dos resultados da questão n.º 18.....	51
6.19. Apresentação, análise e discussão dos resultados da questão n.º 19.....	52
6.20. Apresentação, análise e discussão dos resultados da questão n.º 20.....	53
6.21. Apresentação, análise e discussão dos resultados da questão n.º 21	53
6.22. Apresentação, análise e discussão dos resultados da questão n.º 22.....	54
6.23. Apresentação, análise e discussão dos resultados da questão n.º 23.....	54
CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	56
Resposta às Perguntas Derivadas	56
Resposta à Pergunta de Partida	60

Confirmação dos Objetivos da Investigação	61
Considerações Finais.....	61
Limitações da Investigação	62
Recomendações quanto a Investigações Futuras	63
REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS	64
Livros, artigos e outros documentos	64
Legislação e outros documentos	65
Webgrafia.....	67
APÊNDICES	I
APÊNDICE A- CARTA DE APRESENTAÇÃO	II
APÊNDICE B- BREVE ENQUADRAMENTO	III
APÊNDICE C- DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO INFORMADO	VI
APÊNDICE D- GUIÃO DE ENTREVISTA	VII
APÊNDICE E- GRUPO, DIA, LOCAL E HORA DAS ENTREVISTAS.....	X
APÊNDICE F- JUSTIFICAÇÃO DA AMOSTRA	XI
APÊNDICE G- CORRELAÇÃO ENTRE OS GRUPOS DE ENTREVISTADOS E AS PERGUNTAS DO GUIÃO DE ENTREVISTA	XII
APÊNDICE H- RELAÇÃO ENTRE AS PERGUNTAS DO GUIÃO E AS PERGUNTAS DE INVESTIGAÇÃO	XIII
APÊNDICE I- ANÁLISE DAS ENTREVISTAS	XIV
ANEXOS	XXXIX
ANEXO A _TRANSCRIÇÃO DO REGISTO FEITO NA CNPD DAS BASES DE DADOS QUE A GNR TEM AUTORIZADAS PARA A GESTÃO DE PESSOAL NA INSTITUIÇÃO.....	XL

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro n.º 1 - Grupos, dia, local e hora das entrevistas.....	X
Quadro n.º 2 - Justificação da amostra seleccionada.....	XI
Quadro n.º 3 - Correlação entre grupos de entrevistados e as perguntas do guião de entrevista.	XII
Quadro n.º 4 - Relação entre perguntas do guião e perguntas de investigação.	XIII
Quadro n.º 5 - Análise da Questão 1.	XIV
Quadro n.º 6 - Análise da Questão 2.	XV
Quadro n.º 7 - Análise da Questão 3.	XVI
Quadro n.º 8 - Análise da Questão 4.	XVII
Quadro n.º 9 - Análise da Questão 5.	XVIII
Quadro n.º 10 - Análise da Questão 6.	XVIII
Quadro n.º 11 - Análise da Questão 7.	XIX
Quadro n.º 12 - Análise da Questão 8.	XX
Quadro n.º 13 - Análise da Questão 9.	XX
Quadro n.º 14 - Análise da Questão 10.	XXI
Quadro n.º 15 - Análise da Questão 11.	XXIII
Quadro n.º 16 - Análise da Questão 12.	XXIV
Quadro n.º 17 - Análise da Questão 13.	XXVII
Quadro n.º 18 - Análise da Questão 14.	XXVIII
Quadro n.º 19 - Análise da Questão 15.	XXIX
Quadro n.º 20 - Análise da Questão 16.	XXX
Quadro n.º 21 - Análise da Questão 17.	XXXI
Quadro n.º 22 - Análise da Questão 18.	XXXIII
Quadro n.º 23 - Análise da Questão 19.	XXXIV
Quadro n.º 24 - Análise da Questão 20.	XXXV
Quadro n.º 25 - Análise da Questão 21.	XXXVI
Quadro n.º 26 - Análise da Questão 22.	XXXVII
Quadro n.º 27 - Análise da Questão 23.	XXXVII

LISTA DE APÊNDICES E ANEXOS

Apêndices

Apêndice A	Carta de apresentação
Apêndice B	Breve enquadramento
Apêndice C	Declaração de consentimento informado
Apêndice D	Guião de entrevista
Apêndice E	Grupos, dia, local e hora das entrevistas
Apêndice F	Justificação da amostra
Apêndice G	Correlação entre grupos de entrevistados e as perguntas do guião de entrevista
Apêndice H	Relação entre perguntas do guião e as perguntas de investigação
Apêndice I	Análise das entrevistas

Anexos

Anexo A	Transcrição do teor da ficha de registos efetuados na CNPD pela GNR para tratamento de dados pessoais
----------------	---

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS

AIPD	Avaliação de Impacto sobre a Proteção de Dados
al.	alínea
AM	Academia Militar
ANPR	automatic number plate recognition
AR	Assembleia da República
art.	artigo
arts.	artigos
CEDH	Convenção Europeia dos Direitos Humanos
CNPD	Comissão Nacional de Proteção de Dados
CRP	Constituição da República Portuguesa
DLG	direitos, liberdades e garantias
E	entrevistado
EPD	Encarregado de Proteção de Dados
FFSS	Forças e Serviços de Segurança
FS	Forças de Segurança
GNR	Guarda Nacional Republicana
IEC	Impostos Especiais de Consumo
ISV	Imposto sobre veículos
IVA	Imposto sobre o valor acrescentado
LPDP	Lei de Proteção de Dados Pessoais
n.º	número
n.ºs	números
NEP	Norma de Execução Permanente
OCR	Optical Character Recognition
OE	Objetivos específicos
OG	Objetivo geral
p.	página
pp.	páginas
PP	Pergunta de Partida
PD	Perguntas Derivadas
RBC	Regime de Bens em Circulação

RCFTIA	Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada
RGPD	Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados
SIOP	Sistema Integrado de Informações Operacionais de Polícia
SIS II	Sistema de Informação de Schengen de segunda geração
TIA	Trabalho de Investigação Aplicada
UAF	Unidade de Ação Fiscal
UE	União Europeia

INTRODUÇÃO

A Academia Militar (AM) é “... um Estabelecimento de Ensino Superior Público Universitário Militar”¹, integrada no Instituto Universitário Militar², que forma Oficiais para os quadros permanentes do Exército e da Guarda Nacional Republicada (GNR)³. De entre os diversos cursos ministrados por esta instituição, o Mestrado Integrado em Ciências Militares na Especialidade de Segurança destina-se a formar Oficiais de Infantaria e Cavalaria da GNR. Este engloba na sua estrutura curricular a realização de um Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada (RCFTIA), documento este que visa a apresentação formal dos resultados decorrentes do Trabalho de Investigação Aplicada (TIA), de maneira “... assegurar que o estudante adquira uma especialização de natureza académica com recurso à atividade de investigação ...”⁴. Este TIA tem como objetivo geral (OG) não só a aplicação de competências adquiridas ao longo dos cinco anos da frequência do Mestrado como também o desenvolvimento de capacidades que formam a base de aplicações originais, no contexto da investigação, nos domínios da segurança e defesa, conforme a especialização, e a comunicação das conclusões, conhecimentos e raciocínios a elas associados da forma mais explícita possível (Academia Militar, 2015). Dando seguimento a esta determinação surge então a presente investigação que se encontra subordinada ao tema “A aplicação de meios de fiscalização não intrusivos no domínio da atividade policial - Os sistemas de leitura automática de matrículas” e que representa o término de cinco anos de estudo.

As iniciativas de simplificação e de modernização administrativa observadas de forma transversal em diferentes setores do Estado, com particular relevância nas Forças e Serviços de Segurança (FFSS), tem conduzido à estruturação e implementação de novos sistemas de informação e à disseminação de novos meios técnicos. Estes implicam uma reflexão no domínio da proteção de dados, designadamente no tratamento de dados pessoais

¹ Cfr. artigo (art.) 1.º do Regulamento da Academia Militar, aprovado pela Portaria n.º 22/2014 de 31 de janeiro.

² Ver alínea (al.) b do art. 20.º do Decreto-Lei número (n.º) 249/2015, de 28 de outubro, “...aprova a orgânica do ensino superior militar e consagra as suas especificidades no contexto do ensino superior”.

³ Cfr. art. 2.º do Regulamento da Academia Militar.

⁴ Cfr. o n.º 3 do art.18.º do Decreto-Lei nº 74/2006, de 24 de março, “...aprova o regime jurídico dos graus e diplomas do ensino superior, em desenvolvimento do disposto nos artigos 13.º a 15.º da Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro (Lei de Bases do Sistema Educativo), alterada pelas Leis n.ºs 115/97, de 19 de Setembro, e 49/2005, de 30 de Agosto, bem como o disposto no n.º 4 do artigo 16.º da Lei n.º 37/2003, de 22 de Agosto (estabelece as bases do financiamento do ensino superior), alterada pela Lei n.º 49/2005, de 30 de Agosto”.

no contexto da prevenção e investigação de ilícitos ou no combate à criminalidade organizada e transnacional por meios automatizados.

A GNR, em particular a Unidade de Ação Fiscal (UAF), que “... é uma unidade especializada de âmbito nacional com competência específica de investigação para o cumprimento da missão tributária, fiscal e aduaneira cometida à Guarda”⁵, encontra-se neste momento, a desenvolver um projeto com vista à aplicação dos leitores automáticos de matrícula - em inglês, *automatic number plate recognition* - (ANPR) - no desempenho da sua missão específica. Este tipo de tecnologia pode ser utilizado para diversos fins, desde o auxílio na deteção de veículos roubados, no controlo de acessos com captação de imagens de veículos, através do reconhecimento do seu número de matrícula e o seu cruzamento com uma base de dados para verificar se o respetivo veículo tem ou não permissão de acesso ao local (Lopes 2015).

Nos termos do art. 2.º da Constituição da República Portuguesa (CRP), Portugal afirma-se como um “...Estado de Direito Democrático...” que se baseia, entre outros valores, no “...respeito e na garantia de efetivação dos direitos e liberdades fundamentais...” do cidadão. É neste contexto que, no que respeita particularmente ao tratamento de dados pessoais, existe um conjunto de legislação que visa essencialmente garantir que esse tratamento se efetua de forma transparente, respeitando a reserva da vida privada e os direitos, liberdades e garantias (DLG) fundamentais⁶.

De entre essa legislação, destaca-se a Lei n.º 67/98, de 26 de outubro (adiante designada de Lei de Proteção de Dados Pessoais (LPDP)), que transpõe para a ordem jurídica portuguesa a Diretiva 95/46/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de outubro de 1995, relativa à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento dos dados pessoais e à livre circulação desses dados. A LPDP abrange todas as entidades, sejam elas públicas ou privadas, que efetuem o tratamento de dados. Entre estas entidades inclui-se a GNR, por força do n.º 7 do art. 4.º, uma vez que esta se constitui como uma força de segurança que tem por missão, nos termos do n.º 2 da sua lei orgânica, “...assegurar a legalidade democrática, garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos, bem como colaborar na execução da política de defesa nacional...”.

No plano da União Europeia (UE), durante a vigência da LPDP, foram, entretanto, aprovados dois novos diplomas legais, que consistem no Regulamento (UE) 2016/679,

⁵ Cfr. n.º 1 do art. 41.º da Lei n.º 63/2007, de 6 de novembro, que “aprova a orgânica da Guarda Nacional Republicana”, adiante designada de lei orgânica da GNR.

⁶ Cfr. art.º 2 da LPDP.

adiante designado de Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD)⁷, e na Diretiva 2016/680 (UE) (adiante designada de Diretiva)⁸, que vieram trazer algumas alterações em matéria de proteção de dados.

A presente investigação vem procurar perceber como é que a tecnologia ANPR é utilizada no contexto da atividade da GNR e quais as limitações que podem ser impostas a esta utilização em função das alterações introduzidas por estes dois novos diplomas legais.

Este trabalho de investigação assume como OG perceber como é que os sistemas de leitura automática de matrículas funcionam e que implicações têm em matéria de proteção de dados pessoais, à luz do ordenamento jurídico português e, em especial, à luz RGPD e da Diretiva. Para que este OG seja alcançável, torna-se necessário atingir os seguintes OE:

1. Perceber como é que a proteção de dados pessoais se processava em Portugal até à entrada em vigor do novo quadro legal;
2. Que alterações resultam, para o atual ordenamento jurídico português, da entrada em vigor do novo Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados e da Diretiva 2016/680 (UE);
3. Estudar e perceber como é que os sistemas de leitura automática de matrículas funcionam no contexto da atividade da GNR e quais as repercussões que têm em matéria de proteção de dados pessoais;

Bryman (2012) defende a ideia de que uma questão obriga o próprio investigador a ser mais explícito sobre aquilo que irá ser alvo de investigação. Desta forma, com o intuito de dar cumprimento aos objetivos anteriormente explicitados formulou-se como PP a seguinte questão: “Quais as consequências resultantes da utilização de sistemas de leitura automática de matrículas em matéria de proteção de dados pessoais, especialmente com a entrada em vigor do novo quadro legal?”.

Partindo do princípio de que, à semelhança de “...qualquer outro tipo de pesquisa, a de campo parte do levantamento bibliográfico” (Prodanov & Freitas, 2013, p. 60) e para que, tanto os objetivos como a PP anteriormente formulada possam ser respondidos, estruturou-se o presente RCFTIA em duas partes fundamentais: a parte I, que diz respeito ao

⁷ Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016 relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados e que revoga a Diretiva 95/46/CE (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados).

⁸ Diretiva (UE) 2016/680 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016 relativa à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais pelas autoridades competentes para efeitos de prevenção, investigação, deteção ou repressão de infrações penais ou execução de sanções penais, e à livre circulação desses dados, e que revoga a Decisão-Quadro 2008/977/JAI do Conselho.

enquadramento teórico e à revisão da literatura, constituída por quatro capítulos, e a parte II, respeitante ao trabalho de campo, que se subdivide em dois capítulos.

No que diz respeito à primeira parte, o primeiro capítulo procurará abordar a temática da proteção de dados pessoais, começando por abordar a questão sobre o ponto de vista constitucional seguido de uma breve abordagem conceptual e termina com uma breve análise da LPDP e do novo RGPD. Num segundo capítulo, a utilização da tecnologia ANPR será abordada, dando-se um breve enquadramento da mesma, referindo-se algumas das suas aplicações, tanto no âmbito civil como por parte das Forças de Segurança (FS), e, por fim, analisando a sua utilização por parte da GNR. O terceiro capítulo debruçar-se-á sobre as implicações legais da tecnologia ANPR, tentando perceber a qualificação das matrículas face à definição de dados pessoais, a legitimidade da GNR, enquanto instituição pública, para o tratamento de dados pessoais e, por fim, o enquadramento legal da utilização da tecnologia ANPR por parte das FFSS. No quarto e último capítulo desta parte, tecer-se-ão algumas conclusões preliminares desta fase inicial do trabalho.

Na segunda parte, o quinto capítulo abordará a metodologia, os métodos e os materiais utilizados, fazendo-se referência ao método científico e tipologia de abordagem utilizadas, bem como ao modelo de análise seguido, e apresentando-se a PP e as Perguntas Derivadas (PD). Este capítulo abordará ainda as técnicas de recolha, de tratamento e de análise de dados. Por último, no sexto capítulo, far-se-á a apresentação, análise e discussão dos resultados das entrevistas.

Face ao anteriormente exposto, o tema desta investigação reveste-se de uma grande pertinência, quer teórica, quer prática. Na sua vertente prática, a investigação aborda um projeto que se encontra em fase de estudo e de implementação por parte de uma força de segurança. Esta investigação poderá contribuir para o melhor enquadramento deste projeto, permitindo analisar o seu impacto nos DLG dos cidadãos e, em particular, na proteção dos dados pessoais dos cidadãos. Na sua vertente teórica, esta investigação permite uma reflexão sobre a utilização desta tecnologia por parte da GNR, no domínio da atividade policial, à luz do quadro legal vigente.

PARTE I_ ENQUADRAMENTO TEÓRICO E REVISÃO DA LITERATURA

CAPÍTULO 1. PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

1.1. A perspetiva constitucional sobre a proteção de dados pessoais

Segundo Teixeira (2016), a CRP constitui-se como uma das primeiras constituições a nível mundial a abarcar a questão da proteção de dados pessoais. Silveira (2007) reforça ainda a ideia de que a autonomia do direito à proteção de dados pessoais já há muito que se encontrava explanada na CRP, muito antes de ter sido aprovada a Carta dos Direitos Fundamentais da UE, encarada por muitos como o documento consagrador desta autonomia.

Logo no art. 1.º da CRP, Portugal afirma-se como uma República soberana que tem como bases a dignidade da pessoa humana e a vontade popular, com vista a construir uma sociedade livre, justa e solidária. De acordo com o art. 2.º da CRP, enquanto Estado de Direito Democrático, Portugal assenta na garantia e no respeito dos direitos e das liberdades fundamentais dos cidadãos. Apenas pela leitura destes dois artigos (arts.) percebe-se, desde logo, a importância central do princípio do respeito pela dignidade da pessoa humana no Direito português, concretizada na consagração dos direitos fundamentais e, em particular, dos DLG, devidamente automatizados no título II⁹ da CRP.

Ainda no título I da CRP, importa destacar o teor dos arts. 18.º e 19.º. O art. 18.º, determina que a proteção dos DLG tem aplicação direta e vincula todo o tipo de entidades, sejam elas públicas, onde se incluem os próprios órgãos de soberania, ou privadas. Determina ainda que os DLG só podem ser restringidos em casos devidamente tipificados na lei, obedecendo ao princípio da necessidade. Por outras palavras, essa restrição deverá ser limitada ao estritamente necessário, tendo sempre como objetivo último a defesa de outros direitos ou interesses elencados na Constituição e que tenham sido postos em causa, não podendo ser retroativa e muito menos reduzir quer a extensão, quer o alcance do conteúdo dos mesmos. O art. 19.º admite a restrição de alguns dos DLG em caso de declaração de estado de sítio ou de emergência, desde que várias cautelas sejam devidamente observadas.

⁹ Cfr. art.17.º da CRP

No título II, destaca-se inicialmente, com relevância na matéria que nos ocupa, o art. 26.º, mais propriamente nos números (n.ºs) 1.º e 2.º. Entre outros direitos reconhecidos por lei, encontra-se aí explanado o direito à reserva da vida privada e familiar, afirmando-se que esta é responsável por assegurar garantias específicas que impeçam tanto a obtenção, como a utilização de forma abusiva ou que possa mesmo colocar em causa a dignidade da pessoa humana de informações tanto de carácter pessoal como familiar. Apesar de já aqui neste art. o legislador começar a introduzir a questão do direito à proteção dos dados pessoais, voltando a reforçá-lo no n.º 4 do art. 34.º - ao limitar a atuação das autoridades públicas perante a esfera jurídica do cidadão, nomeadamente, no que diz respeito a possíveis ingerências na correspondência, telecomunicações e outros meios de comunicação do cidadão -, é essencialmente no art. 35.º, com a epígrafe “Utilização da informática”, que este direito se encontra consagrado. Este art., para além de definir que todos os cidadãos, nos termos da lei, têm o direito de ter e de exigir o acesso a dados informatizados, retificados e atualizados referentes à sua pessoa, bem como de serem conhecedores dos fins a que se destinam, remete para a lei a definição de “...dados pessoais, bem como as condições aplicáveis ao seu tratamento automatizado, conexão, transmissão e utilização, e garante a sua proteção, designadamente através de entidade administrativa independente”. Consagra assim a proteção de dados pessoais dos cidadãos não só em relação à utilização da informática como também dos dados contidos em ficheiros manuais. No n.º 3 deste mesmo art., estabelecem-se um conjunto de dados considerados como sensíveis que dizem respeito a “...convicções filosóficas ou políticas, filiação partidária ou sindical, fé religiosa, vida privada e origem étnica...”, limitando a utilização da informática para o tratamento de dados ao consentimento do titular dos mesmos ou à autorização legalmente prevista ou então quando destinados ao processamento de dados estatísticos sem que para tal seja possível o reconhecimento individual dos mesmos.

Para Silveira (2007, p. 202) “Ao integrar o direito à proteção de dados pessoais na Constituição, os constituintes muniram-no de uma particular força e dignidade no âmbito da ordem interna portuguesa”. Na opinião deste autor, tal facto impede que o legislador ordinário, responsável pela elaboração de todas as normas jurídicas localizadas abaixo da constituição, possa invocar o desconhecimento ou efetue qualquer tentativa de ultrapassagem e desrespeito deste direito na sua total plenitude, existindo para o efeito uma entidade independente para garantir que tal não aconteça.

Ao nível Europeu, segundo Oostveen e Irion (2018) tanto a questão do direito à privacidade como da proteção dos dados pessoais, encontram-se interligados sendo que o

direito à privacidade tem sido interpretado de forma alargada para abranger, e de um certo modo proteger, os dados pessoais contra o tratamento ilícito e são encarados como direitos fundamentais previstos na própria jurisdição do Conselho Europeu e da UE mais propriamente na Convenção Europeia dos Direitos do Homem e na Carta dos Direitos Fundamentais da UE.

Pelo exposto anteriormente, poder-se-á deduzir que esta problemática dos direitos à privacidade e à proteção dos dados pessoais constitui-se não só como uma preocupação portuguesa, mas também como uma preocupação europeia e que a CRP, apesar de ter sido aprovada em 1976 e desde então já ter sido alvo da sua 7.^a revisão, é detentora de um carácter inovador ao ter dado relevância a estas matérias.

1.2. Dados pessoais_ abordagem conceptual

Antes de continuar com análise da legislação referente à proteção de dados, importa desde logo fazer uma clarificação de conceitos relativos à temática dos dados pessoais.

Para Voigt e Bussche (2017, p.11), um dado, ao nível eletrónico, significa uma “...informação armazenada, sinais ou indicações”. Contudo, tal como estes autores afirmam, estes dados têm que ser pessoais para que seja alvo da aplicação do RGPD.

O art. 4.º do RGPD reúne um conjunto de definições, mais alargado do que o do art. 3.º da LPDP, cujo domínio se tornou imprescindível, quando se abordam matérias relativas à proteção de dados.

Na al. 1) deste art., encontra-se a definição de dado pessoal como uma informação que diz respeito a uma pessoa, neste caso singular, que seja identificada ou suscetível de identificação. Relativamente a esta questão da suscetibilidade de identificação, esta al. determina o seguinte:

“... considerada identificável uma pessoa singular que possa ser identificada, direta ou indiretamente, em especial por referência a um identificador, como por exemplo um nome, um número de identificação, dados de localização, identificadores por via eletrónica ou a um ou mais elementos específicos da identidade física, fisiológica, genética, mental, económica, cultural ou social dessa pessoa singular”¹⁰.

Outro conceito importante a referir é o do tratamento de dados pessoais ou apenas tratamento. Para o RGPD, segundo a al. 2) do art. mencionado anteriormente, trata-se de “...uma operação ou um conjunto de operações...” incidentes sobre dados ou conjunto de

¹⁰ Cfr. al. 1) do art. 4.º do RGPD

dados pessoais, que poderá ser feita tendo por base “...meios automatizados ou não automatizados...” de que se destacam

“... a recolha, o registo, a organização, a estruturação, a conservação, a adaptação ou alteração, a recuperação, a consulta, a utilização, a divulgação por transmissão, difusão ou qualquer outra forma de disponibilização, a comparação ou interconexão, a limitação, o apagamento ou a destruição”.

Ainda no âmbito desta questão da abordagem conceptual dos dados pessoais, existe outro conceito que é muitas vezes utilizado sobretudo por quem analisa matéria relacionada com esta temática, que se prende com a figura do responsável pelo tratamento. À luz da al. 7) do art. em apreço, esta poder-se-á tratar de uma pessoa singular ou coletiva, uma autoridade pública, uma agência ou outra entidade ou organismo, que atuando a título individual ou em grupo realiza o tratamento de dados pessoais de acordo com as finalidades pretendidas e permitidas pela lei.

É ainda fundamental, abordar os conceitos de terceiro, do consentimento, que tanto se houve falar quando se aborda esta matéria, e de pseudonimização, conceito este, que se constitui como uma novidade trazida com o novo Regulamento. Para este, nos termos da al. 10) do art. 4.º do RGPD, a designação de terceiro representa

“...a pessoa singular ou coletiva, a autoridade pública, o serviço ou organismo que não seja o titular dos dados, o responsável pelo tratamento, o subcontratante e as pessoas que, sob a autoridade direta do responsável pelo tratamento ou do subcontratante, estão autorizadas a tratar os dados pessoais”.

Relativamente ao consentimento, na perspetiva do RGPD, mais propriamente da al. 11) do art. que se encontra a ser alvo de análise, este é conceptualizado como sendo realizado pelo “...titular dos dados, uma manifestação de vontade, livre, específica, informada e explícita, pela qual o titular dos dados aceita, mediante declaração ou ato positivo inequívoco, que os dados pessoais que lhe dizem respeito sejam objeto de tratamento”.

Por último, o conceito de pseudonimização, previsto na al. 5) desse mesmo art., consiste numa forma de tratamento de dados pessoais que possibilita que esses sejam tratados sem poderem ser associados ao seu titular a não ser que se esteja na posse de um conjunto de informações suplementares, que deverão ser “...mantidas separadamente e sujeitas a medidas técnicas e organizativas...” de forma a garantir a proteção desses dados.

1.3. A Lei de Proteção de Dados Pessoais_ Lei n.º 67/98, de 26 de outubro

Em Portugal, a LPDP, Lei n.º 67/98, de 26 de outubro, transpôs para o ordenamento jurídico nacional a Diretiva 95/46/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho. Contudo, o novo RGPD veio revogar esta diretiva no passado dia 25 de maio de 2018.

Segundo a Proposta de Lei n.º 120/ XIII¹¹, aprovada em Conselho de Ministros em 22 de março de 2018¹², esta revogação, ao contrário do que se possa ser levado a pensar, não implica uma rotura completa com toda a matéria de proteção de dados anterior, mas sim, tal como se observa em muitas situações, em particular nas definições, uma continuidade, existindo algumas diretrizes que não foram alvo de qualquer alteração.

A Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPd 2018)¹³, emitiu a este respeito um comunicado de imprensa no próprio dia da entrada em vigor do Regulamento, esclarecendo que a LPDP se iria manter em vigor, na medida em que não divergisse do mesmo, até que fosse criada legislação nacional própria que a viesse revogar. Apesar de já terem sido apresentadas propostas de lei a este respeito, a realidade é que ainda nenhuma foi definitivamente aprovada.

Na continuidade do que acima é descrito, existem inclusive matérias em que as diretrizes da LPDP se mantêm na íntegra, sobretudo, “No que diz respeito aos tratamentos de dados efetuados por autoridades competentes para a deteção, prevenção, investigação e repressão de infrações penais e para a execução de sanções penais...”¹⁴ (Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPd 2019)), tal como se depreende da leitura da al. d) do n.º 2 do art. 2.º do RGPD, assim como na aplicação das sanções relativas aos crimes previstos na secção III do Capítulo VI da LPDP. Esta última consideração referente às sanções, resulta da interpretação conjunta do art. 84.º do RGPD com os considerandos 148 e 149, ambos do RGPD. Segundo n.º 1 do art. 84.º do RGPD, de epígrafe “Sanções”, são os próprios Estados-Membros os responsáveis por criar regras relativamente à aplicação de outras sanções face

¹¹ Segundo o art. 1.º da presente proposta, esta constitui-se como uma proposta de lei que visa assegurar a “...execução, na ordem jurídica interna, do Regulamento (UE) 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016”.

¹² Cfr. art. 64.º da Proposta de Lei n.º 120/XIII.

¹³ Entidade que em Portugal, segundo o n.º 1 do art. 22.º da LPDP, tem competência para controlar e fiscalizar o cumprimento dos normativos legais em matéria de proteção de dados pessoais.

¹⁴ Salienta-se que para regular esta matéria, foi criada ao nível europeu a Diretiva (UE) 2016/680, de 27 de abril de 2016. Contudo a “...diretiva vincula os Estados-Membros destinatários (...) quanto ao resultado a alcançar, mas deixa às instâncias nacionais a competência quanto à forma e aos meios (...) O cidadão só adquire direitos e obrigações depois de adotado o ato de transposição” (Parlamento Europeu, 2019, p. 3). Desta forma, à semelhança do Regulamento já foi apresentada uma proposta de lei a este respeito, nomeadamente a Proposta de Lei n.º 125/XIII/3.ª do governo, estando para tal à espera da devida aprovação por parte da AR.

a possíveis violações do RGPD que já não sejam punidas a título de contraordenação por parte do art. 83.º do referido Regulamento. Passando para a análise dos considerandos, mais propriamente no 148 é referido que “...deverão ser impostas sanções, incluindo coimas, por violação do presente regulamento, para além, ou em substituição, das medidas adequadas que venham a ser impostas pela autoridade de controlo nos termos do presente regulamento”. No 149 é mencionado que “Os Estados-Membros deverão poder definir as normas relativas às sanções penais aplicáveis por violação do presente regulamento, inclusive por violação das normas nacionais adotadas em conformidade com o presente regulamento, e dentro dos seus limites”. Em Portugal, fruto do anterior ordenamento jurídico apesar da entrada em vigor do novo RGPD, este conjunto de sanções, sobretudo de índole criminal, já se encontravam previstas e como tal mantêm-se até que uma nova lei venha revogar a já existente.

1.4. O novo Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados

Observando a sociedade em que vivemos, verificamos que se criam “...cada vez mais bases de dados, contendo cada vez mais informação, bases de dados estas acessíveis a qualquer momento, em qualquer sítio e sem custos, permitindo um controlo total, nomeadamente, das pessoas” (Jesus, 2018). É sobretudo do sentimento de vulnerabilidade e desvantagem do cidadão face à atual sociedade dominada pelos fluxos informacionais, que surge a necessidade de nova e mais atualizada legislação sobre a proteção de dados pessoais, que permita dispor cada vez mais de meios de controlo do uso principalmente de informação pessoal (Moniz, 2018). Foi sobretudo com o objetivo de aumentar os níveis de privacidade do cidadão e de harmonizar as disposições legais relativas à proteção de dados entre os seus estados membros, que a UE criou o RGPD (Voigt & Bussche, 2017).

Apesar de toda a legislação sobre proteção de dados pessoais ser importante, no âmbito desta investigação vão ser apenas abordados alguns arts. que permitem ter uma ideia geral e de algumas alterações introduzidas.

Começando logo pela análise dos seus primeiros dois arts., importa desde logo perceber que o referido Regulamento se aplica “...ao tratamento de dados pessoais por meios total ou parcialmente automatizados, bem como ao tratamento por meios não automatizados de dados pessoais contidos em ficheiros ou a eles destinados”¹⁵, visando essencialmente

¹⁵ Cfr. n.º 1 do art. 2.º do RGPD.

garantir que o mesmo se faça em respeito dos direitos e garantias fundamentais do cidadão, e vem também regulamentar as questões relativas à livre circulação dos mesmos.

Contudo, existe um conjunto de situações relacionadas com o tratamento de dados pessoais, devidamente previstas no n.º 2 do art. 2.º, ao qual este Regulamento não se aplica de onde importa sobretudo salientar o tratamento de dados pessoais feitos por “... pessoa singular no exercício de atividades exclusivamente pessoais ou domésticas”¹⁶ e, como já foi visto no subcapítulo anterior, quando “Efetuado pelas autoridades competentes para efeitos de prevenção, investigação, deteção e repressão de infrações penais ou da execução de sanções penais, incluindo a salvaguarda e a prevenção de ameaças à segurança pública”¹⁷.

Passando para a análise do seu art. 5.º, o Regulamento, estabelece alguns princípios que o tratamento particular destes dados deve observar de onde se destaca a “licitude, lealdade e transparência” relativamente ao titular dos mesmos, a “limitação das finalidades” em que o mesmo deve ser executado de acordo com as finalidades para o qual os dados foram recolhidos e não para outras, a “minimização dos dados” em que se devem tratar apenas os dados estritamente necessários para serem atingidas as finalidades em questão, da “exatidão” que se relaciona com atualização e retificação constante que os dados devem ser alvo, da “limitação da conservação” que defende a conservação de dados apenas e exclusivamente durante o período de tempo em que estão a ser tratados, “da integridade e confidencialidade” de forma a evitar tratamentos ilícitos e o extravio e da “responsabilidade” da entidade que executa o tratamento em, segundo Lambert (2018), assegurar e demonstrar o cumprimento destes princípios sobretudo através da manutenção de registos e de provas para o efeito.

Sendo assim, após se ter abordado, embora de forma geral o âmbito da aplicação do Regulamento e alguns princípios inerentes ao seu tratamento, torna-se importante verificar em que situações o tratamento destes dados é considerado lícito ou não. Tal, encontra-se devidamente tipificado no art. 6.º onde é referido por traços gerais, de acordo com o seu n.º 1, que o tratamento, para ser considerado lícito, tem que preencher pelo menos uma de seis situações que se prendem com o consentimento dado pelo titular dos dados e com o facto deste ser necessário para o estabelecimento de um contrato envolvendo o titular ou diligências pré-contratuais a pedido deste ou “...para o cumprimento de uma obrigação jurídica a que o responsável pelo tratamento esteja sujeito”¹⁸ ou “...para a defesa de

¹⁶ Cfr. al. c) do n.º 2 do art. 2.º do RGPD.

¹⁷ Cfr. al. d) do n.º 2 do art. 2.º do RGPD.

¹⁸ Cfr. al. c) do n.º 1 do art. 6.º do RGPD.

interesses vitais do titular dos dados ou de outra pessoa singular”¹⁹ ou “...o exercício de funções de interesse público ou ao exercício da autoridade pública de que está investido o responsável pelo tratamento”²⁰ ou, por último, “...para efeito dos interesses legítimos prosseguidos pelo responsável pelo tratamento ou por terceiros, exceto se prevalecerem os interesses ou direitos e liberdades fundamentais do titular que exijam a proteção dos dados pessoais, em especial se o titular for uma criança”²¹.

No que diz respeito ao consentimento, previsto no art. 7.º do RGPD, quando comparado à LPDP, o Regulamento vem acrescentar essencialmente duas novas ideias: (i), a de que em situações em que o tratamento de dados pessoais tem por base o consentimento, este deve ser dado de uma forma expressa, clara e inequívoca de forma a que seja permitido ao responsável pelo tratamento demonstrar tal facto; e (ii) a de que o titular dos dados, sempre que bem entenda, poderá retirar o seu consentimento sem que para tal todo o tratamento feito até então seja considerado ilícito, uma vez que foi feito sob o consentimento do titular.

Este Regulamento traz ainda outra novidade, que se prende com as “Condições aplicáveis ao consentimento de crianças em relação aos serviços da sociedade da informação”, prevista no seu art. 8.º, onde, em traços gerais, é referido que para este fim o consentimento apenas será lícito se for dado por uma criança com pelo menos 16 anos de idade, caso contrário, o mesmo só poderá ser dado ou autorizado “...pelos titulares das responsabilidades parentais da criança...”²² atribuindo, à semelhança do que acontece com outras matérias ao longo deste Regulamento, autonomia aos seus estados de reduzirem essa idade por forma a que nunca seja inferior a 13 anos.

Outra parte que é digna de ser abordada é sobretudo o capítulo III do RGPD que diz respeito aos “Direitos do titular de dados”. Comparativamente a LPDP, o Regulamento não só incluiu os direitos já contidos nesta, resultantes da transposição da Diretiva 95/46/CE, aprofundando-os, como foi mais além, introduzindo novos. Assim sendo o titular dos dados goza de direitos relativos à “Transparência das informações, das comunicações e das regras para o exercício” dos mesmos, que vêm, ao contrário da LPDP, explicitar a atribuição do ónus da responsabilidade ao responsável pelo tratamento da aquisição de medidas por forma a fornecer ao titular dos dados um conjunto de informações, devidamente tipificadas na lei,

¹⁹ Cfr. al. d) do n.º 1 do art. 6.º do RGPD.

²⁰ Cfr. al. e) do n.º 1 do art. 6.º do RGPD.

²¹ Cfr. al. f) do n.º 1 do art. 6.º do RGPD.

²² Cfr. n.º 1 do art. 8.º do RGPD.

a que tem direito “...de forma concisa, transparente, inteligível e de fácil acesso, utilizando uma linguagem clara e simples..”²³, de lhe serem facultadas um conjunto de informações aquando da recolha dos seus dados pessoais feita perante a sua presença, nos termos do art. 13.º, ou na sua ausência, nos termos do art. 14.º e de ter a confirmação, junto desse mesmo responsável, de que os seus dados estão ou não a ser tratados e o acesso a um conjunto de informações, conforme o art. 15.º.

Apesar de já abordados na LPDP como fazendo parte do direito de acesso, a retificação e o apagamento sofrem com este novo diploma legal uma autonomização, passando eles mesmo a constituírem direitos, respetivamente previstos nos arts. 16.º e 17.º, sendo que o primeiro prende-se com o direito do titular em obter por parte do “...responsável pelo tratamento a retificação dos dados pessoais inexatos que lhe digam respeito” e o segundo prende-se com o direito do titular a ser esquecido, ou seja, a ver, por parte do responsável pelo tratamento, o “apagamento dos seus dados pessoais” em certas situação devidamente tipificadas na lei.

Ainda na continuidade dos direitos dos titulares importa salientar a introdução de duas novidades nesta matéria previstas nos art. 18.º e 20.º do RGPD, que se prendem, respetivamente, com os direitos à limitação do tratamento, onde o titular dos dados em algumas ocasiões, previstas em lei, pode ver limitado o tratamento dos seus dados, e da portabilidade dos dados, onde de forma geral, o

“titular dos dados tem o direito de receber os dados pessoais que lhe digam respeito e que tenha fornecido a um responsável pelo tratamento, num formato estruturado, de uso corrente e de leitura automática, e o direito de transmitir esses dados a outro responsável pelo tratamento sem que o responsável a quem os dados pessoais foram fornecidos o possa impedir”²⁴.

Existem ainda outros direitos, como é o caso do “Direito de Oposição”²⁵ e o direito de não ficar sujeito a “Decisões individuais automatizadas, incluindo definição de perfis”²⁶ que se encontram previstos neste Regulamento e que se constituem, à semelhança do que já foi referido anteriormente, como uma continuidade e desenvolvimento do que já se encontrava previsto na LPDP.

À semelhança do que acontecia também na lei anteriormente mencionada, mas agora de uma forma mais organizada e completa, o novo RGPD vem no seu art. 23.º prever que estes direitos e o alcance das obrigações impostas ao responsável pelo tratamento e ao

²³ Cfr. n.º1 do art. 12.º do RGPD.

²⁴ Cfr. n.º 1 do art. 20.º do RGPD.

²⁵ Previsto no art. 21.º do RGPD.

²⁶ Previsto no art. 22.º do RGPD.

subcontratante, poderão ser limitados através de medida legislativa da União ou do próprio estado, em situações devidamente tipificadas neste art., “...desde que tal limitação respeite a essência dos direitos e liberdades fundamentais e constitua uma medida necessária e proporcionada numa sociedade democrática para assegurar...”²⁷ um conjunto previsto de finalidades.

Para além das inovações trazidas pelo novo Regulamento em matéria de direitos dos titulares dos dados, importa sobretudo salientar, de uma perspetiva generalizada, as que foram trazidas no âmbito da “Segurança dos dados pessoais”. Começando logo pela segurança no tratamento, prevista no art. 32.º em que à semelhança da LPDP, se prevê que o “...responsável pelo tratamento e o subcontratante aplicam as medidas técnicas e organizativas adequadas para assegurar um nível de segurança adequado ao risco...”²⁸ de possíveis violações dos “...direitos e liberdades das pessoas singulares...”²⁹ de onde se destaca o fenómeno da pseudonimização, já abordado no subcapítulo 1.2. Para além disto, importa ainda realçar os aspetos da obrigação da notificação feita pelo responsável pelo tratamento em casos de violação de dados pessoais à autoridade de controlo³⁰ e ao próprio titular³¹, salvo certas exceções previstas em lei, em situações que se constituam com um elevado risco para os direitos e liberdades deste último. Uma outra medida de segurança implementada pelo Regulamento foi a “Avaliação de impacto sobre a proteção de dados” (AIPD) prevista nos termos do art. 35.º, que vem obrigar o responsável pelo tratamento a efetuar esta avaliação, antes de iniciar esse mesmo tratamento, sempre que este implique o uso de tecnologia que possa acarretar possíveis riscos para aqueles que são os direitos e liberdades dos titulares. Com este objetivo, neste Regulamento, surge um conceito novo³² que diz respeito ao Encarregado de Proteção de dados (EPD), previsto no art. 37.º. Nomeados, nos termos do n.º 1 do art.º 37.º, perante algumas situações, pelo responsável pelo tratamento e pelo subcontratante, estes,

“Além de facilitar a conformidade através da implementação de instrumentos de responsabilização (p. ex., viabilizando avaliações de impacto sobre a proteção de dados e efetuando ou viabilizando auditorias), os EPD servem de intermediários entre as partes interessadas (p. ex., as autoridades de controlo, os titulares de dados

²⁷ Cfr. n.º 1 do art. 23.º do RGPD.

²⁸ Cfr. n.º 1 do art. 32.º do RGPD.

²⁹ Cfr. n.º 1 do art. 32.º do RGPD.

³⁰ Previsto no art. 33.º do RGPD.

³¹ Previsto no art. 34.º do RGPD.

³² Segundo, o Grupo de trabalho do Artigo 29.º para a Proteção de dados (2016, p. 5) “O conceito de EPD não é novo. A Diretiva 95/46/CE não obrigava nenhuma organização a nomear um EPD, mas, ainda assim, a prática da nomeação de EPD desenvolveu-se em vários Estados-Membros ao longo dos anos”.

e as unidades empresariais dentro de uma organização)” (Grupo de trabalho do Artigo 29.º para a Proteção de dados, 2016, p. 5).

Outra ideia introduzida por este diploma europeu relaciona-se com os “Códigos de conduta e certificação”, previstos na secção 5 do capítulo IV, promovidos pelos Estados-Membros, pelas autoridades de controlo, pelo Comité e pela Comissão.

Quase a terminar, importa referir a existência de uma alteração substancial verificada ao nível da Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPd), onde a função de controlo prévio, baseada nas “...notificações e pedidos de autorização que constituíam a sua atividade primordial” (Silvestre, 2017) é substituída por uma função de orientação, passando para um segundo plano, ao passo que como tarefa fundamental desta, passa a ser considerada a fiscalização e a aplicação das respetivas sanções (Comissão Nacional de Proteção de Dados [CNPd], 2017). O referido Regulamento vem também criar, conforme previsto no seu art. 68.º o “Comité Europeu para a Proteção de Dados” que por traços gerais deverá sobretudo assegurar

“... a aplicação coerente do presente regulamento em toda a União, incluindo mediante o aconselhamento da Comissão, nomeadamente no que respeita ao nível de proteção em países terceiros ou em organizações internacionais, e mediante a promoção da cooperação das autoridades de controlo em toda a União”³³

Finalmente, resta apenas falar em mais duas novidades, que são deveras importantes e que se prendem com a previsão do “Direito à ação judicial contra uma autoridade de controlo”, prevista no art. 78.º, que consiste, nos termos do seu n.º 1, no direito que a lei atribui a qualquer pessoa singular ou coletiva, em interpor uma ação judicial, independentemente de ter recorrido por outra via administrativa ou extrajudicial, contra uma decisão vinculativa interposta por uma autoridade de controlo a seu respeito e com a previsão da possibilidade de receção de uma indemnização por parte do responsável pelo tratamento dos dados ou do subcontratante, por possíveis danos, materiais ou imateriais, sofridos em consequência de violações às diretrizes do referido diploma, conforme se encontra determinado no art. 82.º do RGPD.

No geral, comparando a LPDP com o RGPD é possível concluir que o Regulamento veio trazer e melhorar um conjunto de determinações e de mecanismos que vêm proteger mais o cidadão, nos seus direitos e garantias com o objetivo de o preservar face à realidade social em que está inserido, que tende como já foi referido anteriormente, a tornar a privacidade do cidadão cada vez mais ameaçada.

³³ Cfr. o considerando 139 do RGPD

CAPÍTULO 2.

A UTILIZAÇÃO DA TECNOLOGIA ANPR

2.1. Enquadramento

A tecnologia ANPR foi desenvolvida pela polícia em 1976, no Reino Unido, contando com um grande desenvolvimento nas últimas décadas, graças à evolução tecnológica das câmaras digitais e dos computadores (Quadri et al., 2009). Esta tecnologia consiste numa “...metodologia de vigilância em massa que utiliza *Optical Character Recognition* (OCR) para ler a matrícula dos veículos, efetuando assim o seu reconhecimento” (Fonseca, 2015, p.1) e pode, de acordo com Santos e Rodrigues (2004), ser utilizada em várias situações, onde é necessário fazer quer a monitorização, quer o controlo do tráfego automóvel.

Segundo Fonseca (2015), este tipo de tecnologia pode ser utilizado de duas formas distintas. A primeira, diz respeito à utilização da mesma numa área específica como as portagens ou o controle de entradas e saídas, onde a viatura é fotografada, posteriormente enviada para um servidor central e só depois é que será alvo de processamento e a segunda “... consiste no processamento e identificação no local e em tempo real...”, processo este que se considera ser “...computacionalmente muito intensivo”(Fonseca, 2015, p. 1). Este autor, salienta ainda, que apesar destes sistemas serem considerados como não intrusivos, uma vez que não se necessita de “...posicionar nenhum componente diretamente na estrada ou na berma...” (Fonseca, 2015, p.2) realizando-se sobretudo através da análise de informação captada por uma câmara de videovigilância, ela apresenta limitações impostas por diversos fatores como a perspetiva, a distância, o background, a iluminação e a posição do veículo.

Kaur e Kaur (2014) defendem que o sucesso dos leitores automáticos, em si, passa pela qualidade das imagens captadas conseguindo atuar de forma eficaz sob diferentes condições ambientais tanto de dia como de noite, podendo até mesmo efetuar o processamento de matrículas de diferentes países. Santos e Rodrigues (2004) acrescentam ainda que, esta tecnologia tem grande utilização graças sobretudo não só à facilidade e a fiabilidade com que são utilizadas, mas sobretudo pelos reduzidos recursos humanos que a sua atividade envolve.

Na Inglaterra, os leitores ANPR quando utilizada pela polícia, seja incorporados em viaturas ou colocados em locais fixos, permitem capturar duas imagens, a da matrícula e a

do veículo na sua totalidade, a hora e a localização, sendo localmente processadas e posteriormente enviadas para um Centro Nacional de Dados ANPR- em inglês, *National ANPR Data Centre*-, onde esses mesmos dados ficam armazenados por um período de cerca dois anos (Woods, 2017). Esta metodologia permite, não só fazer o cruzamento imediato de informação do motorista possibilitando por exemplo saber se tem o seguro em dia ou se é suspeito em alguma investigação, ou então, os dados recolhidos serem posteriormente utilizados na investigação criminal geral (Woods, 2017). Este autor, afirma que segundo o relatório do *Commissioner for Surveillance Cameras* de 2014/2015 os dados armazenados no centro anteriormente referidos, podem ser utilizados de diferentes formas, para o rastreamento de veículos quer seja em tempo real ou retrospectivamente, permitindo saber que veículos passaram ou se encontram num determinado local a uma determinada hora, efetuar a verificação de álibis, proceder á localização de potenciais infratores ou testemunhas, efetuar análises de redes, ou seja, identificar possíveis ligações entre indivíduos e estabelecer perfis detalhados desses mesmos indivíduos.

Segundo o *National Police Chief's Council* (NPCC, 2016)³⁴, a tecnologia ANPR consegue sobretudo fornecer apoio a diversas atividades levadas a cabo pelas polícias. Para além da condução de investigações, no âmbito da resposta operacional, a matrícula, quando é captada pela câmara, é verificada instantaneamente em bases de dados de veículos considerados de interesse, e, caso ela conste nessas bases, permite de imediato proceder-se à interceção do veículo e em certos casos à detenção de indivíduos (NPCC, 2016). Por este facto, esta tecnologia constitui-se como uma importante ferramenta de auxílio no que diz respeito à Informação e à Inteligência (NPCC, 2016). Sendo assim, tornam-se importantes as bases de dados de veículos considerados de interesse não só numa perspetiva de segurança nacional, mas sobretudo quando ligadas com o combate ao crime organizado através dos detalhes recolhidos pelas câmaras que posteriormente são utilizados pelas investigações (NPCC, 2016).

A tecnologia ANPR apresenta-se assim como uma tecnologia promissora, assumindo desde já um papel de destaque nos nossos dias através da sua ampla utilização tanto no âmbito civil como no contexto das FS.

³⁴ Este conselho nacional de chefes de polícia, é constituído por membros das várias forças policiais do Reino Unido para tratar, em conjunto, de assuntos como a coordenação de operações, de reformas e para melhor gerir e aplicar os seus fundos financeiros (National Police Chiefs' Council [NPCC], 2019).

2.2. A aplicação dos ANPR no âmbito civil

Na continuidade da análise da tecnologia ANPR, torna-se possível de constatar que estas são capazes de efetuar a leitura da matrícula da viatura sem que para tal tenha de haver uma ação direta do homem, substituindo assim o sistema manual, em vigor até à atualidade, por um sistema automático (Kaur & Kaur, 2014).

Segundo Kaur e Kaur (2014), o crescimento da população e consequentemente das necessidades humanas tem levado ao aumento da utilização dos veículos, passando estes a assumir um papel preponderante na vida das pessoas sobretudo no que se prende com as questões do transporte. Para este autor, isto tem conduzido a um problema que se prende com o controlo dos mesmos, apresentando-se para o efeito a tecnologia ANPR como uma possível solução para o mesmo.

Esta tecnologia, de acordo com Santos e Rodrigues (2004), tal como referido anteriormente, apresenta-se como uma mais valia sobretudo perante situações de necessidade de monitorização e controlo de viaturas, podendo ser utilizada de diversas formas, "...tais como controlo de parques de estacionamento, identificação de carros roubados, pagamentos automáticos e gestão de trânsito (entre outros)" (Santos & Rodrigues, 2004, p. 1).

Com os exemplos referidos, torna-se possível concluir que a tecnologia ANPR se reveste de uma versatilidade imensa no que diz respeito à sua aplicação, contribuindo por um lado para a desumanização da execução de certas tarefas como o controlo das entradas e saídas de parques de estacionamento e da cobrança da respetiva tarifa, trabalho este que até à algum tempo atrás exigia a presença física de uma pessoa para a sua realização e por outro lado permitiu a amplificação e eficácia de certo tipo de ações como a deteção de carros roubados, trabalho que até então se apresentava como muito complexo e difícil de realizar.

Em complemento da ideia anterior, tal como Kaur e Kaur (2014) afirmam, foi o facto do aumento gradual que se verificava de ano para ano destes carros roubados que levou os investigadores a desenvolver esta tecnologia para fazer face a esta realidade.

2.3. A GNR e a utilização da tecnologia ANPR

A Guarda Nacional Republicana, tal como é definido no n.º 1 do art. 1.º da sua lei orgânica, "é uma força de segurança de natureza militar, constituída por militares organizados num corpo especial de tropas e dotada de autonomia administrativa". Para além da sua missão geral, que se encontra prevista no n.º 2 deste art., já apresentada na introdução

deste trabalho, importa ainda referir que esta FS, encontra-se nos termos do n.º 1 do art. 2.º desta mesma lei em análise, na dependência “...do membro do Governo responsável pela área da administração interna”, podendo, no entanto, nos termos do seu n.º 2 ser colocada

“... na dependência operacional do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, através do seu comandante-geral, nos casos e termos previstos nas Leis de Defesa Nacional e das Forças Armadas e do regime do estado de sítio e do estado de emergência, dependendo, nesta medida, do membro do Governo responsável pela área da defesa nacional no que respeita à uniformização, normalização da doutrina militar, do armamento e do equipamento”.

Segundo a Estratégia da Guarda 2020³⁵, a atual conjuntura global, associada aos fenómenos da globalização, caracterizada pela existência de uma multiplicidade de atores e de relações existentes na esfera internacional e da “...permeabilidade das fronteiras, que se traduz na livre circulação de pessoas, bens e informação...” (Guarda Nacional Republicana [GNR], 2014, p. 30) conduzindo ao afastamento progressivo da barreira que separa a realidade externa da interna, tem originado uma série de perigos e ameaças à segurança e bem-estar das populações. Face a esta realidade, também verificada no nosso país e dado o “...largo espetro de intervenção da Guarda, consolidado nas atribuições legais e área de responsabilidade policial...” (GNR, 2014, p. 30) que detém a seu cargo, exige-se sobretudo desta força policial que por forma a “Garantir a ordem e a tranquilidade públicas e a segurança e a proteção das pessoas e dos bens”³⁶ tenha “...capacidade de antecipação, acompanhamento e adaptação aos fenómenos criminais, às ameaças e riscos à segurança...” (GNR, 2014, p. 30). Tal só será possível de ser concretizado se da parte desta

“...continuarem a ser desenvolvidos esforços conducentes à especialização técnica e científica dos seus recursos, ao avanço da componente tecnológica, à reformulação dos modelos de intervenção e à aposta em novos processos de coordenação e cooperação, no plano interno ou ao nível das relações com outros atores e sistemas internacionais, com a finalidade de providir para melhor servir” (GNR, 2014, p. 30).

É sobretudo, no quadro do investimento no desenvolvimento tecnológico desta força e com o intuito de alterar o paradigma ao nível da fiscalização tributária existente em Portugal até então, que a UAF se encontra atualmente, tal como mencionado na introdução deste trabalho, com um projeto inovador de aplicação da tecnologia ANPR à realidade tributária, fiscal e aduaneira, atribuída à GNR por força do n.º 1 do art. 41.º da sua lei orgânica.

³⁵ Documento este que foi perspetivado para “período de referência, compreendido entre 2015 e 2020” e que “tem por finalidade estabelecer as principais linhas de orientação estratégica, tendentes a assegurar, de forma coesa, sustentada e eficiente, o cumprimento da nobre missão da Guarda, no alinhamento de uma sociedade em acelerada evolução” (Guarda Nacional Republicana [GNR], 2014, p. 31).

³⁶ Cfr. al. b) do art.3.º da Lei n.º 63/2007.

Segundo o considerando oitavo da Recomendação (UE) 2017/820 da Comissão de 12 de maio de 2017, “sobre controlos policiais proporcionados e cooperação policial no espaço Schengen”, defende-se que o uso da tecnologia ANPR deve ser incentivado por parte dos Estados-Membros da UE, como possíveis ferramentas de combate a potenciais ameaças à ordem pública e segurança interna, respeitando as normas existentes tanto ao nível das câmaras de vigilância como da proteção de dados, por forma a permitir sobretudo a “...vigilância dos principais corredores de transporte europeus, utilizados por um número considerável de viajantes e de veículos para se deslocarem na União, sem um impacto desproporcionado no fluxo de tráfego”. Também de acordo com ponto nove da Decisão de Execução (UE) 2016/1209 da Comissão de 12 de junho de 2016 “que substitui o anexo da Decisão de Execução 2013/115/UE relativa ao Manual SIRENE e outras medidas de execução para o Sistema de Informação de Schengen de segunda geração (SIS II)”, é admitido que esta tecnologia desempenha um papel preponderante no âmbito das indicações previstas nos arts. 36.º e 38.º da Decisão SIS II, a respeito dos “Objetivos das indicações e condições de inserção” relativas, respetivamente, a “...pessoas e objetos para efeitos de vigilância discreta ou de controlo específico” e de “...objetos para efeitos de apreensão ou de utilização como prova em processos penais”, sobretudo quando articulada com a componente humana, uma vez que para além de se detetar determinado veículo pretendido, permite a adoção da conduta adequada relativamente ao mesmo.

Em Portugal e em particular nas FS, especialmente na GNR, a utilização da tecnologia ANPR não se constitui como uma novidade, existindo para o efeito a utilização desta na implementação do Projeto “Polícia Automático”, que previu a incorporação deste tipo de equipamentos em viaturas da GNR e da Polícia de Segurança Pública como medida de auxílio não só ao combate e prevenção do fenómeno vulgarmente conhecido por Carjacking, associado ao furto e roubo de viaturas com recurso à violência, como também na fiscalização e deteção de irregularidades verificadas na circulação rodoviária (Sistema de Segurança Interna [SSI] (2009). Segundo o Relatório de Atividades da GNR de 2017, este projeto apesar de continuar a contribuir para o aumento da eficácia operacional nas aéreas anteriormente mencionadas onde se inclui também o combate à falsificação de matrículas, tem apresentado algumas limitações e constrangimentos sobretudo relacionados com a base de dados que apoia o sistema, mais propriamente com “...a qualidade, atualidade e disponibilidade dos dados nela insertos” (Guarda Nacional Republicana [GNR], 2018). Contudo, tal como é referido neste relatório, este sistema continua a ser utilizado no seio da GNR, mais propriamente na vertente da fiscalização rodoviária.

CAPÍTULO 3.

AS IMPLICAÇÕES LEGAIS DA TECNOLOGIA ANPR

3.1. A matrícula enquanto dado pessoal

A matrícula de uma viatura é constituída por um conjunto de caracteres, números e letras, que se encontram escritos, normalmente numa placa de metal, designada por chapa de matrícula, e que permite identificar um veículo associando-o a um determinado proprietário³⁷.

Atendendo à definição de dados pessoais, apresentada no primeiro capítulo, conclui-se que um determinado dado, para ser considerado dado pessoal, tem que conter informações que dizem respeito a uma determinada pessoa que já se encontra identificada ou que poderá ser identificada de uma forma direta ou indireta através do conteúdo dessa informação.

Relativamente ao número de matrícula, existem casos em que através da “...recolha de imagens pelos sistemas vídeo (mas também fotografias) de controlo da passagem de veículos nas portagens ou do acesso de veículos a zonas de circulação condicionada, ou de controlo de velocidade...” (Castro, 2005, p. 124) se torna possível fazer o seu registo e desta forma “...identificar o seu proprietário, ou o titular do contrato de via verde...” (Castro, 2005, p. 124). Nestas situações,

“...não se procede ao registo da imagem da pessoa em si, que não é identificada na imagem, mas torna-se possível a identificação de uma determinada pessoa, sendo, por conseguinte, identificável a pessoa em causa, ainda que com recurso a outras informações” (Castro, 2005, p. 124).

Assim sendo, conclui-se que a matrícula de um veículo, à luz do novo RGPD, constitui-se como um dado pessoal e desde logo carece, ao abrigo deste diploma, de um conjunto de cuidados relacionados com a proteção destes dados relativamente ao seu tratamento.

3.2. A legitimidade da GNR, enquanto instituição pública, para o tratamento de dados pessoais

Clemente (2015, p. 34), defende que “A segurança é a primeira liberdade cívica da República, cujo domínio constitucional remete para o exercício tranquilo de direitos

³⁷ Salienta-se que a atribuição da matrícula está devidamente regulamentada, não sendo por isso atribuída ao acaso.

personais”. Este direito encontra-se devidamente plasmado no art.º 27 da CRP. Segundo este autor, o direito à segurança, numa dimensão positiva significa o “...direito à proteção do cidadão, através da dimensão policial, contra a agressão (ou ameaça) de outrem...” (Clemente, 2015, p. 45))

O art. 272.º da CRP, de epígrafe “Polícia”, estabelece que as FS assumem como principais funções, a defesa da legalidade democrática e a garantia da segurança interna e dos direitos dos cidadãos, limitando a sua atuação não só ao que está previsto na lei como também ao estritamente necessário, tendo sempre como princípio o respeito por aqueles que são os DLG do cidadão.

Fruto do contato direto e constante com o cidadão, do vasto leque de atribuições, prevista no art.º 3 da sua lei orgânica, de onde se salientam, entre outras, a garantia da ordem, da tranquilidade pública, da segurança, da proteção das pessoas e bens, a prevenção da criminalidade e a proteção, o socorro e o auxílio dos cidadãos e da troca de informações entre polícias não só a nível nacional mas sobretudo internacional, a Guarda recolhe e tem acesso a um conjunto de dados que organiza ou já se encontram organizados em bases de dados. Inácio (2008), defende que estas bases de dados policiais foram alvo de uma grande evolução como consequência do recurso às Tecnologias de Informação passando a constituir-se como “...instrumentos essenciais na segurança da Sociedade e do Estado...” (Inácio, 2018, p. 45). Na perspetiva do autor, estas bases de dados “...são autênticos depósitos de informação, gerada por via da intromissão na reserva da vida privada daqueles indivíduos cuja conduta indicou de alguma forma, em determinado momento, um comportamento criminógeno” (Inácio, 2018, p. 49) permitindo o acesso e ao mesmo tempo tratamento de informação pessoal para garantir a concretização de um conjunto de direitos fundamentais como a segurança e a ordem pública em detrimento de outros. Para o autor em questão, cabe ao estado

“...garantir que a informação recolhida, o foi pelos motivos corretos, será tratada e guardada em função dos princípios da necessidade e da competência, sendo apenas utilizada para fins de prevenção e combate à criminalidade, e para tal, disponibilizada em função do “princípio da necessidade do conhecer” na exclusiva subordinação à segurança da sociedade como um todo, acautelando o adequado respeito pelos direitos de cada cidadão individualmente considerado ” (Inácio, 2018, p. 49).

Para Ribeiro (2018), dada a confidencialidade³⁸, a integridade³⁹ e necessidade de disponibilidade⁴⁰ dos dados que são recolhidos pelas FS, estes devem impreterivelmente gozar de proteção.

Em Portugal, como já analisado anteriormente aquando do subcapítulo 1.1, a Constituição, através do seu art. 35.º remete para a lei a definição do “...conceito de dados pessoais, bem como as condições aplicáveis ao seu tratamento automatizado, conexão, transmissão e utilização, e garante a sua proteção, designadamente através de entidade administrativa independente”⁴¹. Esta lei, não é nada mais nada menos, que a LPDP e o RGPD. Para além da LPDP e do novo RGPD, existe ainda a Diretiva, que se destina sobretudo às FS quando efetuam o tratamento de dados pessoais com os fins de “...prevenção, investigação, deteção ou repressão de infrações penais ou execução de sanções penais, incluindo a salvaguarda e prevenção de ameaças à segurança pública”⁴². Situações em que estas forças atuam, ao abrigo da Lei de Organização da Investigação Criminal⁴³, como órgãos de polícia criminal e procedam dentro daquelas que são as suas competências previstas por esta lei, o tratamento de dados pessoais com vista à investigação e prevenção da prática de crimes ou à aplicação de contraordenações são assim abrangidas por a presente Diretiva.

No caso da GNR, o Decreto Regulamentar 2/95, de 25 de janeiro, “Regulamenta a manutenção de uma base de dados pessoais pela Guarda Nacional Republicana (GNR)”, mais propriamente do “Sistema Integrado de Informações Operacionais de Polícia” (SIIOP). Logo no seu art. 1.º, mais propriamente no n.º 2 é referido que esta base de dados “...tem por finalidade organizar e manter atualizada a informação necessária ao exercício das missões da GNR que a respetiva Lei Orgânica (...) lhe comete”. Para Ribeiro (2018), o SIIOP representa um “...sistema baseado num repositório único, centralizado e alargado a todo o dispositivo, que permite à GNR o suporte à decisão/ação, baseado em informação alargada e em tempo real, bem como a uniformização de procedimentos em toda a hierarquia...” (Ribeiro, 2018, p. 94) da instituição, afirmando que o Decreto Regulamentar acima referido aborda sobretudo assuntos que se prendem com “...o tipo de dados

³⁸ Conjunto de técnicas que protegem a informação e que impedem as perdas ou divulgações indevidas (Ribeiro, 2018).

³⁹ Consiste em garantir que os dados não são alterados de forma não autorizada/desejada (Ribeiro, 2018).

⁴⁰ Garante a acessibilidade ao hardware, software e dados por intermédio dos sistemas” (Ribeiro, 2018).

⁴¹ Cfr. n.º 2 do art. 35.º da CRP.

⁴² Cfr. n.º 1 do art. 1.º da Diretiva.

⁴³ Lei n.º 49/2008, de 27 de agosto, aprova a Lei de Organização da Investigação Criminal.

recolhidos, o acesso, a conservação, a comunicação e a transmissão dos mesmos, bem com sobre a segurança da informação e sigilo profissional” (Ribeiro, 2018, pp. 94- 95).

Focando a LPDP, mais propriamente o art. 7.º, consegue-se perceber que o tratamento de dados pessoais feito pelas FS é considerado legítimo, uma vez que atuam revestidas do poder de autoridades públicas conferido pelo próprio legislador com o objetivo da prossecução de missões de interesse público. Contudo esta lei defende que a “...criação e a manutenção de registos centrais relativos a pessoas suspeitas de atividades ilícitas, infrações penais, contraordenações e decisões que apliquem penas, medidas de segurança, coimas e sanções...”⁴⁴ poderão ser mantidas pelos serviços públicos com competência para o efeito, respeitando as normas de proteção de dados existentes, e que para tal seja detentor de parecer prévio favorável da CNPD. Defende ainda que o tratamento destes dados quando se destina à execução de missões de investigação policial “...deve limitar-se ao necessário para a prevenção de um perigo concreto ou repressão de uma infração determinada, para o exercício de competências previstas no respetivo estatuto orgânico ou noutra disposição legal e ainda nos termos de acordo ou convenção internacional...”⁴⁵ ao qual Portugal esteja vinculado.

Relativamente à permuta de informações e o acesso a diferentes bases de dados, fenómeno este que de modo generalizado é chamado por esta lei de “interconexão de dados”⁴⁶, deve, no âmbito do seu art. 9.º, quando não prevista por lei, ser submetida à autorização da CNPD e deve ter em conta a adequação não só dos fins que pretende atingir mas sobretudo aquelas que a lei a habilita para tal e “...não implicar discriminação ou diminuição dos direitos, liberdades e garantias dos titulares dos dados, ser rodeada de adequadas medidas de segurança e ter em conta o tipo de dados objeto de interconexão.”⁴⁷

Quanto à Diretiva, da leitura do seu considerando 34, torna-se possível concluir que as FS quando executam o tratamento de dados pessoais para os fins regulamentados pelo presente diploma

“...deverá abranger qualquer operação ou conjunto de operações efetuadas sobre dados pessoais ou conjuntos de dados pessoais para esses efeitos, com ou sem meios automatizados, tais como a recolha, o registo, a organização, a estruturação, a conservação, a adaptação ou alteração, a recuperação, a consulta, a utilização, a comparação ou interconexão, a limitação do tratamento, o apagamento ou a destruição”.

⁴⁴ Cfr. n.º 1 do art.8.º da LPDP.

⁴⁵ Cfr. n.º 3 do art.8.º da LPDP.

⁴⁶ Segundo a al. i) do art. 3.º da LPDP é a “...forma de tratamento que consiste na possibilidade de relacionamento dos dados de um ficheiro com os dados de um ficheiro ou ficheiros mantidos por outro ou outros responsáveis, ou mantidos pelo mesmo responsável com outra finalidade.”

⁴⁷ Cfr. n.º 2 do art.9.º da LPDP.

Para além disto, no seu considerando 26, afirma que aquando da recolha destes dados, torna-se necessário assegurar que estes “... não sejam excessivos nem conservados durante mais tempo do que o necessário para os efeitos para os quais são tratados” e que para que tal seja possível “...o responsável pelo tratamento deverá fixar prazos para o seu apagamento e revisão”.

Ainda no que diz respeito a esta Diretiva, de acordo com o n.º 3 do art. 4.º, afirma-se que o tratamento desta tipologia de dados poderá “...incluir o arquivo de interesse público...” e atribui aos Estados- Membros, conforme o seu art. 5.º, a responsabilidade em estabelecer prazos e regras que garantam o “...apagamento de dados pessoais ou para a avaliação periódica da necessidade de os conservar”.

No que diz respeito à cooperação policial, no considerando 7 é referido que é fundamental “...facilitar o intercâmbio de dados pessoais entre as autoridades competentes dos Estados-Membros, a fim de assegurar a eficácia da cooperação judiciária em matéria penal e da cooperação policial” sendo importantíssimo que a proteção dos dados pessoais seja igual ao nível dos Estados-Membros. Para além disso, a presente Diretiva vem também estabelecer regras para a transferência de dados pessoais não só para países terceiros como também para organizações internacionais com o objetivo de que os DLG do cidadão sejam em todo o momento respeitados.

As FS não executam apenas o tratamento de dados pessoais para os fins acima descritos, existindo outros, a título de exemplo relativos à gestão dos seus recursos humanos⁴⁸, em que a regulamentação fica sujeita não à referida Diretiva, mas sim ao RGPD, conforme o art. 9.º da Diretiva e à LPDP em tudo o que não divirja do mesmo.

Desta forma, de acordo com a al. e) do n.º 1 do art. 5.º do RGPD, os dados pessoais poderão ser conservados de modo a permitir a identificação dos titulares apenas durante a utilização dos mesmos para a prossecução das finalidades para os quais foram recolhidos ou tratados. Porém, os períodos de conservação poderão ser maiores caso os dados sejam tratados com a finalidade de arquivo de interesse público.

Face ao exposto neste subcapítulo, podemos concluir que as FS, em particular a GNR, tendo em vista a prossecução desse mesmo interesse público, têm necessidade de constituir as suas próprias bases de dados e de ter acesso a outras, com vista ao sucesso da execução das suas missões. Todavia, apesar de se encontrar legitimada para o efeito, tem que obedecer

⁴⁸ Ver Anexo A

a regras próprias e ter sempre presente na sua atuação os princípios adequados a garantir o respeito daqueles que são os DLG dos cidadãos.

3.3. O alcance, do ponto de vista legal, da utilização dos leitores automáticos de matrícula pelas Forças e Serviços de Segurança

Jesus (2018), refere que o aparecimento das novas tecnologias veio não só dar uma nova dimensão à circulação da informação como também tornar-se numa importante ferramenta para os organismos públicos e para as polícias no que respeita à prestação de serviços públicos e da prevenção da criminalidade.

Depois de ser feita uma breve abordagem à matéria relativa à proteção de dados e à cerca da utilização da tecnologia ANPR, cabe agora fazer uma breve reflexão sobre o alcance legal que esta pode ter quando usado pelas FFSS.

Da análise feita no capítulo anterior, pode-se concluir que a tecnologia ANPR, quando utilizada pelas FFSS, constitui-se como um meio de fiscalização não intrusivo, podendo ser usada para diversos fins para além da fiscalização como a investigação criminal. Esta permite, efetuar o rastreamento e localização de veículos e desde logo dos respetivos proprietários. Quando cruzados os dados recolhidos pela tecnologia ANPR com outra informação contida noutras bases de dados, permite desde logo obter informações imediatas das viaturas e dos próprios indivíduos, podendo até permitir o estabelecimento de perfis detalhados destes últimos.

Segundo Woods (2017), a tecnologia ANPR constitui, à luz Convenção Europeia dos Direitos Humanos (CEDH) e da Carta Europeia dos Direitos Fundamentais, uma clara intromissão na vida privada daqueles que são os utilizadores rodoviários. Para este autor, no caso inglês, não se tem considerado com o devido cuidado as questões relativas à privacidade, sobretudo na localização dos veículos e dos respetivos condutores em espaço público, servindo-se da própria convenção e da própria carta para justificar a sua utilização. Continuando com a sua linha de pensamento, o sistema em causa carece de um regime legislativo sólido, que lhe confira uma base adequada, segurança contra possíveis abusos e que garanta mecanismos de supervisão, por forma a permitir não só proteção e segurança aos cidadãos alvo deste tipo de tecnologia como das próprias polícias face a possíveis contestações legais sobre os mesmo.

Segundo uma Avaliação de impacto de privacidade da Polícia Metropolitana de Londres feita por Stride (2018), atendendo aquela que é a realidade Inglesa, mais

propriamente em Londres, caracterizada pela presença de diferentes tipologias criminais (local, nacional, internacional, grupos organizados) e do fenómeno do terrorismo, a tecnologia ANPR constitui-se como uma ferramenta de auxílio das polícias, dando-lhes uma ampla gama de opções para a deteção e combate dos mesmos e para a proteção dos cidadãos. Apesar de suscitar algumas preocupações com possíveis intrusões relacionadas com a sua atuação, a realidade é que o uso desta tecnologia tem tido um forte apoio público (Stride, 2018).

Ao contrário de Woods, Stride (2018) defende que relativamente à CEDH, a utilização desta tecnologia não viola as suas diretrizes, mais propriamente as que se encontram previstas no n.º 1 do art.º 8, mas a sua utilização e as possíveis intromissões que possam existir, encontram-se devidamente enquadradas no n.º 2, mais propriamente na parte que se refere à prevenção da desordem ou crime, uma vez que o intuito da utilização desta ferramenta é a prevenção e deteção dos fenómenos criminais. Acrescenta ainda que, ao nível Inglês existem um conjunto de diretrizes a nível nacional para o uso deste tipo de tecnologia pela polícia que visam sobretudo orientar o armazenamento, a retenção e a eliminação dos dados. De acordo com o NPCC (2016), existem padrões de policiamento nacionais relativos à tecnologia ANPR, que estabelecem critérios para a implementação destas câmaras, que só poderão ser colocadas em locais previamente identificados com base na elaboração de uma avaliação estratégica prévia, com o objetivo de combater a criminalidade aí existente.

Em Portugal, no que diz respeito às FS, a Lei n.º 1/2005, de 10 de janeiro, “regula a utilização de câmaras de vídeo pelas forças e serviços de segurança em locais públicos de utilização comum”. No seu art. 13.º de epígrafe “Utilização de sistemas de vigilância rodoviária”, mais propriamente no seu n.º 1, é referido que tendo em conta a “...salvaguarda da segurança das pessoas e bens na circulação rodoviária e à melhoria das condições de prevenção e repressão das infrações estradais...” é autorizado não só a utilização como também a própria instalação por parte das FS “...de sistemas de vigilância eletrónica, mediante câmaras digitais, de vídeo ou fotográficas, para captação de dados em tempo real e respetiva gravação e tratamento, bem como sistemas de localização, instalados ou a instalar pela entidade competente para a gestão...” das vias rodoviárias nacionais. Esta autorização, de acordo com o n.º 2 do presente art. encontra-se limitada ao respeito dos princípios contidos na LPDP em matéria de proteção de dados pessoais e destina-se sobretudo à fiscalização rodoviária, à “...realização de ações de controlo de tráfego...”, ao acionamento dos meios necessários de prevenção e socorro em casos de acidentes rodoviários, à

localização de viaturas e para a utilização dos registos como prova no âmbito de um processo penal ou contraordenacional.

Desta forma, a utilização da tecnologia ANPR encontra-se no âmbito deste último art. autorizada mais numa perspetiva, à semelhança do que foi analisado no segundo capítulo, de fiscalização rodoviária e de combate a fenómenos criminais relacionados com o furto e roubo de veículos e com a deteção de matrículas falsificadas. No que diz respeito à utilização para outros fins para além dos mencionados anteriormente, como por exemplo para a fiscalização da circulação de mercadorias, o art. nada refere, o que significa que à partida carecerá no âmbito do n.º 1 do art. 3.º conjugado com o n.º 1 do art.º 5 deste diploma de um pedido de autorização por parte do “...dirigente máximo da força ou serviço de segurança respetivo...”⁴⁹, neste caso do General Comandante Geral da GNR ao membro do governo responsável pela sua tutela, ou seja, ao Ministro da Administração Interna.

No que diz respeito à matéria de proteção de dados, tal como se tem vindo a verificar no desenrolar deste TIA, surgiram alterações que se relacionam com a entrada em vigor, ao nível do território da união, do RGPD e da Diretiva. Da análise feita até ao momento, poder-se-á concluir que a utilização da tecnologia ANPR pelas FS tem como finalidade quase sempre a investigação ou a repressão de infrações criminais ou contraordenacionais, finalidades estas que se encontram abrangidas pela Diretiva supracitada. Desta forma, em concordância com o novo RGPD, esta Diretiva trouxe grandes mudanças relativamente às diretrizes da LPDP.

Para que o tratamento seja considerado lícito, nos termos do n.º 1 do seu art. 8.º, tem que ser expressamente necessário à prossecução das atribuições das FS e respeitar os normativos em vigor em matéria de proteção de dados pessoais, estando os dados recolhidos obrigados, nos termos do n.º 1 do art. 9.º, a ser alvo de tratamento para os fins que esta Diretiva regulamenta. Caso isto não se verifique, será necessária uma autorização feita nos termos do RGPD, nas situações que sejam abrangidas pelo direito da UE. Para além disto, com base no n.º 2 deste art., quer os objetivos do tratamento, quer os dados pessoais a tratar e as finalidades do mesmo devem estar previstas no ordenamento jurídico do próprio Estado-Membro, assim como as regras próprias que garantam e estabeleçam, de acordo com o art. 5.º, prazos que sejam adequados ao “...apagamento de dados pessoais ou para a avaliação periódica da necessidade de os conservar”. Em acréscimo a tudo isto, o responsável pelo tratamento, neste caso as FS, quando for aplicável e possível, terá que estabelecer e

⁴⁹ Cfr. n.º 1 do art. 5.º da Lei n.º 1/2005.

diferenciar, nos termos do art.º 6, “...dados pessoais de diferentes categorias de titulares de dados...”, nomeadamente entre indivíduos suspeitos da prática ou da preparação para a execução de uma infração penal, indivíduos já condenados, vítimas ou possíveis vítimas das mesmas e terceiros tais como testemunhas ou colaboradores.

No âmbito do seu art.º 32, a presente Diretiva exige que se nomeie um EPD que tem as funções de informar, aconselhar e fiscalizar o cumprimento por parte da instituição das diretrizes contidas na Diretiva e estabelecer o contacto e cooperar com a autoridade de controlo. Para além disto, no seu art. 24.º, exige que, neste caso as FS, sejam detentoras de um registo que inclua todas as categorias de atividades de tratamento que seja efetuado sob a sua responsabilidade, bem como, de acordo com o n.º1 do art. 25.º, a previsão de serem “...conservados em sistemas de tratamento automatizado registos cronológicos pelo menos das seguintes operações de tratamento: recolha, alteração, consulta, divulgação — incluindo transferências —, interconexão e apagamento...”.

Outra obrigação trazida pela presente Diretiva é de que, nos termos do n.º 1 do seu art. 27.º, sempre que se utilizem novas tecnologias para se proceder ao tratamento de dados pessoais e que daqui possa resultar, “...tendo em conta a sua natureza, âmbito, contexto e finalidades ...” um “...elevado risco para os direitos e liberdades das pessoas singulares, os Estados-Membros preveem que o responsável efetue, antes de iniciar o tratamento, uma avaliação do impacto das operações de tratamento previstas na proteção dos dados pessoais”.

Segundo o Grupo de trabalho do Artigo 29.º para a Proteção de dados (2017, p. 13), situações em que o “... responsável pelo tratamento pretende utilizar um sistema inteligente de análise através de vídeo para selecionar carros específicos e reconhecer automaticamente as matrículas”, para efeitos do RGPD, terão que ser sujeitas a uma AIPD. Ainda no âmbito do RGPD, encontra-se também previsto, no “Regulamento n.º 1/2018 relativo à lista de tratamentos de dados pessoais sujeitos a...” AIPD, emitida pela CNPD, mais propriamente nos pontos dois e nove dessa lista, que a interconexão de dados pessoais ou então o tratamento de dados pessoais pertencentes a categorias especiais conforme previsto no n.º 1 do art.º 9.º ou de dados pessoais que se relacionam com condenações penais e infrações conforme o art. 10.º, ambos do RGPD, ou para além destes, de dados de natureza altamente pessoal, com recurso a novas tecnologias ou a uma nova utilização das já existentes, terão que ser alvo de uma AIPD.

Visto que a Diretiva, como anteriormente analisado, contém também prevista esta AIPD, e conforme se prevê seja transcrita, proximamente, para o ordenamento jurídico nacional, poder-se-á desde logo antever que a tecnologia ANPR quando utilizada pelas FS,

por tudo o que foi referido e à semelhança do que ocorre à luz do RGPD, para além de respeitarem todas as restantes diretrizes desta, necessitará de ser submetida também a tal avaliação.

A GNR, relativamente a estas últimas alterações legislativas, assegura que todos os pressupostos são cumpridos na recolha, no tratamento de dados pessoais, assim como na nomeação de um Coronel Subinspetor da Guarda, para a função de EPD (Guarda Nacional Republicana [GNR], 2019), que desempenha as funções já referidas anteriormente.

CAPÍTULO 4.

CONCLUSÕES PRELIMINARES

Terminada a revisão da literatura acerca do tema desta investigação e antes de avançar para o trabalho de campo importa ainda tecer algumas conclusões a este respeito.

Relativamente às atualizações legais em redor da matéria de proteção de dados pessoais, verifica-se que houve um reforço massivo das regras existentes a este respeito por forma a permitir ao cidadão ter um maior controlo sobre o tratamento da informação que lhe diz respeito. Adicionalmente, a alteração do quadro legal também veio obrigar as entidades responsáveis por esse mesmo tratamento a terem em conta o respeito por aqueles que são os DLG do cidadão. Estas medidas vieram também harmonizar as questões relacionadas com a proteção de dados entre os Estados-Membros facilitando por um lado a troca de informação entre as polícias no seio da UE, assim como conferir uma maior proteção aos cidadãos europeus face à utilização e tratamento dos seus dados por entidades externas à união. Desta forma, transmite-se aos cidadãos que tanto as instituições europeias como nacionais, estão empenhadas na sua proteção e defesa, o que reforça a confiança destes nestas instituições.

Quanto ao uso da tecnologia ANPR, esta tem uma grande aplicabilidade prática no que diz respeito ao uso civil, assim como no uso por parte das FFSS. Relativamente a esta última utilização, o uso da tecnologia ANPR apresenta-se como uma ferramenta de trabalho bastante útil que contribui para aumentar a eficiência da atividade das FFSS em múltiplos aspetos destacando-se sobretudo o combate ao fenómeno criminal e das infrações aos normativos legais vigentes pelo cidadão não só relativamente à circulação rodoviária, mas também relativa a outras matérias.

O uso desta tecnologia pode ser considerado, em muitas situações, como uma intrusão naquela que é a esfera jurídica dos direitos dos cidadãos. Sendo assim, visto que as FFSS são entidades públicas que baseiam a sua atuação na lei, torna-se fundamental que o uso da tecnologia ANPR por parte destes respeite as diretrizes legais existentes relativamente à proteção de dados e que este seja feito com o propósito de aumentar os níveis de segurança e proteção do cidadão e não o contrário.

Parece assim existir, face às diversas possibilidades de utilização da tecnologia ANPR e das atualizações legais existentes em matéria de proteção de dados, uma falta de previsão legal, sobretudo no que diz respeito à Lei n.º 1/2005, que preveja quer as possibilidades de utilização, quer o alcance e as finalidades em que esta poderá ser usada.

PARTE II_ TRABALHO DE CAMPO

CAPÍTULO 5.

METODOLOGIA, MÉTODOS E MATERIAIS UTILIZADOS

Etimologicamente, a palavra Metodologia “... vem do grego “meta” = ao largo; “odos” = caminho; “logos” = discurso, estudo...” (Prodanov & Freitas, 2013, p. 14).

Para Sarmiento (2013, p. 4), a metodologia é “...um processo ou método para atingir um fim”. Nesta perspectiva, define Metodologia científica como sendo “...o estudo do método aplicado à ciência” (Sarmiento, 2013, p. 4), afirmando ainda que estes procedimentos, ou métodos variam consoante a área da ciência em estudo. Para Marconi e Lakatos (2003) a metodologia de pesquisa, abrange um grande número de componentes visto que procura responder ao mesmo tempo às questões “...como? com quê? onde? quanto?” (Marconi & Lakatos, 2003, p. 221).

Prodanov e Freitas (2013, p. 14) entendem que, esta, num nível prático, “...examina, descreve e avalia métodos e técnicas de pesquisa que possibilitam a coleta e o processamento de informações, visando ao encaminhamento e à resolução de problemas e/ou questões de investigação”.

Assim sendo, neste capítulo pretende-se fazer uma pequena abordagem à metodologia seguida para a elaboração do trabalho de campo, tentando perceber de uma forma geral, qual o caminho seguido para a obtenção, tratamento e análise final dos dados que se irá realizar no capítulo seguinte.

5.1. A Tipologia de abordagem utilizada

No que diz respeito às normas e procedimentos tidos em conta na elaboração deste RCFTIA, encontram-se referidos nas NEPs n.º 520/4.^a e 522/1.^a, criadas pela AM para obedecer a tal propósito.

Esta investigação, segue essencialmente uma metodologia qualitativa, visto que tem “...como objetivo alcançar um entendimento mais profundo e subjetivo do objeto de estudo, sem se preocupar com medições e análises estatísticas” (Vilelas, 2009, p. 108). Visa sobretudo “...descrever ou interpretar, mais do que avaliar” (Fortin, 2009, p.22).

Neste tipo específico de abordagem, o ambiente, em si, apresenta-se como uma fonte direta dos dados recolhidos, considerando-se a existência de uma relação dinâmica

indissociável entre o mundo real, objetivo, e a subjetividade do sujeito, não podendo esta relação de vinculação ser quantificada propriamente em números (Prodanov & Freitas, 2013). O Investigador, “...mantém contato direto com o ambiente e o objeto de estudo em questão, necessitando de um trabalho mais intensivo de campo” (Prodanov & Freitas, 2013, p. 70) uma vez que as questões são estudadas diretamente no ambiente em que se encontram sem qualquer manipulação, pelo menos intencional, do investigador, sendo que os dados daqui resultantes, essencialmente descritivos, tentam relatar ao máximo os elementos observados na realidade em estudo (Prodanov & Freitas, 2013).

Nesta perspetiva, a presente investigação baseia-se sobretudo na revisão da literatura, na análise documental e na pesquisa de campo, através da realização de entrevistas a um conjunto de especialistas na matéria com o intuito de poder alcançar uma melhor interpretação da realidade no que a esta problemática diz respeito.

5.2. O Método científico utilizado

De acordo com Quivy e Campenhoudt (1998, p. 25), “Os métodos não são mais do que formalizações particulares do procedimento, percursos diferentes concebidos para estarem mais adaptados aos fenómenos ou domínios estudados”. Já para Crano, Brewer e Lac (2015), o método científico consiste numa abordagem geral que possibilita a obtenção de conhecimento através da utilização de métodos sistemáticos e objetivos que permitem a compreensão de determinado fenómeno, fornecendo ao investigador, um conjunto de etapas que devem ser seguidas e que se revelam essenciais no decorrer da investigação com objetivo de tornar os resultados da observação sólidos e resistentes a qualquer tentativa de questionamento.

Atendendo ao facto que, “Numa investigação pode ser utilizado mais do que um método...” (Sarmiento, 2013, p.7) e à metodologia seguida, pode-se concluir que nesta investigação foram utilizados essencialmente o método analítico⁵⁰, através da análise documental, o método crítico⁵¹, presente sobretudo na reflexão tecida sobre as implicações legais da tecnologia ANPR elaborada durante o terceiro capítulo e o método inquisitivo⁵² presente na realização dos inquéritos por entrevistas.

⁵⁰ Método que “...procura entrar na complexidade dos fenómenos, detalhando-os” (Sarmiento, 2013, p.7).

⁵¹ Método que se baseia “...na observação crítica dos acontecimentos” (Sarmiento, 2013, p.7).

⁵² Método este “... baseado no interrogatório escrito ou oral” (Sarmiento, 2013, p.8).

5.3. Modelo de análise

Marconi e Lakatos (2003, p. 97) defendem que “Toda investigação nasce de algum problema teórico/prático sentido”. Nesta ótica para Fortin (2009, p.70) “...formular um problema de investigação consiste em elaborar uma questão de investigação”.

Assim sendo, esta investigação parte, como já referido na introdução da mesma, da seguinte PP: “Quais as consequências resultantes da utilização de sistemas de leitura automática de matrículas em matéria de proteção de dados pessoais, especialmente com a entrada em vigor do novo quadro legal?”.

Com o objetivo de dar resposta à PP, “...através do qual o investigador tenta exprimir o mais exatamente possível o que procura saber, elucidar, compreender melhor” (Quivy & Campenhoudt, 1998, p. 32), surgem as PD, que em conjunto com a PP permitem perceber o tema alvo de investigação e também proceder ao seu enquadramento e delimitação (Sarmiento, 2013). Estas perguntas, obrigam desde logo o investigador, de uma forma muito mais precisa e rigorosa, a se interrogar sobre o que realmente tenciona descobrir (Bryman, 2012). Assim sendo, com o propósito já anteriormente referido surgem as seguintes PD:

PD1: Que condicionantes o tratamento de informação com vista à Investigação Policial enfrenta, no atual ordenamento jurídico?

PD2: Quais as alterações que o novo Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados e a Diretiva 2016/680 (UE) vêm introduzir, face à atual legislação existente?

PD3: Que relação existe entre a proteção de dados pessoais, o direito à segurança e o direito à reserva da intimidade da vida privada?

PD4: Qual a qualificação da matrícula face à definição de dado pessoal?

PD5: Qual a aplicabilidade dos sistemas de leitura automática de matrículas, enquanto meio de fiscalização não intrusivo, no domínio da atividade policial?

5.4. As técnicas de recolha de dados

Na recolha de dados existem dois conceitos bastante importantes que muitas vezes são usados de forma errada e até mesmo alvo de uma certa confusão, que são o conceito de dados e de informação. Sarmiento (2013, p.16) diferencia-os afirmando que dados, “... são valores discretos, que são registados, podem ser relacionáveis entre si e dizem respeito a uma entidade ou evento” e que informação “...é o resultado do processamento, manipulação e organização de dados, de tal forma que representa uma alteração (quantitativa ou qualitativa) no conhecimento do sistema (pessoa, animal ou máquina) que a recebe”.

Assim sendo, a recolha de dados é um “...processo organizado posto em prática para obter informações junto de múltiplas fontes com o fim de passar de um nível de conhecimento, para outro nível de conhecimento ou de representação de uma dada situação” (Freixo, 2012, p. 220).

Nesta investigação, utiliza-se sobretudo duas tipologias de fontes de informação (Sarmento, 2013). A primeira, a informação bibliográfica⁵³, resulta da pesquisa bibliográfica de livros, arts. e legislação que culminou na elaboração da revisão da literatura, que Brayman (2012) considera como sendo crucial e algo que dá credibilidade e demonstra a relevância da nossa pesquisa pois permite o estabelecimento de ligações entre aquelas que são as nossas perguntas de pesquisa (inclui a PP e as PD), as nossas descobertas e as nossas discussões com a literatura já existente. A segunda, a informação primária⁵⁴, resulta da observação indireta⁵⁵ do investigador através da recolha de dados primários que “...são pesquisados pelo investigador, com vista a satisfazer uma necessidade de informação presente e específica” (Sarmento, 2013, p.16) oriundos da realização de entrevistas⁵⁶.

É da análise destas informações, e da confrontação das mesmas que será possível retirar as conclusões necessárias que permitem não só dar resposta às PD como especialmente à PP. Dado a presente investigação ser uma investigação qualitativa⁵⁷, de entre os instrumentos científicos existentes⁵⁸, destacam-se a análise documental e as entrevistas que serão seguidamente alvo de abordagem (Sarmento, 2013).

5.4.1. A análise documental

A análise documental foi realizada na revisão bibliográfica. Tal como se pode concluir da análise da bibliografia, apesar de também se terem analisado alguns manuais, dissertações (principalmente dissertações de mestrado) e arts., a revisão da literatura, dada a

⁵³ Para Sarmento (2013, p. 20), esta “...é crucial para a elaboração da tese, pois a revisão da literatura sobre o tema em estudo é baseada em vários documentos, de diversos autores, que estão em diferentes suportes...”.

⁵⁴ Para Sarmento (2013, p. 21), a “...Informação primária é aquela que é pesquisada para um fim específico. Pode ser qualitativa, quantitativa e mista e advém do tratamento dos dados primários”.

⁵⁵ Segundo Quivy e Campenhoudt (1998, p. 164) na observação indireta, “...o investigador dirige-se ao sujeito para obter a informação procurada”, através da realização de perguntas ao qual ele responde e é desta forma que “...o sujeito intervém na produção de informação”.

⁵⁶ Segundo Sarmento (2013), as entrevistas são consideradas como fontes primárias de dados.

⁵⁷ A investigação qualitativa para Sarmento (2013) “...é aquela que utiliza informação qualitativa” (Sarmento (2013, p. 27), informação essa que pode ser obtida em entrevistas, reuniões do grupo de foco, do painel e do barómetro e em estudos projetivos de testes de apreciação, expressão e aperceção temática.

⁵⁸ De acordo com Sarmento (2013) são a análise documental, a observação direta, as entrevistas, os inquéritos e os procedimentos especiais e particulares.

especificidade da matéria em estudo, centrou-se na análise de diplomas legais nacionais e europeus relativos à temática deste trabalho.

5.4.2. As entrevistas

As entrevistas, consideradas fontes primárias dos dados, permitem a obtenção de informação através da inquirição oral a um indivíduo isolado ou a um grupo de indivíduos, privilegiando-se a primeira opção para evitar que este sofra influências do grupo (Sarmiento,2013).

Assim sendo, estas são caracterizadas pela existência de um contacto direto entre duas figuras importantes que são o investigador e a pessoa que entrevista, o interlocutor, existindo uma troca entre os mesmos, na medida que o segundo manifesta as suas perceções, interpretações e experiências relativas a uma determinada problemática ou situação motivadas pela colocação de perguntas abertas e das reações expressas por parte do primeiro por forma não só a orientar o segundo para aqueles que são os objetivos da investigação, evitando divagações como também para permitir que este consiga atingir altos padrões de autenticidade e profundidade (Quivy & Campenhoudt, 1998).

Para Crano, Brewer e Lac (2015) um dos motivos que leva o investigador a escolher a opção da realização de entrevistas é quando a PP exige que a recolha de dados seja feita através de um método mais pessoal, interativo e sobretudo verbal podendo ser também necessária a sua utilização quando as populações alvo apresentam dificuldades ao nível da compreensão de um questionário, sobretudo quando se tratam de crianças, idosos ou de pessoas analfabetas.

Relativamente à classificação das entrevistas, quanto ao modo de realização, consideram-se presenciais⁵⁹, quanto ao tipo, revestiram-se tanto de um carácter exploratório como por vezes de um carácter confirmatório uma vez que estas por um lado procuraram “...explorar o conteúdo da investigação, ouvindo especialista sobre o assunto ou tema” e por outro “...obter informações que validem as suas fontes”(Sarmiento, 2013, p.33) sobretudo aquelas que resultaram da análise documental. Quanto ao número de indivíduos, tratam-se de entrevistas individuais⁶⁰, com estruturação semidiretiva⁶¹, em que existe um conjunto de

⁵⁹ “A entrevista presencial é muito mais rica que a efetuada pelo telefone, porque na comunicação importa não só o conteúdo da mensagem transmitida, mas também os gestos dos braços e das mãos, os trejeitos do corpo e os esgares faciais” (Sarmiento, 2013, p. 32).

⁶⁰ Surgem “...quando a entrevista é dirigida a uma só pessoa” (Sarmiento,2013, p. 33).

⁶¹ Para Quivy e Campenhoudt (1998), a entrevista “É semidirectiva no sentido em que não é inteiramente aberta nem encaminhada por um grande número de perguntas precisas”. (Quivy e Campenhoudt, 1998, p.192). Nestas entrevistas o investigador atribui liberdade ao “...entrevistado para que este possa falar abertamente, com as

perguntas orientadoras, previamente estabelecidas num guião validado pela Orientadora⁶², “...relativamente abertas, a propósito das quais é imperativo receber uma informação da parte do entrevistado” (Quivy & Campenhoudt, 1998, p. 192)

O convite à pessoa a entrevistar foi realizado via email, no qual se anexou o guião⁶³, uma carta de apresentação⁶⁴, um breve enquadramento⁶⁵ da mesma, assim como uma declaração de consentimento informado⁶⁶ não só para comprovar a autenticidade das mesmas como também demonstrar que a mesma foi realizada com o consentimento do entrevistado.

Posteriormente, à sua realização por gravação áudio, estas foram reproduzidas por escrito e enviadas por email para as entidades entrevistadas com o intuito de confirmarem que a transcrição corresponde ao que foi declarado pelas mesmas.

5.5. Amostragem

Para Prodanov e Freitas (2013), as ciências sociais são caracterizadas por abrangerem um grande universo de elementos, o que se torna impossível para o investigador considerá-lo, no seu todo, aquando da elaboração do seu estudo. Desta forma, segundo estes, trabalha-se frequentemente “...com uma pequena parte dos elementos que compõem o universo” (Prodanov & Freitas, 2013, p. 97), a amostra. Assim sendo, a amostra é “...um subconjunto de elementos ou de sujeitos tirados da população que são convidados a participar no estudo” (Fortin, 2009, p. 41).

Partindo do princípio que, nos casos em que se procede à realização de entrevistas semi- diretivas, “...o investigador não pode, regra geral, dar-se ao luxo de entrevistar mais do que umas dezenas de pessoas” (Quivy & Campenhoudt, 1998, p. 163), no que a esta investigação diz respeito, foram elaboradas sete entrevistas individuais, a um conjunto de especialistas na matéria alvo de estudo. Assim sendo, pelas razões expressas no apêndice F, foram entrevistados o Procurador José Carlos Barreiros Freire, Procurador da Republica, a Dra. Clara Vieira Guerra, atual consultora coordenadora no Serviço de Informação e Relações Internacionais da CNPD, o Professor Alexandre Sousa Pinheiro, Professor auxiliar

palavras que desejar e pela ordem que lhe convier. O investigador esforçar-se-á simplesmente por reencaminhar a entrevista para os objetivos cada vez que o entrevistado deles se afastar...” (Quivy e Campenhoudt, 1998, pp.192e 193).

⁶² Professora Doutora Sofia de Vasconcelos Casimiro.

⁶³ Cfr. Apêndices D.

⁶⁴ Cfr. Apêndice A.

⁶⁵ Cfr. Apêndice B.

⁶⁶ Cfr. Apêndice C.

no Instituto de Ciências Jurídico-Políticas e Investigador no Centro de Investigação de Direito Público, o Coronel de Infantaria da GNR João Manuel da Conceição de Oliveira, da Inspeção da GNR, o Capitão de Infantaria da GNR Ricardo Alexandre Caiado, da Direção de Justiça e Disciplina da GNR, o Coronel de Infantaria da GNR Armando Magalhães Pereira, atual Comandante da Unidade de Ação Fiscal da GNR e o Capitão de Infantaria da GNR Eurico Gabriel Sintra Nogueira, atual Comandante do Destacamento de Pesquisa da Unidade de Ação Fiscal da GNR.

Com o objetivo de dar resposta às respetivas perguntas da investigação⁶⁷, as entrevistas dividiram-se em três grandes grupos⁶⁸, o grupo A, relativo a entidades internas da GNR, diretamente ligadas com o projeto levado a cabo pela UAF, com o propósito de perceber, de um ponto de vista mais prático, operacional, como é que a tecnologia se processa; o grupo B, que diz respeito a um grupo de entidades da GNR, especialistas na matéria de proteção de dados; e o grupo C, que engloba um conjunto de entrevistas realizadas a especialistas, externos à GNR, em matéria de proteção de dados. Com estes três grupos, procura-se perceber, quais as principais alterações existentes em matéria de proteção de dados à luz do atual quadro legal, e que implicações estas têm na atuação das FS, em especial com a Guarda e que comprometimentos legais representa o uso da tecnologia ANPR.

5.6. As técnicas de tratamento e análise de dados

A elaboração do enquadramento teórico assentou sobretudo na análise documental permitindo antes de passar à segunda parte do trabalho, ou seja, ao trabalho de campo tecer algumas conclusões preliminares que de um certo modo vêm auxiliar e servir de orientação a esta segunda parte.

Para Quivy e Campenhoudt (1998, p. 185), “...os métodos de recolha e os métodos de análise dos dados são normalmente complementares e devem, portanto, ser escolhidos em conjunto, em função dos objetivos e das hipóteses de trabalho”. Na perspetiva destes autores, “Em investigação social, o método das entrevistas está sempre associado a um método de análise de conteúdo” (Quivy & Campenhoudt, 1998, p. 195). Também Guerra (2006, p. 62) reforça esta ideia afirmando que, “Todo o material recolhido numa pesquisa qualitativa é geralmente sujeito a uma análise de conteúdo...” que não é nada mais nada menos que “...uma técnica e não um método, utilizando o procedimento normal da

⁶⁷ Cfr. Apêndice H.

⁶⁸ Cfr. Apêndices E.

investigação- a saber, o confronto entre um quadro de referência do investigador e o material empírico recolhido.”

Visto que “...não há um único tipo de análise de conteúdo, como não há um tipo de entrevista” (Guerra, 2006, p. 61), no âmbito deste trabalho, como forma de realizar o tratamento e a análise de dados, ter-se-á como base a proposta de análise de entrevistas, mais propriamente de análise de conteúdo, apresentada por Guerra (2006) que por traços gerais consiste na transcrição, leitura, construção de “...sinopses das entrevistas numa grelha vertical...” (Guerra, 2006, p. 73) e por fim na sua comparação. Este procedimento de análise de conteúdo através da construção das sinopses das entrevistas, que Guerra (2006, p. 73) entende como “...sínteses dos discursos que contêm a mensagem essencial da entrevista e são fiéis, inclusive na linguagem, ao que disseram os entrevistados”, foi elaborado para cada questão do guião e posteriormente foram comparadas as várias respostas à mesma pergunta, resultando de tal procedimento a elaboração da análise qualitativa dos dados recolhidos.

5.7.Local e data da execução da recolha de dados

No que diz respeito à primeira fase da recolha de dados, dado o carácter atual e específico da matéria que se traduziu na pouca bibliografia existente, foram consultadas sobretudo as Bibliotecas da AM, da Escola da Guarda e a Biblioteca Nacional de Portugal. Para além disso foi feito também o recurso à pesquisa informática na Internet para a análise de diplomas legais e para análise de alguns arts. e dissertações, sobretudo de mestrado, disponíveis online.

Numa segunda fase, da realização de entrevistas estas decorreram, tendo sempre em atenção a disponibilidade dos entrevistados, no dia e local conforme estipulado no Apêndice E.

CAPÍTULO 6.

APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

Concluídas as fases do enquadramento teórico e da metodologia utilizada, o presente capítulo destina-se à apresentação, análise e discussão dos resultados obtidos a partir das transcrições das várias respostas às perguntas colocadas nas entrevistas aos diferentes grupos de entrevistados como se pode observar no apêndice G, cujos respetivos quadros das sinopses elaboradas para cada questão e que se apresentam explanados conforme o apêndice I. Para além da respetiva análise e comparação dos resultados obtidos entre as várias entrevistas realizadas procedeu-se também à comparação com os resultados que foram obtidas da revisão da literatura feita nos capítulos anteriores.

6.1. Apresentação, análise e discussão dos resultados da questão n.º 1

Esta questão teve como objetivo principal, perceber quais as alterações principais que quer o RGPD quer a Diretiva (UE) 2016/680 introduziram no que diz respeito à matéria de proteção de dados.

Conforme o quadro n.º 5 do apêndice I, tanto o E6 como o E7 salientam que, no caso português, estas atualizações legais não trouxeram grandes modificações. Contudo, tal como se observou no subcapítulo 1.4, existiram de facto algumas alterações relacionadas com a introdução de novos direitos fundamentais não contemplados na Diretiva 95/46/CE, como é exemplo o direito ao apagamento dos dados e à portabilidade dos mesmos (E7). Para além disto, existe também um princípio novo, que é o princípio da responsabilidade que não só obriga as entidades responsáveis pelo tratamento ao cumprimento das obrigações legais existentes como também a demonstrarem a efetivação desse mesmo cumprimento (E6), existindo também uma alteração de paradigma ao nível da alteração das funções da CNPD, deixando esta de efetuar a função de controlo prévio (E5, E6), cuja responsabilidade é atribuída às próprias entidades responsáveis pelo tratamento (E5, E6), passando esta a realizar apenas a fiscalização posterior (E6). Estas novas atualizações legais, trouxeram também uma maior consciencialização do público geral para estas matérias (E5), estabelecendo que toda a atividade relativa ao tratamento de dados pessoais levada a cabo por entidades públicas tinha que ter uma previsão legal assim como o tratamento que é considerado de interesse público, não bastando apenas a sua invocação (E6). Ao contrário do que acontecia anteriormente, ao nível do exercício dos direitos por parte dos titulares dos

dados, em particular, no que diz respeito ao acesso a informação, a diretiva determinou que primeiro a pessoa tem que se dirigir ao responsável do tratamento e só depois, caso esse direito lhe seja negado, é que poderá recorrer à CNPD (E6).

6.2. Apresentação, análise e discussão dos resultados da questão n.º 2

A questão n.º 2, cujo quadro da sinopse se encontra no quadro n.º 6 do apêndice I, tentou perceber quais as vantagens, que o cidadão comum, verificou com a entrada em vigor dos diplomas anteriormente referidos.

Nesta questão, ambos os entrevistados 5 e 7 concordam que existiu uma maior divulgação, interesse e consciencialização sobre estas matérias, acrescentando o E5 que tudo isto poderá ter tornado as pessoas conscientes desta problemática e ao mesmo tempo mais tranquilas relativamente à proteção de dados, uma vez que conforme Moniz (2018) afirma, o propósito da legislação sobre a proteção de dados foi aumentar os meios de controlo do uso principalmente de informação pessoal. Para além disto, o E6 acrescenta que existiu uma maior consolidação e densificação do sistema e das normas existentes, indo de encontro ao que é referido no último parágrafo do subcapítulo 1.4 e no segundo parágrafo do capítulo quatro, em que estas alterações, vieram melhorar e tornar mais transparentes as práticas levadas a cabo quer pelos responsáveis pelo tratamento, quer pelos subcontratantes, atribuindo-lhes também maiores responsabilidades.

6.3. Apresentação, análise e discussão dos resultados da questão n.º 3

Esta questão, contemplada no quadro n.º 7 do apêndice referido anteriormente, tentou perceber quais as alterações introduzidas por estes diplomas legais que vieram potenciar o aumento da proteção do cidadão face aquela que é a atividade desenvolvida pelas FS.

Quanto a este respeito, o E5 salientou sobretudo a figura do Encarregado de Proteção de Dados, que tal como foi analisado no subcapítulo 1.4, passou a desempenhar um papel fulcral e ativo no que à proteção de dados diz respeito. Ao nível da proteção do cidadão, poder-se-á concluir que este, em si, não se encontra desprotegido (E7) e que existiu, conforme se observou e concluiu no subcapítulo 1.4, uma introdução não só de novos direitos (E7) como também o aprofundamento dos anteriores (E6, E7), que passaram a ter um tratamento mais amplo, contribuindo desta forma para que os direitos fundamentais dos titulares dos dados passassem a gozar de uma maior robustez (E7). Contudo, o E7, defende que o caso das FS é um caso particular, que tem de ser compreendido dentro daquela que é

a sua função, tal como se observa nos capítulos um e três da revisão da literatura, onde, para determinadas situações, nomeadamente no desempenho por parte das FS de missões com vista a garantir a segurança pública, a aplicação do RGPD é substituída pela Diretiva (UE) 2016/680. Para além disto, o E6 salienta também a introdução de novas exigências, mais rigorosas, no que diz respeito às medidas de segurança da informação e do tratamento de dados, obrigando à divisão clara do que são factos, apreciações e juízos de valor e a possuir os tratamentos de dados pessoais, organizados em função das categorias de titulares de dados, de acordo com o que foi verificado na análise do art.º 6 da Diretiva no subcapítulo 3.3, aplicando-se diferentes regras em função do papel que desempenham em todo o esquema.

6.4. Apresentação, análise e discussão dos resultados da questão n.º 4

No que a esta questão diz respeito, o objetivo da mesma foi perceber, do lado das FS, em particular da Guarda, quais as alterações introduzidas em matéria de proteção de dados pelos diplomas supramencionados.

Conforme o quadro n.º 8, colocado nos apêndices, o E3, afirmou que à data da entrada em vigor destes dois diplomas, a Guarda já tinha respondido, de forma atempada, a todas as necessidades que estes criaram e exigiram, cumprindo todas as exigências legais. Por sua vez, segundo o E4, estes dois diplomas legais trouxeram, principalmente, ao nível da EU, uma maior proteção dos dados pessoais, conduziram à defesa dos direitos de propriedade intelectual e de direitos conexos, à luta contra o fenómeno do cibercrime e à proteção dos menores no que diz respeito especialmente à utilização dos recursos da rede, em particular das redes sociais.

Como se pode verificar e concluir da elaboração do enquadramento teórico e das respostas dos entrevistados três e quatro, existiram de facto um reforço das regras existentes em matéria de proteção de dados, sendo introduzidas várias alterações, que a GNR, neste momento, já se encontra a respeitar e a cumprir (E3).

6.5. Apresentação, análise e discussão dos resultados da questão n.º 5

Esta questão teve como propósito perceber, quais as principais áreas e que alterações existiram no modo de atuação das FS, com as recentes alterações legais em matéria de proteção de dados.

De acordo com o quadro n.º 9 colocado no apêndice I, segundo o E3, estas atualizações legais vieram sobretudo originar melhorias ao nível dos equipamentos, dos sistemas, do conhecimento, da eficácia e da eficiência permitindo sobretudo uma melhor gestão das bases de dados e uma melhor interoperabilidade das mesmas, repercutindo-se tudo isto, numa melhor resposta da administração face ao cidadão. Esta perspetiva vai de encontro aquela que é defendida por Inácio (2008), na medida em que estas bases de dados têm um papel preponderante e fundamental na prossecução da segurança e da ordem pública.

6.6. Apresentação, análise e discussão dos resultados da questão n.º 6

Nesta questão pretendeu-se perceber, ao nível da GNR, qual o impacto da entrada em vigor dos dois diplomas mencionados anteriormente, ao nível das bases de dados organizadas existentes no seio da instituição.

Conforme o apêndice I, mais propriamente o quadro n.º 10, consegue-se concluir que, de acordo com o E4, o RGPD vem exigir que exista uma adaptação das bases de dados existentes por forma a garantir o respeito pelos DLG dos cidadãos e que trouxe consigo a questão da responsabilização em matérias relacionadas com a proteção de dados, onde o EPD, conforme também é defendido pelo Grupo de Trabalho do Artigo 29.º para a Proteção de Dados (2016), desempenha um papel fundamental, sendo as empresas obrigadas a adotar medidas, técnicas e organizativas, necessárias e adequadas tendo em vista garantir a segurança do tratamento de dados, conforme referido também no subcapítulo 1.4 do enquadramento teórico. Contudo, o E3 suporta a ideia que fruto da preparação anterior à entrada em vigor destes diplomas, o impacto destes nas bases de dados da GNR foi quase inexistente e que tendo com base o princípio do interesse legítimo, abordado no subcapítulo 1.4, aquando da análise do art. 6.º do RGPD, torna-se possível fazer o tratamento de bases de dados internas relacionados com o efetivo da Guarda, sem o consentimento expresso dos titulares. Defende ainda que não é preciso pedir novos consentimentos com a entrada em vigor do RGPD e que existe uma espécie de fobia, errada, de que é necessário um consentimento expresso para tudo.

6.7. Apresentação, análise e discussão dos resultados da questão n.º 7

O intuito desta pergunta foi, essencialmente, perceber de uma forma generalizada, quais as medidas que as bases de dados têm que respeitar para que a proteção de dados possa ser garantida.

Da análise feita no quadro n.º 11, conclui-se que estas medidas são todos aqueles princípios que se encontram explanados no RGPD como os princípios da retificação, do direito ao esquecimento e da anonimização (E3), abordados no subcapítulo 1.4, aquando da análise principalmente dos arts. 5.º, 16.º e 17.º do RGPD, e 1.2, aquando da abordagem ao art.º 4 também do RGPD. Contudo, ao nível do tratamento de dados dessas bases, o E4 destaca algumas medidas que devem ser consideradas por forma a garantir a sua segurança, abordadas também nos subcapítulos 1.1 e 1.4, mais propriamente na análise do art. 35.º da CRP e dos arts. 5.º, 7.º, 8.º, 33.º, 34.º e no capítulo III do RGPD, que se prendem com a análise do processo de consentimento, da definição de dados sensíveis, dos diferentes direitos dos titulares, do consentimento das crianças, do contrato de subcontratação, do registo de atividades de tratamento conforme o referido por Lambert (2018), e das notificações. Este salienta ainda a existência de um conjunto de situações, abordadas aquando da análise do art.º 6 do RGPD no subcapítulo 1.4, para que o tratamento dos dados pessoais seja considerado lícito e de um conjunto de direitos que é necessário respeitar que são o direito ao controlo dos dados informatizados, à não difusão desses dados, à proibição de tratamento dos dados pessoalíssimos e a garantia da não atribuição de um número nacional único.

6.8. Apresentação, análise e discussão dos resultados da questão n.º 8

Esta questão teve como foco, face às novas atualizações legais em matéria de proteção de dados, perceber quais os mecanismos de controlo que a Guarda tem implementado para garantir que as suas bases de dados pessoais cumprem todos os normativos legais em vigor.

Com base no quadro n.º 12, percebe-se que a GNR executa um conjunto de fiscalizações internas aleatórias e por nomes para verificar o cumprimento das normas legais por parte das suas bases de dados (E3), conforme mencionado na parte do enquadramento teórico e revisão da literatura aquando da análise das orientações sobre o EPD do Grupo de trabalho do Artigo 29.º para a Proteção de dados (2016).

6.9. Apresentação, análise e discussão dos resultados da questão n.º 9

Com esta questão, tentou-se perceber, do ponto de vista das atividades levadas a cabo pelas FS, em particular pela Guarda, no âmbito da investigação criminal, onde o tratamento

de dados pessoais assume um papel preponderante, se existiu alguma limitação ou dificuldade introduzida pelas atualizações legais que tem vindo a ser alvo de abordagem.

De acordo com o quadro n.º 13, ambos os entrevistados (E3, E4) concordam que as recentes atualizações legais em matéria de proteção de dados, não constituíram nenhuma limitação ou dificuldade acrescida ao desenvolvimento de atividades de investigação criminal. Contrariamente ao E3, que defende a não existência de qualquer necessidade acrescida, o E4, salienta a necessidade de serem adotadas medidas técnicas e organizativas com o objetivo de garantir a segurança do tratamento de dados pessoais, conforme previsto por ambos os diplomas e referido no subcapítulo 1.4 aquando da análise do art. 32.º do RGPD.

6.10. Apresentação, análise e discussão dos resultados da questão n.º 10

Através da formulação desta pergunta, pretendeu-se sobretudo saber quais é que são as condicionantes que o tratamento de dados pessoais para fins de investigação policial enfrenta à luz do atual ordenamento jurídico.

Sendo assim, conforme o quadro n.º 14, tanto o E3 como o E6 concordam que o atual ordenamento jurídico, já com a introdução das novas atualizações legais, não se apresenta como uma condicionante da investigação criminal, mas sim, segundo o E6 como uma impulsionadora da mesma através do fornecimento de meios adicionais, ferramentas e da abertura do acesso da informação às FS. Para o E3, a limitação existente ao nível da compressão de alguns direitos e de algumas liberdades já vem do antecedente e já se encontrava plasmado na lei. O E6 acrescenta ainda que as forças têm que funcionar de acordo com a lei existente, fazendo uso das ferramentas que têm ao seu dispor. Opinião diferente das anteriores têm os entrevistados 4,5 e 7. Conforme refere o E4, as principais condicionantes impostas ao tratamento de dados pessoais para fins de investigação policial decorrem das obrigações contempladas na Diretiva (UE) 2016/680, analisada mais propriamente nos subcapítulos 3.2 e 3.3. Existem, contudo, um conjunto de princípios, alvo de abordagem no subcapítulo 1.4 aquando da análise do art. 5.º do RGPD, comuns ao RGPD e à Diretiva, que é necessário respeitar e que de um certo ponto levantam dificuldades nesta matéria que são o princípio da necessidade (E5), da proporcionalidade (E5, E7), da licitude (E4), da finalidade (E4, E7), da minimização (E4), da limitação da conservação (E4) e da legalidade (E7). Para além disto, o E7 defende que existem sempre um conjunto de

limitações ao acesso e conservação da informação e que a atuação policial se encontra limitada ao facto de o indivíduo apresentar um comportamento revelador de suspeita.

6.11. Apresentação, análise e discussão dos resultados da questão n.º 11

A elaboração desta questão teve como objetivo procurar perceber quais as ingerências na esfera privada dos cidadãos, que o uso da tecnologia ANPR por parte da UAF, poderá representar.

Através do quadro n.º 15, consegue-se perceber que as opiniões entre os entrevistados divergem. O E3 admite que não prevê que exista qualquer ingerência de tal forma grave que possa limitar os DLG dos cidadãos e por isso possa ser ilegal. Para o E4, existe uma intromissão na esfera jurídica dos cidadãos resultante de um acesso indevido a informação constante em bases de dados para finalidades diferentes para às quais esta foi armazenada. Já o E5 afirma que se a tecnologia tiver como destino o controlo tributário, fiscal e aduaneiro não lhe parece existir qualquer ingerência, contudo salienta que tudo depende da forma como o projeto for implementado e aplicado. Contudo, o E6 levanta questões relacionadas com a captura indiscriminada de matrículas e dos impactos que o uso desta traz ao nível da liberdade de circulação das pessoas sem ser monitorizadas, salientando a necessidade da existência de uma AIPD, da definição clara das finalidades desta, da implementação de uma solução tecnológica para a captura indiscriminada e da aplicação destas formas de controlo a situações pontuais e importantes como crimes. Numa perspetiva mais reticente e até contrária, mais de encontro àquela que Woods (2017) defende, o E7 defende, à semelhança do E6, que o problema se coloca com o princípio da finalidade e da proporcionalidade e que o projeto em si, o facto de a tecnologia poder captar matrículas indiscriminadamente, lhe parece, salvo situações muito especiais, desproporcional e até abusivo. Desta forma, de uma forma geral, parece que a maioria dos entrevistados admitem que esta tecnologia tem ou poderá ter ingerências na esfera privada dos cidadãos, embora de formas distintas.

6.12. Apresentação, análise e discussão dos resultados da questão n.º 12

A questão n.º 12 visou, sobretudo, perceber quais os entraves jurídicos que terão de ser superados para se proceder à implementação deste projeto.

Segundo o quadro n.º 16, o E1 defende que deve existir uma clarificação ou adequação do atual regime legal relativamente a certos aspetos como a recolha, o registo indiferenciado, o tratamento transfronteiriço de dados recolhidos para diferente finalidade e que possibilite

a interconexão de dados com sistemas ANPR de outros Estados-Membros, de outras entidades, sejam elas governamentais ou particulares e que sejam ultrapassados alguns constrangimentos no acesso a informação armazenada em bases de dados governamentais. Também os entrevistados 6 e 7, indo de encontro à perspectiva de Woods (2017) e aquelas que são as conclusões preliminares deste trabalho explanadas no capítulo 4, defendem que deverá existir uma atualização legal, ao nível da criação de um diploma que acompanha a aplicação de uma tecnologia destas e que, de acordo com o E6, seja específica, definindo não só as finalidades como a forma como se poderá aplicar, consagrando as garantias necessárias e que incorpore soluções tecnológicas para possíveis problemas relacionados com a proteção de dados identificados pela AIPD. Por sua vez, o E7 destaca ainda que para que uma medida destas não possa ser no futuro considerada ilegal, terá que se ponderar e perceber muito bem as exigências relativas aos princípios da finalidade e da proporcionalidade e existir assim, um diálogo entre a tecnologia, a segurança da informação, os respetivos procedimentos e a componente jurídica. Já o E5 salienta e refere também que os entraves colocados poderão estar relacionados com o princípio da proporcionalidade e com as informações que serão passíveis de cruzamento afirmando que se o intuito desse cruzamento fosse com o objetivo do controlo fiscal e aduaneiro, não haveria qualquer problema, agora ter acesso a outras bases de dados pessoais teria que ser no âmbito de uma investigação criminal e não para esta finalidade. À semelhança do E1, o E2 destaca como limitações à aplicação deste projeto os constrangimentos face à disponibilização e o acesso a informação, sobretudo fiscal, e a invocação, que o entrevistado classifica como sendo demasiado restritiva e severa, do sigilo fiscal. Para além disto considera que no plano jurídico as principais dificuldades que serão levantadas relacionam-se essencialmente ao nível da proteção de dados sobretudo com as questões da finalidade. Por sua vez, o E4 acrescenta ainda como possíveis entraves, o direito à reserva sobre a intimidade da vida privada, as restrições à utilização da informática no âmbito do tratamento de dados pessoais conforme o art. 35.º da CRP, a defesa dos direitos fundamentais e o facto de o direito à proteção de dados pessoais ser associado à privacidade pelo Tribunal Europeu dos Direitos Humanos. Por último, contrariamente aos entrevistados 2, 4, 5, 6 e 7, o E3 suporta a ideia que desde que exista a celebração de protocolos entre as entidades públicas que gerem a informação, não vê qualquer entrave jurídico para além daqueles que a própria lei já determina, uma vez que não considera que exista qualquer limitação dos direitos dos cidadãos.

6.13. Apresentação, análise e discussão dos resultados da questão n.º 13

Esta questão teve essencialmente como objetivo compreender, dentro do quadro atual em matéria de proteção de dados, até que ponto a exponenciação da utilização de meios de fiscalização não intrusivos como os sistemas ANPR poderá ser permitida no domínio da atividade policial.

Da análise do quadro n.º 17, verifica-se que a generalidade dos entrevistados admite que a utilização desta tecnologia poderá ser permitida colocando algumas ressalvas (E3, E4, E5, E6, E7). O E3 defende que essa utilização deverá ser feita com cuidado e com controlo por forma a que entre a realidade da segurança e da liberdade exista uma certa interoperabilização. Já o E4 suporta a ideia que a permissão da utilização desta tecnologia deve ser antecedida da definição e clarificação dos seus objetivos, das regras de acesso, da difusão e tratamento dos dados pessoais bem como da existência e disponibilização de registos de acesso a essas bases, conforme o referido no subcapítulo 3.3 aquando da análise dos arts. 24.º e 25.º da Diretiva 2016/680. Salienta ainda o papel que o EPD desempenha no cumprimento dos normativos do RGPD, conforme referido também pelo Grupo de trabalho do Artigo 29.º para a Proteção de dados (2016), e que a mesma poderá e deverá ser utilizada desde que respeite o estipulado na lei n.º 1/2005, perspectiva esta que de acordo com o referido no subcapítulo 3.3 inclui apenas como fins a fiscalização rodoviária e o combate ao furto e roubo de veículos e a deteção de matrículas falsificadas. Opinião diferente tem o E5 que defende que o tratamento nos termos do RGPD é lícito e que esta tecnologia tem um objetivo, uma utilização e um fim muito concretos e que para tal não terá problemas quanto à sua implementação ressalvando a necessidade de redução ao máximo da utilização de dados pessoais. Já o E6, destacando que o nível de exigência do atual quadro legal é semelhante ao anterior, ressalva que para a utilização deste tipo de tecnologia, tem que haver um fundamento de legitimidade através de uma lei que contemple as garantias necessárias por forma a salvaguardar um nível de intrusão. Por último, na opinião do E7, em parte mais restritiva e conservadora que as anteriores, defende que a utilização desta será legítima desde que esteja a tratar com veículos considerados suspeitos. Caso contrário, ou seja, caso se proceda à gravação e registo das matrículas de forma indiscriminada, tal constituirá uma violação ao princípio da proporcionalidade sendo a utilização desta considerada como ilícita.

6.14. Apresentação, análise e discussão dos resultados da questão n.º 14

Esta pergunta pretendeu perceber se na opinião dos entrevistados, atendendo à situação da criminalidade nacional e europeia atuais, eram apologistas ou não de uma maior utilização desta tecnologia no domínio da atividade policial.

De acordo com o quadro n.º 18, verifica-se novamente uma divergência de opiniões. O E5 defende que a tendência do uso destas será para aumentar indicando várias razões de entre as quais a evolução da própria criminalidade e as vantagens e possibilidades deste tipo de tecnologias, que conforme se concluiu no capítulo 4 e Stride (2018) defende, contribuem para aumentar a eficiência da atividade das FFSS. Por outro lado, os entrevistados 6 e 7 apresentam uma postura mais reticente. O E7 afirma que tal facto tem que ser analisado por quem está no terreno e quem a vai aplicar em conjunto com os magistrados que acompanham as investigações tendo que respeitar sempre o princípio da proporcionalidade e os normativos legais vigentes. Já o E6 alerta para os possíveis perigos da utilização da mesma relacionados com possíveis tentativas de utilizar esta tecnologia como vigilância passiva. Por outro lado, suporta que esta deve ser encarada como um auxiliar do trabalho policial e não como uma forma de substituir o tradicional trabalho de campo, devendo esta ter uma finalidade específica de onde se possam verificar efetivamente resultados concretos e que apenas faça uso, em observância do princípio da proporcionalidade anteriormente referido, da informação definida como relevante, desprezando a outra. Salienta também a importância da existência da manutenção de um equilíbrio relacionado com o uso desta tecnologia por forma a preservar as liberdades dos cidadãos.

6.15. Apresentação, análise e discussão dos resultados da questão n.º 15

A pergunta em questão foi criada por forma a procurar perceber, por traços gerais, qual a vantagem, ou seja, a mais valia que o uso da tecnologia ANPR por parte da UAF poderá trazer em contraposição com os meios já existentes.

Segundo o quadro n.º 19, consegue-se depreender que tal recurso a esta tecnologia vem alterar o paradigma da fiscalização tributária em Portugal (E1), permitindo não só a introdução de uma maior seletividade na realização dos controlos de fiscalização, como também dos próprios alvos a fiscalizar (E2), a monitorização da circulação de mercadorias em território nacional (E1, E2), conforme Santos e Rodrigues (2004) defendem no subcapítulo 2.1, por forma a rentabilizar (E1) e a introduzir, com maior acuidade, o efeito surpresa na atividade levada a cabo pela UAF (E2), atingir as condutas mais danosas e as

infrações mais gravosas que afetam o erário público (E2), à construção de listas ou “*hotlists*” de viaturas suspeitas (E2) e a integração, análise, correlação e contextualização da informação recolhida pelos vários sistemas de informação existentes (E1), tal como Woods (2017) e o NPCC (2016) afirmam no subcapítulo 2.1, possibilitando, de acordo com Stride (2018), outra capacidade que se traduzirá em ganhos de eficiência e eficácia não só no desenvolvimento das capacidades de fiscalização e investigação tributárias como também na resposta a solicitações de outros países (E2).

6.16. Apresentação, análise e discussão dos resultados da questão n.º 16

A questão n.º 16 teve como objetivo perceber a forma como a tecnologia ANPR se processa.

De acordo com o quadro n.º 20, depreende-se que, à semelhança do que foi descrito no Subcapítulo 2.1, através da análise do ponto de vista de vários autores, esta tecnologia caracteriza-se por efetuar a captura automatizada dos caracteres que integram a matrícula de uma viatura (E1, E2), através do registo fotográfico ou de vídeo com recurso a câmaras adequadas, sendo estes dados processados informaticamente com recurso à tecnologia OCR (E1), tal como Fonseca (2015) afirma no subcapítulo supramencionado. Conforme explicado pelo NPCC (2016), esta, permite assim a construção de “*hotlists*” ou listas de viaturas suspeitas ou de interesse, como por exemplo, viaturas afetas ao transporte de determinado tipo de mercadorias sujeitas à ação tributária (E2), podendo com base nestas ser adicionadas e desenvolvidas capacidades de alarmística (E1, E2), tendo a capacidade de, tal como Woods (2017) afirma, tais equipamentos serem utilizados tanto em viaturas móveis como em pontos fixos, como por exemplo nas fronteiras (E2). Esta informação é armazenada num servidor central, cuja gestão permitirá a todo o dispositivo no terreno ter acesso à mesma, assim como também fazer a respetiva análise e tratamento e ao mesmo tempo informação, através da introdução no sistema da identificação de veículos suspeitos envolvidos em atividades criminosas (E2) permitindo-se assim, conforme explicado por Woods (2017) e pelo NPCC (2016), não só a captura desses dados como também o seu armazenamento e cruzamento com registos já existentes de modo a possibilitar a realização de atividades como a integração, a análise, a correlação e a contextualização desses dados (E1).

6.17. Apresentação, análise e discussão dos resultados da questão n.º 17

A pergunta supracitada, foi elaborada com o propósito de saber quais são as vantagens do uso da tecnologia ANPR por parte das polícias, naquela que é a prossecução da sua atividade diária, e especialmente pela UAF.

Tendo como apoio o quadro n.º 21, torna-se possível perceber que os sistemas ANPR têm, do ponto de vista da atividade levada a cabo pelas polícias, uma grande aplicabilidade (E1), conforme Santos e Rodrigues (2004) e o NPCC(2016) defendem, podendo ser utilizadas para além da parte tributária, noutras situações, sobretudo se associada a informação oriunda de outras valências da guarda (E2) como na deteção de viaturas penhoradas (E1, E2), no combate aos tráficos transfronteiriços, nomeadamente o tráfico de droga (E2), na referenciação de contentores (E1, E2), no combate e prevenção criminais (E1), na referenciação e deteção de viaturas suspeitas, quer sejam pertencentes a indivíduos suspeitos ou estejam referenciadas no transporte ilícito de mercadorias (E1,E2), tal como Woods (2017) evidencia no subcapítulo 2.1, na monitorização do tráfego rodoviário e na diminuição da sinistralidade rodoviária (E1) no direcionamento do patrulhamento e das forças para ações operacionais específicas (E1, E2), no controlo das fronteiras externas da UE (E1), trazendo aos diversos níveis ganhos de eficácia e eficiência (E1). Este sistema, apesar de ele próprio, sem qualquer conexão a fontes de informação e sistemas externos, conseguir criar informação encontra-se maximizado e potenciado quando associado a sistemas de bases de dados externos (E2), tal como no âmbito das funções da UAF, por exemplo do E-fatura (E2) podendo, neste âmbito desempenhar um papel de suporte à análise de risco e como ferramenta de alarmística contribuindo sobretudo para o combate às infrações aos IEC, ao RBC, ao ISV, entre outras (E1). Para além disto, a associação de bases de dados externas ao sistema, como a anterior, poderão desempenhar um papel importante uma vez que permitem rotinar certos operadores considerados suspeitos e também padronizar controlos de mercadorias considerados de elevada criticidade à fraude, podendo-se assim concluir que, quer o potencial, quer as vantagens que se podem retirar da utilização dos sistemas ANPR são incomensuráveis (E2).

6.18. Apresentação, análise e discussão dos resultados da questão n.º 18

Com a questão n.º 18, pretendeu-se perceber, do lado dos portugueses, do cidadão comum, quais seriam as vantagens que os mesmos veriam no uso desta tecnologia por parte da UAF.

Através do quadro n.º 22, deduz-se que conforme o E2 afirma, para os portugueses, existem vantagens diretas e indiretas. Se a tecnologia, ao nível da UAF, trazer uma maior eficácia (E2), sobretudo ao nível tributário, poderá existir uma maior contribuição e aproximação ao princípio da equidade fiscal através da recolha de uma maior receita tributária (E1, E2), possibilitando um maior alívio da carga fiscal dos contribuintes e uma abordagem mais direcionada para os contribuintes mais lesivos dos interesses do estado e da UE (E1). Para além disto, através da associação ao sistema de, por exemplo, listas de veículos furtados, será também possível proporcionar aos cidadãos resultados mais visíveis e concretos permitindo a melhoria do seu sentimento de segurança (E2), contribuir para uma concorrência mais leal entre as empresas (E2) e para a criação de um efeito dissuasor, através de incremento da perceção do risco de detenção de atividades fraudulentas, como forma de prevenção deste tipo de infrações, sobretudo as de maior gravidade (E1, E2).

6.19. Apresentação, análise e discussão dos resultados da questão n.º 19

Esta questão, foi criada com o propósito de procurar saber qual a ingerência que, à partida, a utilização desta tecnologia poderá representar na vida e privacidade do cidadão.

Da observação do quadro n.º 23 resulta que ambos os entrevistados (E1, E2) concordam que esta tecnologia tem ingerências na vida e na privacidade das pessoas. Contudo, o E1 salienta esta será idêntica a qualquer outra que resulte de operações realizadas sobre dados pessoais com recurso a meios manuais ou automatizados, aproximando-se do ponto de vista de Stride (2018) ao afirmar que os cidadãos já se encontram familiarizados com a utilização desta, como na cobrança eletrónica de portagens, e que se apresenta como razoável, aos olhos destes, a utilização desta, como forma de prevenção e investigação criminal, em particular, das formas de criminalidade mais grave. Já o E2, indo ao encontro também com a perspetiva de Stride (2018), destaca que esta ingerência é mais ou menos tolerada em função dos problemas específicos que afetam cada país, defendendo que é desejável enquanto sociedade existir um ponto de equilíbrio entre a cedência das liberdades e garantias do cidadão e aqueles que são os interesses e realizações superiores conducentes, como por exemplo o combate à fraude e evasão fiscal, devendo este ser avaliado em função das ameaças. Com base nisto, considera que a ameaça resultante da evasão e da fraude tributárias justificam a existência de uma certa cedência das liberdades e dos direitos do cidadão muito maior do que aquela que hoje existe em prol da segurança e de princípios como da justiça e da equidade fiscal por forma a também contribuirmos para a segurança do

espaço comunitário, realidade esta em relação ao qual, segundo este entrevistado, deve existir uma maior cedência do que aquela que se tem verificado.

6.20. Apresentação, análise e discussão dos resultados da questão n.º 20

A elaboração desta pergunta teve como finalidade, compreender quais as categorias de dados pessoais que seriam alvo de tratamento por parte desta tecnologia que será alvo de implementação na UAF.

De acordo com o quadro n.º 24, as categorias desses dados, à semelhança do que foi referido e analisado principalmente no subcapítulo 2.1, seriam de Identificação (E1, E2), uma vez que esta permite a obtenção de elementos potencialmente identificadores como a imagem do veículo, do condutor e dos caracteres da matrícula (E1) que estão sempre associados a um nome (E2) a partir do qual, embora de forma indireta, através do cruzamento com outras bases de dados, se possa chegar à residência de uma pessoa e até mesmo, embora numa vertente mais ambiciosa do projeto, a informação fiscal no sentido mais abrangente, como por exemplo, o número de contribuinte e a situação contributiva de pessoas e/ou empresas (E2), de comportamento (E1), através da localização e referenciação de um determinado veículo e localização, através da localização espacial e temporal desse mesmo veículo (E1).

6.21. Apresentação, análise e discussão dos resultados da questão n.º 21

A questão supracitada, foi colocada com o propósito de procurar saber quais as principais condicionantes que a utilização desta tecnologia para os fins de investigação policial, em particular para a prossecução dos fins da UAF, poderá enfrentar em matéria de tratamento de dados pessoais no atual ordenamento jurídico.

Segundo o quadro n.º 25, o E1 evidencia como condicionantes, as ponderações sobre a necessidade de realização ou não de uma AIPD, conforme evidenciado na parte final do subcapítulo 3.3 e da respetiva consulta prévia da CNPD em função dos resultados da mesma, sobre se a previsão legal para a utilização destes sistemas que se encontra na Lei n.º 1/2005, conforme foi expresso também no subcapítulo 3.3, face à natureza dos dados e das operações a realizar, cumpre com as exigências que decorrem da Diretiva (UE) 2016/680 e do facto desta Diretiva, tal como também é evidenciado na fase final do subcapítulo 3.3, ainda não ter sido transposta para o ordenamento jurídico nacional, o que poderá representar algumas alterações ao nível das diferentes atividades do estado, no que diz respeito à prevenção,

investigação, deteção ou repressão de fenómenos criminais. Para além destas, o E2 salienta a tradição conservadora existente em matéria de proteção de dados e acrescenta ainda como limitações, as envolvências que existem em torno do sigilo fiscal e do facto de a tecnologia ANPR ser um sistema de informações que tem um servidor central onde armazena e utiliza informação, proveniente por vezes da agregação de outras bases de dados externas, para finalidades diferentes daquelas para o qual foram autorizadas pela proteção de dados inicialmente.

6.22. Apresentação, análise e discussão dos resultados da questão n.º 22

Nesta questão, procurou-se tentar saber se na opinião dos entrevistados, no que à utilização da tecnologia ANPR diz respeito, a lei portuguesa se encontra adequada àquelas que são as necessidades de segurança e de privacidade dos cidadãos, se é demasiado restritiva ou permissiva ou se existe algum tipo de vazio legal.

Conforme se observa no quadro n.º 26, ambos os entrevistados (E1, E2) admitem que a lei portuguesa adota uma posição restritiva, que o E1 afirma ser contrária ao que se verifica no contexto da Europa. Os Portugueses, em comparação com outros países, são muito conservadores e colocam algumas restrições, não só em relação à utilização dos sistemas ANPR como também no acesso a informação fiscal (E2) ao passo que os próprios instrumentos legislativos e orientadores da UE (E1), conforme se observa no subcapítulo 2.3 aquando da referência à Recomendação (UE) 2017/820 e da Decisão de Execução (UE) 2016/1209, ambos da Comissão, apontam precisamente em sentido oposto e a própria implementação da tecnologia ANPR encontra-se, atualmente, bastante conhecida e com resultados operacionais com bastante expressão, sobretudo para a indicação ao abrigo dos artigos 36.º e 38.º da Decisão SIS II, conforme consta nas medidas aprovadas pela Decisão de Execução (UE) 2016/1209 da Comissão e se observa também no subcapítulo 2.3 (E1).

6.23. Apresentação, análise e discussão dos resultados da questão n.º 23

Esta pergunta, teve como objetivo perceber se com a transposição da Diretiva (UE) 2016/680, o regime atualmente em vigor, sobretudo o que decorre da Lei n.º 1/2005 permite a implementação desta tecnologia ou necessitará de ser alvo de adaptação.

Da análise das várias respostas dos entrevistados, presentes no quadro n.º 27, conclui-se que ambos os entrevistados (E5, E6, E7), à semelhança do que é referido no subcapítulo 3.3 e nas conclusões preliminares do capítulo 4, concordam que deverá haver uma alteração

ou uma adaptação da lei relativamente à utilização desta tecnologia em particular para a prossecução dos fins atribuídos à UAF, uma vez que tal como o E6 afirma, a presente lei se apresenta de forma muito genérica, sem regulamentar nada relacionado com a utilização desta tecnologia.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Finalizadas as fases do enquadramento teórico e revisão da literatura, da metodologia, métodos e materiais utilizados e da apresentação, análise e discussão dos resultados resta apenas tecer aquelas que são as conclusões e recomendações deste trabalho.

Segundo Sarmento (2013), a fase conclusiva apresenta aquelas que são as conclusões do trabalho, confirmando a veracidade das hipóteses, respondendo às PD e à PP, apresentando aquelas que foram as limitações colocadas à elaboração da presente investigação e também a sugestão de futuras investigações que poderão ser alvo de realização.

Assim sendo, neste capítulo, procurar-se-á dar resposta às PD e à PP, proceder-se à confirmação dos objetivos da investigação, tecer algumas considerações finais e por fim apresentar aquelas que foram as limitações da investigação e as recomendações quanto à realização de futuras investigações.

Resposta às Perguntas Derivadas

No que à PD1: “Que condicionantes o tratamento de informação com vista à Investigação Policial enfrenta, no atual ordenamento jurídico?” diz respeito, poder-se-á concluir, através do capítulo 6, mais propriamente da apresentação, análise e discussão das questões n.^{os} 9, 10, 21, 23, que as novas atualizações legais em matéria de proteção de dados não constituem nenhuma limitação ou dificuldade adicional às atividades de investigação criminal levadas a cabo pelas polícias, mas sim, introduziram, um conjunto de necessidades, explanadas nestes dois diplomas legais, de adoção de um conjunto de medidas técnicas e organizativas com vista a garantir uma maior proteção dos DLG do cidadão e uma maior segurança do tratamento de dados pessoais a eles associados. Para além disto, a lei tem-se constituído até como uma impulsionadora da investigação criminal através do fornecimento de meios, ferramentas e da facilitação do acesso das FS à informação. Contudo, no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais com vista à prossecução de missões de Investigação Policial, são impostas algumas limitações sobretudo as que decorrem da Diretiva (UE) 2016/680 nomeadamente, no que diz respeito à prossecução e respeito de um conjunto de princípios como o da necessidade, o da proporcionalidade, o da finalidade, entre outros, que têm de ser respeitados bem como a implementação de, como já referido anteriormente, medidas como o EPD e a AIPD. Estas limitações refletem-se ao nível da utilização da

tecnologia ANPR, que deveria ser alvo de uma previsão legal específica que prevê-se expressamente a utilização desta para os fins que UAF pretende, pelo facto de ser um sistema de informação, que armazena, cruza informação oriunda de diferentes bases de dados e que a utiliza para fins diversos, diferentes daqueles para o qual a informação foi recolhida. Todavia, para além destas limitações impostas pela Diretiva, existem outras resultantes do próprio ordenamento jurídico português, que são impostas não só ao funcionamento desta tecnologia, como também, à própria atividade levada a cabo pelas polícias, como por exemplo as questões em redor do sigilo fiscal.

Em relação à PD2: “Quais as alterações que o novo Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados e a Diretiva (UE) 2016/680 vêm introduzir, face à atual legislação existente?” poder-se-á afirmar, com base na apresentação, análise e discussão de resultados feita no capítulo 6 às questões n.ºs 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8 que, tanto o Regulamento como a Diretiva, tornaram os direitos fundamentais dos titulares dos dados mais robustos, uma vez que introduziram não só novos direitos como também concretizaram um aprofundamento dos já existentes. Neste âmbito, ocorreu também a introdução de um novo princípio, o princípio da responsabilidade, trazendo novas exigências a este respeito relacionadas não só com o cumprimento das disposições legais em vigor, como também relacionadas com a necessidade de se demonstrar a efetivação desse mesmo cumprimento. Para além de uma maior proteção dos dados pessoais, através do reforço das normas já existentes, levaram, entre outras, à defesa dos direitos de propriedade intelectual e de direitos conexos, à luta contra o fenómeno do cibercrime e à proteção dos menores sobretudo em relação à utilização das redes sociais. Ao contrário do antecedente, ocorreu uma alteração de paradigma relacionada com a substituição da função de controlo prévio da CNPD, pela responsabilização das entidades responsáveis pelo tratamento por o exercício do seu próprio autocontrolo nestas matérias, passando a atividade desta a incidir sobre a fiscalização posterior. Foi criada para o efeito a figura do EPD, obrigando as empresas e organizações a adotar um conjunto de medidas técnicas e organizativas, com vista à garantia da segurança e da proteção dos dados, estabelecendo princípios, direitos e regras necessárias para que o tratamento seja considerado lícito. Desta forma, para além de estabelecer que toda a atividade de tratamento de dados pessoais levada a cabo pelas entidades públicas tem de ser alvo de previsão legal, ao nível do exercício dos direitos dos titulares dos dados, estas atualizações legais determinaram que primeiro o cidadão terá que se dirigir junto do responsável pelo tratamento e só depois, caso não veja o exercício dos seus direitos salvaguardado envolver a CNPD.

Ao nível das FS, em particular da Guarda, que neste momento cumpre todas as exigências legais a este respeito, estas atualizações legais permitiram uma melhor gestão das bases de dados e uma melhor interoperabilidade das mesmas, contribuindo para uma melhor resposta da administração face aos problemas do cidadão. Com as devidas adaptações, estes diplomas, em particular a Diretiva, introduziram um conjunto de adaptações nas bases de dados, com o objetivo destas cumprirem as exigências anteriormente referidas e, sobretudo a que no tratamento desses dados, fossem garantidas um conjunto de medidas relacionadas com o consentimento, com os direitos, com as notificações e os registos de atividade, com a licitude do mesmo, com a segurança da informação e com mecanismos de controlo como por exemplo fiscalizações internas por forma a garantir a proteção dos dados e do cidadão. Para além disto existiram também alterações ao nível da divisão e distinção clara entre dados, apreciações e juízos e ao nível da organização dos dados pessoais em função das diferentes categorias de titulares. Estas atualizações legais trouxeram assim não só uma maior consolidação e densificação do sistema e das normas existentes como também um maior controlo por parte dos titulares dos dados e uma maior consciencialização do público em geral para a importância destas matérias.

Quanto à PD 3: “Que relação existe entre a proteção de dados pessoais, o direito à segurança e o direito à reserva da intimidade da vida privada?”, a resposta à mesma poderá ser retirada tendo por base a apresentação, análise e discussão de resultados das questões n.ºs 11, 12, 13, 14, 19, 22. Concluiu-se assim que deverá existir um ponto de equilíbrio entre estas três variáveis, proteção de dados pessoais, direito à segurança e direito à reserva da intimidade da vida privada. Olhando para o caso específico da utilização da tecnologia ANPR, torna-se possível concluir, que esta, tem ingerências na vida e na privacidade das pessoas, sendo levantadas vários entraves e questões, entre outras, relacionadas sobretudo com o respeito dos princípios da finalidade e da proporcionalidade. O uso desta tecnologia tem impacto na liberdade de circulação das pessoas, com constrangimentos relacionados com o acesso e cruzamento de informação, especialmente fiscal, armazenada em bases de dados. Torna-se assim necessário, que exista um diálogo entre a componente tecnológica, da segurança e jurídica para desta forma existir uma previsão legal que preveja muito bem quais os objetivos, as finalidades, as formas de utilização e de controlo da utilização da mesma, que incorpore soluções para possíveis problemas levantados pela realização de uma AIPD como por exemplo, relativamente à eliminação de matrículas que não têm interesse resultante da captura indiscriminada de matrículas e que contemple as garantias necessárias de modo a salvaguardar um certo nível de intrusão por forma a que, em função das ameaças

que a UE enfrenta, e o próprio país, se possa utilizar esta tecnologia no combate da criminalidade e na salvaguarda da segurança do espaço comunitário, de que Portugal é parte integrante e que como tal tem responsabilidades a este respeito, tendo sempre como foco orientador a salvaguarda dos DLG dos cidadãos.

Relativamente à PD4: “Qual a qualificação da matrícula face à definição de dado pessoal?”, tendo por base o subcapítulo 3.1 e a apresentação, análise e discussão dos resultados feita no capítulo 6, à questão n.º 20 foi possível concluir que a matrícula de um veículo constitui-se como um dado pessoal, uma vez que se constitui como um elemento identificador que permite, de uma forma indireta, identificar não só uma determinada pessoa, nomeadamente o proprietário do veículo, como também possibilita, através do cruzamento de informação constante em outras bases de dados, que se consiga chegar a outra informação relativa a essa pessoa como por exemplo a residência e até mesmo, num caso extremo e numa realidade que não é a atual, saber-se dados sobre a informação fiscal da mesma.

Por último, quanto à PD5 “: Qual a aplicabilidade dos sistemas de leitura automática de matrículas, enquanto meio de fiscalização não intrusivo, no domínio da atividade policial?”, é possível concluir da análise conjunta dos subcapítulos 2.1 e 2.3 com a apresentação análise e discussão das questões n.ºs 15, 16, 17, 18 e 20 feita no capítulo 6, que esta consegue prestar apoio à atividade policial numa multiplicidade de situações, do qual resultam ganhos de eficiência e de eficácia e desta forma possibilitar ao cidadão não só mais vantagens como resultados mais visíveis e de um certo modo mais concretos. Assim sendo, esta tecnologia poderá, desde que potenciada e maximizada pela associação a bases de dados externas, de uma forma geral, prestar apoio ao combate e prevenção dos fenómenos criminais, como os tráficos transfronteiriços em particular o tráfico de droga, contribuir para a deteção e intervenção instantânea sobre viaturas suspeitas, no apoio a atividades de recolha de informação e de inteligência, no controlo e fiscalização rodoviária, no desenvolvimento de atividades de investigação criminal, através da localização, rastreamento, referenciação e monitorização de viaturas, na referenciação de contentores, no controlo de fronteiras e etc. Em particular no domínio da UAF, através da integração, análise, correlação e contextualização da informação oriunda de diferentes bases de dados ligados ao sistema, permitirá detetar, prevenir e combater um maior número infrações aos IEC, ao RBC, ao ISV, a deteção de viaturas penhoradas, introduzir não só o efeito surpresa como também uma maior seletividade na realização de controlos de fiscalização e dos próprios alvos a fiscalizar, monitorizar a circulação de mercadorias em território nacional e desta forma contribuir para

a existência de uma maior equidade fiscal na sociedade, tentando anular e dissuadir as condutas mais danosas e as infrações mais gravosas que afetam o erário público.

Resposta à Pergunta de Partida

Uma vez que as PD já foram respondidas anteriormente, encontram-se assim neste momento reunidas as condições necessárias para dar resposta à PP, que por sua vez originou a presente investigação: “Quais as consequências resultantes da utilização de sistemas de leitura automática de matrículas em matéria de proteção de dados pessoais, especialmente com a entrada em vigor do novo quadro legal?”.

Assim sendo, torna-se possível compreender que apesar da tecnologia ANPR por si só, sem qualquer conexão a sistemas de bases externos, ser capaz de criar informação, as suas capacidades só serão potenciadas e maximizadas quando interligadas a bases de informação externas. Ao nível da sua utilização, enquanto meio de fiscalização não intrusivo, esta representa ingerências ao nível da esfera privada do indivíduo, sobretudo relacionadas com a sua liberdade de circulação sem ser alvo de qualquer controlo ou monitorização e levanta várias questões relacionadas com a proteção de dados pessoais. Ao nível das ingerências para além de efetuar uma captura indiscriminada das matrículas das viaturas, tarefa esta que de outra forma não poderia ser feita, tem capacidade de localização temporal e espacial e de cruzamento de informação com diferentes bases de dados, o que levanta várias questões. Através desta análise, correlação e cruzamento de informação, torna-se possível saber por exemplo dados pessoais do indivíduo como o seu nome, a sua residência e até a sua situação fiscal. Questões problemáticas ao nível da proteção de dados pessoais, sobretudo relacionados com a observância e o respeito dos princípios da necessidade, da finalidade e da proporcionalidade, uma vez que a própria utilização da tecnologia ANPR implica que as matrículas das viaturas que passam num determinado local, a uma determinada hora sejam registadas e guardadas, independentemente se são consideradas suspeitas ou não. Por outro lado, o cruzamento da informação recolhida pelos sistemas ANPR com outras bases de dados implica sobretudo a utilização de determinado tipo de informação, cuja sua recolha, ou armazenamento foi autorizado para um outro fim que não este.

Confirmação dos Objetivos da Investigação

No que aos objetivos diz respeito, esta investigação, tal como já referido anteriormente, teve como OG procurar perceber como é que os sistemas de leitura automática de matrículas funcionam e que implicações têm em matéria de proteção de dados pessoais, à luz do ordenamento jurídico português e, em especial, à luz do RGPD e da Diretiva.

Para que tal objetivo pudesse ser alcançado, procurou-se de uma forma geral, perceber como é que a proteção de dados pessoais se processava em Portugal até à entrada em vigor do novo quadro legal (OE1) através do capítulo 1 e da PD1 e PD2, que alterações resultam, para o atual ordenamento jurídico português, da entrada em vigor do novo Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados e da Diretiva (UE) 2016/680 (OE2) por intermédio principalmente dos subcapítulos 1.3, 1.4 e 3.2 e da PD2 e por fim, estudar e perceber como é que os sistemas de leitura automática de matrículas funcionam no contexto da atividade da GNR e quais as repercussões que têm em matéria de proteção de dados pessoais (OE4), sobretudo através do capítulo 2 e 3 e das PD 1, 3, 4 e 5.

Desta forma, poder-se-á concluir que todos os objetivos que foram propostos aquando do início da investigação, foram alvo de resposta.

Considerações Finais

Através da realização da presente investigação, existem sobretudo um conjunto de ideias que são importantes reter. A primeira é que a tecnologia ANPR tem um poder enormíssimo e que de facto é uma ferramenta tecnológica que pode em muitos aspetos melhorar e trazer ganhos de eficácia e eficiência aos mais diversos níveis na atividade policial. A segunda é que, face à evolução aos mais diversos níveis das formas de criminalidade, em parte potenciadas pelas novas tecnologias, tanto ao nível português como ao nível europeu, do qual Portugal faz parte, é de todo conveniente que Portugal à semelhança dos outros países e das próprias orientações emanadas pela própria UE, adote cada vez mais estes tipos de meios de fiscalização não intrusivo por forma a contribuir não só para a segurança do país mas também do espaço europeu, sob pena de se poder tornar num possível refugio da prática de determinado tipo de atividades criminosas. A terceira e última ideia é que, face a tudo o que foi referido anteriormente, parece que dadas as potencialidades que esta tecnologia pode oferecer à atividade das polícias, que é uma atividade que visa sobretudo o bem comum e o interesse público geral, é de todo conveniente

que este tipo de práticas seja adotada e utilizada com uma maior frequência pelas FS. Contudo, face às possíveis ingerências na esfera privada do cidadão, analisadas anteriormente, parece que o próprio Regulamento e em especial a Diretiva poderão eles mesmos dar uma espécie de resposta a esta situação. Não só através da figura do EPD e da AIPD, mas sobretudo através da introdução de medidas técnicas e organizativas específicas, associadas à criação de legislação específica que definisse muito bem quais os objetivos e as finalidades e a forma de aplicação deste tipo de tecnologia e a manutenção de registos específicos sobre todo o tipo de consultas feitas no sistema. Para além disto, com o propósito de minimizar esse impacto existente quer na vida quer na privacidade dos cidadãos e de respeitar um conjunto de princípios como o da proporcionalidade era de todo conveniente a adoção de uma solução tecnológica tendo em vista a eliminação imediata dos dados relativos a viaturas que não são consideradas de interesse, ou alvo de qualquer suspeita, sendo apenas armazenado a informação previamente considerada de interesse, ou seja, a informação era recolhida, verificada e cruzada momentaneamente com as bases de dados e listas de viaturas suspeitas existentes e caso não constasse nestas, seria imediatamente eliminada.

Desta forma, através de um controlo rigoroso que impedisse a ocorrência de possíveis abusos, poder-se-ia chegar ao tal ponto de equilíbrio entre a proteção de dados pessoais, o direito à segurança e o direito à reserva da intimidade da vida privada, e desta forma conseguir combater não só a pequena, mas sobretudo a grande criminalidade.

Limitações da Investigação

Durante a elaboração desta investigação, houve um conjunto de limitações impostas à elaboração da mesma, que importa deixar aqui referidas.

Logo na realização do enquadramento teórico e da revisão da literatura, uma limitação desde logo colocada foi que dada a especificidade do tema, não existe muita literatura sobre este tema nomeadamente a nível nacional. Outra limitação, foi o facto de esta investigação estar a tratar não só com um projeto que ainda está em fase de estudo e implementação, como também com um conjunto de legislação bastante recente em que alguns diplomas, em especial a Diretiva (UE) 2016/680, ainda aguardam a respetiva transposição para o ordenamento jurídico nacional, processo através do qual poderá resultar algumas alterações.

Igualmente foi uma limitação, na realização do trabalho de campo, a dificuldade no agendamento das entrevistas com os respetivos entrevistados, verificando-se

incompatibilidades entre o curto espaço de tempo que é dado para fazer a investigação e a agenda bastante preenchida dos mesmos.

Recomendações quanto a Investigações Futuras

Relativamente às recomendações para investigações futuras, era de todo importante que as matérias da utilização de meios de fiscalização não intrusivos por parte das FS, em particular da utilização da tecnologia ANPR, fosse mais frequentemente alvo de reflexões sobretudo sobre o impacto que esta pode causar em termos da proteção de dados e da privacidade do cidadão para que, novas conclusões pudessem ser retiradas e para que tanto a atividade das FS, como a própria relação com o cidadão possam continuar a evoluir e a ser alvo de confiança e apoio.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Livros, artigos e outros documentos

- Brayman, A. (2012). *Social Research Methods* (4.^a Edição). New York: Oxford University Press Inc.
- Castro, C. S. (2005). *Direito da Informática, Privacidade e Dados Pessoais*. Coimbra: Edições Almedina
- Clemente, P. J. L. (2015). *Cidadania, Polícia e Segurança*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.
- Crono, W. D., Brewer, M. B. & Lac, A. (2015). *Principles and Methods of Social Research*. (3.^a Edição). Nova York e Londres: Routledge
- Fonseca, J. L. R. (2015). *Segmento de matrícula em CUDA e FPGA*. Dissertação de Mestrado em Engenharia Eletrónica Industrial e de Computadores, Escola de Engenharia da Universidade do Minho, Braga.
- Fortin, M. F. (2009). *O Processo de Investigação: da concepção à realização* (5.^a Edição). Loures: Lusociência.
- Freixo, M. J. V. (2012). *Metodologia Científica: Fundamentos, Métodos e Técnicas* (4.^a Edição). Lisboa: Instituto Piaget.
- Guerra, I. C. (2006). *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo- Sentidos e formas de uso* (1.^a Edição). Cascais: Princípia Editora.
- Inácio, A. (2018). A sociedade de risco, as T:I. e o exercício da liberdade em segurança. Tratamento de dados pessoais pelas forças e serviços de segurança. In T. M. Rodrigues & M. Painho (coord.), *Modelos Preditivos e Segurança Pública* (1, pp. 45-56). Porto: Fronteira do Caos.
- Lambert, P. B. (2018). *Understanding the New European Data Protection Rules*. Boca Raton: CRCPress.
- Lopes, J. R. (2015). *Proposta de solução de videovigilância para locais remotos*. Dissertação de Mestrado em Engenharia Informática, Área de Especialização em Sistemas Gráficos e Multimédia, Instituto Superior de Engenharia do Porto, Porto.
- Marconi, M. A. & Lakatos, E. M. (2003). *Fundamentos de Metodologia Científica* (5.^a Edição). São Paulo: Editora Atlas S.A.
- Oostveen, M. & Irion, K (2018). The Golden Age of Personal Data: How to Regulate an Enabling Fundamental Right?. In M. Bakhoun & B. C. Gallego & M. Mackenrodt

- & G. Surblytė- Namavičienė (Eds.), *Personal Data in Competition, Consumer Protection and Intellectual Property Law* (pp. 7-26). Berlin: Springer Nature.
- Prodanov, C. C. & Freitas, E. C. (2013). *Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico* (2.^a Edição). Novo Hamburgo: Universidade Feevale.
- Quivy, R. & Campenhoudt, L. V. (1998). *Manual de Investigação em Ciências Sociais* (2.^a Edição). Lisboa: Gradiva.
- Ribeiro, S. (2018). Desafios da utilização de tecnologias de informação no apoio à tomada de decisão. In T. M. Rodrigues & M. Painho (coord.), *Modelos Preditivos e Segurança Pública* (1, pp. 87- 98). Porto: Fronteira do Caos.
- Sarmiento, M. (2013). *Metodologia Científica para a Elaboração, Escrita e Apresentação de Teses*. Lisboa: Universidade Lusíada Editora.
- Silveira, L. N. L. (2007). O Direito à Proteção de Dados Pessoais (Tentativa de Caracterização). In J.D. Coelho (Coord), *Sociedade da Informação – O percurso português* (pp. 201-214). Lisboa: Edições Sílabo, Lda.
- Teixeira, M.L.N. (2016). *Privacidade e Segurança no setor das Comunicações Eletrónicas*. Dissertação para a obtenção do grau de Mestre em Direito Administrativo, Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa, Lisboa.
- Vilelas, J. (2009). *Investigação: Processo de construção do conhecimento*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Voigt, P & Bussche, A. V. D. (2017). *The EU General Data Protection Regulation (GDPR)*. Cham: Springer Nature.

Legislação e outros documentos

- Academia Militar [AM] – Direção de Ensino. (2015). *Normas de Execução Permanente (NEP) n.º 520/ 4.ª de 11 de maio: Trabalho de Investigação Aplicada*. Lisboa: Academia Militar.
- Academia Militar [AM] – Direção de Ensino. (2016). *Normas de Execução Permanente (NEP) n.º 522/ 1.º de 20 de janeiro: Normas para a Redação de Trabalhos de Investigação*. Lisboa: Academia Militar.
- Assembleia Geral das Nações Unidas [AGNU] (1948). Declaração Universal dos Direitos Humanos. In *Diário da República Eletrónico*. Acedido a 26 de janeiro de 2019 em <https://dre.pt/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>.

Assembleia da República [AR] (1998). Lei n.º 67/98 de 26 de outubro: Lei da Proteção de Dados Pessoais. *Diário da República*, 1.ª série, n.º 247, 5536- 5546.

Assembleia da República [AR] (2005). Lei n.º 1/2005 de 10 de janeiro, regula a utilização de câmaras de vídeo pelas forças e serviços de segurança em locais públicos de utilização comum. *Diário da República*, 1.ª série A, n.º 155, 4642- 4486.

Assembleia da República [AR] (2005). Lei Constitucional n.º 1/2005 de 12 de agosto: Sétima revisão constitucional. *Diário da República*, 1.ª série A, n.º 6, 205- 208.

Assembleia da República [AR] (2007). Lei n.º 63/2007 de 6 de novembro: Aprova a orgânica da Guarda Nacional Republicana. *Diário da República*, 1.ª série, n.º 213, 8043- 8051.

Assembleia da República [AR] (2008). Lei n.º 49/2008 de 27 de agosto: Aprova a Lei de Organização da Investigação Criminal. *Diário da República*, 1.ª série, n.º 165, 6038- 6042.

Comissão Europeia (2016). Decisão de Execução (UE) 2016/1209 da Comissão de 12 de julho de 2016, que substitui o anexo da Decisão de Execução 2013/115/UE relativa ao Manual SIRENE e outras medidas de execução para o Sistema de Informação de Schengen de segunda geração (SIS II). *Jornal Oficial da União Europeia*, n.º L 203, pp. 35- 83.

Comissão Europeia (2017). Recomendação (UE) 2017/820 da Comissão de 12 de maio de 2017, sobre controlos policiais proporcionados e cooperação policial no espaço Schengen. *Jornal Oficial da União Europeia*, n.º L 122, pp. 79-83.

Comissão Nacional de Proteção de Dados [CNPd] (2018). Regulamento n.º 1/2018, relativo à lista de tratamentos de dados pessoais sujeitos a Avaliação de Impacto sobre a Proteção de Dados. *Diário da República*, 2.ª série, n.º 231, 32021-32032.

Conselho da Europa (1950). Convenção Europeia dos Direitos do Homem. Acedido a 17 de março de 2019 em https://www.echr.coe.int/Documents/Convention_POR.pdf.

Conselho da União Europeia (2007). Decisão 2007/533/JAI do Conselho de 12 de junho de 2007, relativa ao estabelecimento, ao funcionamento e à utilização do Sistema de Informação Schengen de segunda geração (SIS II). *Jornal Oficial da União Europeia*, n.º L 205, pp. 63-84.

Ministério da Defesa Nacional [MDN] (2014). Portaria n.º 22/2014 de 31 de janeiro: Regulamento da Academia Militar. *Diário da República*, 1.ª série, n.º 22, 804-839.

Ministério da Defesa Nacional [MDN] (2015). Decreto-lei n.º 249/2015 de 28 de outubro: Aprova a orgânica do ensino superior militar, consagrando as suas especificidades no contexto do ensino superior, e aprova o Estatuto do Instituto Universitário Militar.

Diário da República, 1.ª série, n.º 211, 9298-9311. Acedido em 27 de janeiro de 2019 em <https://data.dre.pt/eli/dec-lei/249/2015/10/28/p/dre/pt/html>.

Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior [MCTES] (2006). Decreto-lei n.º 74/2006 de 24 de março: Regime Jurídico dos Graus e Diplomas do Ensino Superior. *Diário da República*, 1.ª série- A, n.º 60, 2242-2257.

Parlamento Europeu e Conselho da União Europeia (1995). Diretiva 95/46/CE de 24 de outubro, relativa à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados. *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*, n.º L 281, pp. 31- 50.

Parlamento Europeu, Conselho da União Europeia e Comissão Europeia (2000). Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia. *Jornal Oficial da União Europeia*, n.º C 202, pp 389- 405.

Parlamento Europeu e Conselho da União Europeia (2016). Diretiva (UE) 2016/660 de 27 de abril, relativa à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais pelas autoridades competentes para efeitos de prevenção, investigação, deteção ou repressão de infrações penais ou execução de sanções penais, e à livre circulação desses dados, e que revoga a Decisão-Quadro 2008/977/JAI do Conselho. *Jornal Oficial da União Europeia*, n.º L 119, pp. 89- 131.

Parlamento Europeu e Conselho da União Europeia (2016). Regulamento (UE) 2016/679 de 27 de abril, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados e que revoga a Diretiva 95/46/CE (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados). *Jornal Oficial da União Europeia*, n.º L 119, pp. 1- 88.

XXI Governo Constitucional de Portugal (2018). Proposta de Lei n.º 120/XIII. In *Portal da Assembleia da República*. Acedido a 9 de março de 2019 em <https://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalheIniciativa.aspx?BID=42368>

Webgrafia

Católica Lisbon School of Business & Economics [CLSBE] (2019). Corpo Docente. In *Portal da Católica Lisbon School of Business & Economics*. Acedido a 02 de maio de 2019 em <https://www.clsbe.lisboa.ucp.pt/pt-pt/formacao-de->

[executivos/programas-inscricao-aberta/programa-de-regulamentacao-geral-de-protecao-de-dados/corpo-docente.](#)

Comissão Nacional de Proteção de Dados [CNPd] (2018). Comunicado da CNPD- Aplicação do novo quadro legal de proteção de dados. In *Comissão Nacional de Proteção de Dados*. Acedido a 09 de março de 2019 em https://www.cnpd.pt/bin/relacoes/comunicados/Comunicacao_25_5_2018.pdf.

Comissão Nacional de Proteção de Dados [CNPd] (2017). Plano de Atividades- CNPD. In *Comissão Nacional de Proteção de Dados*. Acedido a 21 de março de 2019 em https://www.cnpd.pt/bin/cnpd/planos/PLANO_ACTIVIDADES_2017.pdf.

Comissão Nacional de Proteção de Dados [CNPd] (2019). Perguntas frequentes (FAQs). In *Comissão Nacional de Proteção de Dados*. Acedido a 12 de março de 2019 em <https://www.cnpd.pt/bin/faqs/faqs.htm>.

Comissão Nacional de Proteção de Dados [CNPd] (2019). Registo Público. In *Comissão Nacional de Proteção de Dados*. Acedido a 27 de março de 2019 em <https://www.cnpd.pt/bin/registo/result.asp?strID=13>.

Direção-Geral da Educação [DGE] (2019). Webinars: Proteção de dados no contexto escolar. In *Portal da Direção-Geral da Educação*. Acedido a 02 de maio de 2019 em <https://webinars.dge.mec.pt/speaker/clara-guerra>.

Guarda Nacional Republicana [GNR] (2014). Estratégia da Guarda 2020. In *Portal da Guarda Nacional Republicana*. Acedido a 13 de março de 2019 em <http://www.gnr.pt/estrategia.aspx>.

Guarda Nacional Republicana [GNR] (2018). Relatório de Atividades 2017. In *Portal da Guarda Nacional Republicana*. Acedido a 14 de março de 2019 em <http://www.gnr.pt/InstrumentosGestao/2017/RA2017.pdf>.

Guarda Nacional Republicana [GNR] (2019). Regulamento Geral de Proteção de Dados In *Portal da Guarda Nacional Republicana*. Acedido a 29 de março de 2019 em <http://www.gnr.pt/rgpdados.aspx>.

Grupo de trabalho do Artigo 29.º para a Proteção de dados (2016). Orientações sobre os encarregados da proteção de dados (EPD). In *Portal da Comissão Nacional de Proteção de Dados*. Acedido a 21 de março de 2019 em https://www.cnpd.pt/bin/rgpd/docs/wp243rev01_pt.pdf.

Grupo de trabalho do Artigo 29.º para a Proteção de dados (2017). Orientações relativas à Avaliação de Impacto sobre a Proteção de Dados (AIPD) e que determinam se o tratamento é «suscetível de resultar num elevado risco» para efeitos do Regulamento

- (UE) 2016/679. In *Portal da Comissão Europeia*. Acedido a 29 de março de 2019 em https://ec.europa.eu/newsroom/article29/item-detail.cfm?item_id=611236.
- Instituto de Ciências Jurídico-Políticas [ICJP] (2019). Perfil Biográfico: Alexandre Sousa Pinheiro. In *Portal do Instituto de Ciências Jurídico-Políticas*. Acedido a 16 de abril de 2019 em <https://www.icjp.pt/corpo-docente/docente/3806>.
- Jesus, I. O. A. (2018). O direito à proteção de dados pessoais e o regime jurídico das transferências internacionais de dados: a proteção viaja com as informações que nos dizem respeito? *Anuário da proteção de dados*. 11-34. Acedido a 07 de março de 2019 em <http://cedis.fd.unl.pt/wp-content/uploads/2018/04/ANUARIO-2018-Eletronico.pdf>.
- Kaur, S., Kaur, S. (2014). An Efficient Approach for Automatic Number Plate Recognition System under Image Processing. *International Journal of Advanced Research in Computer Science*. 5(6), 43- 50. Acedido a 13 de março de 2019 em <http://www.ijarcs.info/index.php/Ijarcs/article/viewFile/2201/2189>.
- Moniz, G. C. (2018). Direitos do titular dos dados pessoais: o direito à portabilidade. *Anuário da proteção de dados*. 11-34. Acedido a 07 de março de 2019 em <http://cedis.fd.unl.pt/wp-content/uploads/2018/04/ANUARIO-2018-Eletronico.pdf>.
- National Police Chiefs' Council [NPCC] (2019). What we do and why. In *Portal do National Police Chiefs' Council*. Acedido a 03 de abril de 2019 em <https://www.npcc.police.uk/About/AboutNPCC.aspx>.
- National Police Chiefs' Council [NPCC] (2016). Automatic Number Plate Recognition (ANOR) Factsheet. In *Portal do National Police Chiefs' Council*. Acedido a 03 de abril de 2019 em <https://www.npcc.police.uk/documents/ANPR%20Factsheet.pdf>.
- Sride, N. (2018). Metropolitan Police Service Retrospective_ Automatic Number Plate Recognition (ANPR) Privacy Impact Assessment. In *Portal da Metropolitan Police*. Acedido a 28 de março de 2019 em <https://www.met.police.uk/SysSiteAssets/media/downloads/met/about-us/anpr/privacy-impact-assessment-anpr-feb-2018.pdf>.
- Parlamento Europeu (2019). As fontes e o âmbito de aplicação do direito da União Europeia. In *Portal do Parlamento Europeu: Fichas temáticas sobre a União Europeia*. Acedido a 20 de março de 2019 em http://www.europarl.europa.eu/ftu/pdf/pt/FTU_1.2.1.pdf.
- Quadri, M. T., Asif, M. (2009). Automatic Number Plate Recognition System for Vehicle Identification Using Optical Character Recognition. In *International Conference on*

Education Technology and Computers (pp. 335-338). Singapura: IEEE Computer Society. doi: 10.1109/ICETC.2009.54

Santos, J. & Rodrigues, J. (2004). Sistema de Reconhecimento de Matrículas. In *Repositório da Universidade do Algarve*. Acedido a 13 de março de 2019 em <http://hdl.handle.net/10400.1/95>.

Silvestre, L. R. (2017). Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (I). *Actualidade-Economia Ibérica*. (235), 44-45. Acedido a 21 de março de 2019 em https://issuu.com/actualidade/docs/actualidade_235/55.

Sistema de Segurança Interna [SSI] (2009). *Relatório Anual de Segurança Interna 2008*. Gabinete do Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna. Acedido a 14 de março de 2018, em [http://www.ansr.pt/InstrumentosDeGestao/Documents/Relatório%20Anual%20de%20Segurança%20Interna%20\(RASI\)/RASI%202008.pdf](http://www.ansr.pt/InstrumentosDeGestao/Documents/Relatório%20Anual%20de%20Segurança%20Interna%20(RASI)/RASI%202008.pdf).

Woods, L. (2017). Automated Number Plate Recognition: Data Retention and the Protection of Privacy in Public Places. *Journal of Information Rights, Policy and Practice*. 2 (1), 1-21. Acedido a 27 de março de 2019 em <http://dx.doi.org/10.21039/irpandp.v2i1.35>.

APÊNDICES

APÊNDICE A- CARTA DE APRESENTAÇÃO

A Academia Militar (AM) é, segundo a Portaria nº 22/2014 de 31 de janeiro, um Estabelecimento de Ensino Superior Público Universitário Militar que tem como objetivo proceder à formação de Oficiais para os quadros permanentes do Exército e da Guarda Nacional Republicana. Quase no término do Mestrado Integrado em Ciências Militares, na Especialidade de Segurança, realizado nesta casa, surge a necessidade de se proceder à elaboração de um Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada que, conforme a NEP n.º 520/4.^a de 11 de maio de 2015, tem como objetivo geral não só a aplicação de competências adquiridas ao longo dos cinco anos do Mestrado mas também o desenvolvimento de capacidades de investigação. Neste caso particular, no domínio da segurança e proteção de dados pessoais.

O presente trabalho encontra-se subordinado ao tema “A aplicação de meios de fiscalização não intrusivos no domínio da atividade policial - Os sistemas de leitura automática de matrículas” e tem como finalidade perceber como é que os sistemas de leitura automática de matrículas atuam e qual o seu impacto em matéria de proteção de dados, especialmente com a entrada em vigor do novo Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados.

No que respeita às fontes em que assenta a investigação, para além de ter como base a análise documental, esta investigação baseia-se essencialmente na realização de entrevistas a um conjunto de especialistas na matéria, tanto ao nível interno da instituição como externo, com o objetivo de alcançar uma melhor compreensão da realidade no que à problemática diz respeito.

Face a tudo o que foi referido anteriormente, venho por este meio solicitar a V. Ex.^a que me conceda uma entrevista, visto que o seu contributo desempenha um papel preponderante para que os objetivos desta investigação sejam concretizados.

Grato pela sua disponibilidade e colaboração.

Atenciosamente,

João Francisco Fernandes Santos
Aspirante de Infantaria da GNR

APÊNDICE B- BREVE ENQUADRAMENTO

A iniciativa de simplificação e modernização administrativa a que se assiste e que se manifesta de forma transversal a diferentes setores do Estado, com particular relevância nas Forças e Serviços de Segurança, tem conduzido à estruturação e implementação de novos sistemas de informação e à disseminação de novos meios técnicos que determinam uma reflexão no domínio da proteção de dados, designadamente no tratamento de dados pessoais no contexto da prevenção e investigação de ilícitos ou do combate à criminalidade organizada e transnacional por meios automatizados.

A Guarda Nacional Republicana (GNR), em particular a Unidade de Ação Fiscal (UAF), que “é uma unidade especializada de âmbito nacional com competência específica de investigação para o cumprimento da missão tributária, fiscal e aduaneira cometida à Guarda” (artigo 41.º, n.º 1, da lei n.º 63/2007, de 6 de novembro), encontra-se neste momento, a desenvolver um projeto com vista à aplicação dos *Automatic Number Plate Recognition* - em português, leitores automáticos de matrícula (ANPR) - em Portugal. Este tipo de tecnologia pode ser utilizado para diversos fins, desde o auxílio na deteção de veículos roubados ao controlo de acessos com a captação de imagens de veículos, reconhecendo o seu número de matrícula e confrontando-o com uma base de dados para verificar se o respetivo veículo tem ou não permissão de acesso ao local (Lopes 2015).

No passado dia 25 de maio de 2018, entrou totalmente em vigor no espaço da União Europeia o Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016, relativo ao tratamento e à livre circulação de dados pessoais (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados) revogando a anterior Diretiva (UE) 95/46/CE de 24 de outubro de 1995, transposta para o ordenamento jurídico português pela Lei n.º 67/98, de 26 de outubro (Lei de Proteção de Dados Pessoais). A entrada em vigor deste Regulamento apresenta-se como um desafio e reclama uma cautela acrescida por parte da Administração Pública no sentido de assegurar o seu escrupuloso cumprimento nos mais diversos domínios.

Esta investigação pretende, assim, perceber, por um lado, como é que os sistemas de leitura automática de matrículas atuam e, por outro, qual o seu impacto em matéria de proteção de dados face à total entrada em vigor do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados e face à Diretiva (UE) 2016/680 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016 referente ao tratamento de dados pessoais pelas autoridades competentes para

efeitos de prevenção, investigação, detenção ou repressão de infrações penais ou execução de sanções penais, e à livre circulação desses dados.

Bibliografia

Lopes, J. R. (2015). *Proposta de solução de videovigilância para locais remotos*. Dissertação de Mestrado em Engenharia Informática, Área de Especialização em Sistemas Gráficos e Multimédia, Instituto Superior de Engenharia do Porto, Porto.

Principal Legislação

Diretiva 95/46/CE de 24 de outubro, relativa à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados.

Diretiva (UE) 2016/660 de 27 de abril, relativa à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais pelas autoridades competentes para efeitos de prevenção, investigação, deteção ou repressão de infrações penais ou execução de sanções penais, e à livre circulação desses dados, e que revoga a Decisão-Quadro 2008/977/JAI do Conselho.

Lei n.º 67/98 de 26 de outubro (Lei da Proteção de Dados Pessoais).

Lei n.º 63/2007 de 6 de novembro (aprova a orgânica da Guarda Nacional Republicana).

Regulamento (UE) 2016/679 de 27 de abril, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados e que revoga a Diretiva 95/46/CE (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados).

Caracterização do entrevistado

Nome: _____

Organização/Órgão: _____

Departamento/ Serviço: _____

Função: _____

Cargo/ Posto: _____

Habilitações Literárias: _____

Local: _____

Data: _____

Hora de início: _____

Hora de término: _____

APÊNDICE C- DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO INFORMADO

Eu, abaixo assinado, _____, declaro que participo de forma voluntária nesta investigação em curso e que me foi explicado pelo investigador, tanto de forma escrita como oralmente, qual o enquadramento e os objetivos a que esta se destina.

Declaro ainda que me foi dada a possibilidade de colocar qualquer questão sobre a investigação e de recusar a resposta a qualquer pergunta que me tenha sido dirigida, não existindo qualquer constrangimento de tempo por parte do investigador para que eu respondesse às questões colocadas, pelo que estas respostas foram dadas de forma pensada e ponderada.

Consinto que esta entrevista seja gravada, na condição de, caso assim o entenda, me ser facultada a transcrição da mesma em momento oportuno.

O Investigador

O/A Entrevistado/a

APÊNDICE D- GUIÃO DE ENTREVISTA

Dada a extrema importância que esta entrevista assume para o sucesso desta investigação, torna-se crucial que as respostas às questões abaixo colocadas sejam o mais completas possíveis.

Se V. Ex.^a assim o entender, as respostas, bem como o respetivo trabalho final, depois de respetivamente transcritas, poderão ser-lhes entregues, para obter a sua aprovação.

Obrigado pela sua colaboração.

1. Foram recentemente aprovados e entraram em vigor o Regulamento (UE) 2016/679, de 27 de abril, relativo à proteção de pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados e a Diretiva (UE) 2016/680, de 27 de abril, relativa à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais pelas autoridades competentes para efeitos de prevenção, investigação, deteção ou repressão de infrações penais ou execução de sanções penais e à livre circulação desses dados. Quais as principais alterações que destacaria da entrada em vigor destes dois diplomas, em Portugal, em matéria de proteção de dados pessoais?

2. Do ponto de vista dos cidadãos, qual a vantagem que destaca da entrada em vigor destes diplomas?

3. Quais são as principais alterações introduzidas por estes diplomas legais que poderão representar um aumento da proteção do cidadão face à atividade desenvolvida pelas forças de segurança?

4. Quais as principais alterações que destacaria da entrada em vigor destes dois diplomas, em Portugal, em matéria de proteção de dados pessoais no que à Guarda Nacional Republicana diz respeito?

5. Do ponto de vista das Forças de Segurança, atendendo àquela que é a sua área de atuação, quais as principais áreas em que as novas atualizações legais em matéria de proteção de dados se fazem sentir e que alterações estas geraram no modo de atuação destas?

6. Visto que a Guarda Nacional Republicana efetua tratamento de dados pessoais em bases de dados organizadas, qual o impacto da entrada em vigor do RGPD e da Diretiva nessas bases de dados?

7. Ao nível das bases de dados, que medidas gerais têm que ser respeitadas por estas por forma a garantir a proteção de dados pessoais?

8. Face ao grande número de bases de dados pessoais existentes no seio da Guarda Nacional Republicana e com a entrada em vigor do RGPD e da Diretiva, quais são os meios de controle atualmente implementados na GNR para garantir o cumprimento do atual quadro legal?

9. No contexto do desenvolvimento de atividades de investigação criminal, onde o tratamento de dados pessoais assume uma importância central, a entrada em vigor do RGPD e da Diretiva poderá significar uma limitação ou uma dificuldade adicional para essas atividades?

10. Que principais condicionantes enfrenta o tratamento de dados pessoais para fins de investigação policial, no atual ordenamento jurídico?

11. A Unidade de Ação Fiscal da GNR encontra-se neste momento a desenvolver um projeto que envolve a utilização de leitores automáticos de matrícula na área tributária, fiscal e aduaneira, através da tecnologia ANPR. Esta tecnologia caracteriza-se, em traços gerais, por ler e reconhecer a matrícula dos veículos e, posteriormente, comparar essa informação com a que está registada em bases de dados das forças de segurança. Na sua opinião, que ingerências na esfera privada dos cidadãos este projeto poderá representar?

12. Quais os principais entraves jurídicos a superar, perante o atual quadro legal, para a implementação deste projeto?

13. No âmbito da aplicação de meios de fiscalização não intrusivos no domínio da atividade policial, as forças de segurança têm vindo a utilizar, sobretudo nos últimos anos, algumas tecnologias inovadoras, de onde se destaca a tecnologia ANPR, em programas como o polícia automático com vista a combater o fenómeno criminal do carjacking. Até que ponto a exponenciação da aplicação deste tipo de tecnologias poderá ser permitida à luz do atual quadro legal em matéria de proteção de dados?

14. Atendendo ao atual panorama da criminalidade nacional e europeia, entende que este meio de fiscalização não intrusivo deverá ter maior ou menor utilização no domínio da atividade policial?

15. Tendo em conta que a Guarda Nacional Republicana e, em particular, a respetiva Unidade de Ação Fiscal (UAF) tem um projeto em desenvolvimento para o cumprimento das suas atribuições que envolve a utilização de leitores automáticos de matrícula (ANPR), qual a mais-valia a destacar da utilização desta tecnologia, em contraposição com os meios já existentes?

16. De um modo geral, como é que este tipo de tecnologia ANPR se processa?

17. Quais são, do seu ponto de vista, as vantagens da utilização da tecnologia ANR no âmbito da atividade policial e, em particular, da UAF?

18. Do ponto de vista dos portugueses, quais as principais vantagens que os mesmos irão retirar da utilização da tecnologia ANPR por parte da UAF?

19. Considerando que a tecnologia ANPR é vantajosa para o desenvolvimento da atividade policial, qual a ingerência que esta pode representar na vida dos cidadãos e, em particular, na sua privacidade?

20. Quais as categorias de dados pessoais suscetíveis de serem tratadas pela tecnologia ANPR a implementar no âmbito da UAF?

21. Quais são as principais condicionantes a enfrentar em matéria de tratamento de dados pessoais com a utilização da tecnologia ANPR para fins de investigação policial e, em particular, para a prossecução dos fins da UAF, no atual ordenamento jurídico?

22. Na sua opinião, no que respeita à utilização de tecnologia ANPR, a lei portuguesa encontra-se atualmente adequada às necessidades de segurança, por um lado, e privacidade dos cidadãos, por outro, ou, pelo contrário, considera-a excessivamente restritiva ou permissiva ou identifica algum tipo de vazio legal?

23. Admitindo que o diploma que irá transpor a Diretiva 2016/680 vai prever o tratamento de dados pessoais com finalidades de prevenção e investigação criminal, entende que o regime legal atualmente vigente, designadamente o que decorre da Lei n.º 1/2005, permite uma implementação da referida tecnologia ANPR ou carece de adaptação com vista a prever expressamente o tratamento de dados com recurso esta tecnologia?

APÊNDICE E- GRUPO, DIA, LOCAL E HORA DAS ENTREVISTAS

Quadro n.º 1 - Grupos, dia, local e hora das entrevistas.

Grupo	N.º de entrevistado (E)	Identificação	Função/Cargo	Dia	Local	Hora
		Posto/ Nome				
A	1	Capitão Eurico Gabriel Sintra Nogueira	Comandante do Destacamento de Pesquisa da Unidade de Ação Fiscal da GNR	11 de abril de 2019	Destacamento de Pesquisa da Unidade de Ação Fiscal da GNR	17h00-17h30
	2	Coronel Armando Magalhães Pereira	Comandante da Unidade de Ação Fiscal	23 de abril de 2019	Unidade de Ação Fiscal da GNR	18h00-18h25
B	3	Coronel João Manuel da Conceição de Oliveira	Encarregado de Proteção de Dados da GNR/ Subinspetor da GNR	08 de abril de 2019	Comando Geral da GNR_ Inspeção da Guarda	16h30-16h46
	4	Capitão Ricardo Alexandre Rodrigues Caiado	Chefe da Repartição de Processos Administrativos e de Acidentes em Serviço	12 de abril de 2019	Comando Geral da GNR_ Direção de Justiça e Disciplina	14h00-14h30
C	5	Dr. José Carlos Barreiros Freire	Procurador da República	12 de abril de 2019	Departamento Central de Investigação e Ação Penal	11h00-11h25
	6	Dra. Clara Vieira Guerra	Consultora coordenadora do Serviço de Informação e Relações Internacionais da CNPD	03 de maio de 2019	CNPD	16h00-17h03
	7	Professor Alexandre Sousa Pinheiro	Professor auxiliar no Instituto de Ciências Jurídico-políticas e Investigador no Centro de Investigação de Direito Público	08 de abril de 2019	Faculdade de Direito de Lisboa	20h30-20h50

Fonte: Elaboração própria.

APÊNDICE F- JUSTIFICAÇÃO DA AMOSTRA

Quadro n.º 2 - Justificação da amostra selecionada

Identificação	Função/Cargo	Motivo da Entrevista
Posto/ Nome		
Capitão Eurico Gabriel Sintra Nogueira	Comandante do Destacamento de Pesquisa da Unidade de Ação Fiscal da GNR	Procedeu-se a entrevista a esta entidade, não só pelas suas funções de Comandante do Destacamento de Pesquisa da Unidade de Ação Fiscal da GNR, mas sobretudo por o projeto ter surgido no seio deste Destacamento, onde se encontra em fase de estudo e de implementação.
Coronel Armando Magalhães Pereira	Comandante da Unidade de Ação Fiscal	Procedeu-se à entrevista desta entidade, pelas funções inerentes ao seu cargo, de Comandante da Unidade de Ação Fiscal, e por ser, em conjunto com o Capitão Eurico Nogueira, uma das pessoas que, no seio da GNR, é diretamente responsável por este projeto.
Coronel João Manuel da Conceição de Oliveira	Encarregado de Proteção de Dados da GNR/ Subinspetor da GNR	Procedeu-se à entrevista desta entidade, pelas razões inerentes à sua função de Encarregado de Proteção de Dados, que, como descrito no enquadramento teórico e na revisão da literatura, desempenha um papel fundamental no seio das instituições/empresas no que ao cumprimento dos normativos de proteção de dados pessoais diz respeito.
Capitão Ricardo Alexandre Rodrigues Caiado	Chefe da Repartição de Processos Administrativos e de Acidentes em Serviço	Esta entidade foi selecionada essencialmente por ser: investigador na área de proteção de dados, com particular relevância no que ao RGPD diz respeito. É também mestrando em Guerra de Informação, com a dissertação subordinada ao tema “O novo Regulamento Geral de Proteção de Dados da União Europeia e a sua aplicação na GNR”.
Dr. José Carlos Barreiros Freire	Procurador da República	Após ter sido enviado um pedido institucional de entrevista ao Departamento Central de Investigação e Ação Penal, com o intuito de entrevistar o Diretor do mesmo, o Senhor Dr. Albano Manuel Morais Pinto, aquele Departamento nomeou o Procurador José Freire para proceder à entrevista. O Sr. Procurador José Freire é detentor de uma experiência decorrente da titularidade de vários inquéritos crime relativos a crimes fiscais e aduaneiros e com delegação de competência de investigação na UAF.
Dra. Clara Vieira Guerra	Consultora coordenadora do Serviço de Informação e Relações Internacionais da CNPD	Esta entidade foi entrevistada por ser consultora coordenadora do Serviço de Informação e Relações Internacionais da CNPD, fazer parte das autoridades de controlo comum dos sistemas de informação europeus da Europol, Schengen e das Alfândegas, participar, de foram ativa, em grupos de trabalho sobre a proteção de dados da EU e em seminários e conferências não só nacionais como internacionais (Direção-Geral da Educação [DGE], 2019). Desempenha ainda a função, também relacionada com as matérias de proteção de dados pessoais, de agente do estado português no âmbito de processos judiciais pertencentes ao Tribunal de Justiça da EU (Católica Lisbon School of Business & Economics [CLSBE], 2019).
Professor Alexandre Sousa Pinheiro	Professor auxiliar no Instituto de Ciências Jurídico-políticas e Investigador no Centro de Investigação de Direito Público	Foi entrevistado esta entidade por ser um especialista na área da proteção de dados, sendo perito nacional da Agência Europeia para os Direitos Fundamentais e por ter sido Presidente, durante a presidência portuguesa do Conselho da EU, do Multidisciplinary Group on Organized Crime do Conselho da EU na área da Proteção de Dados, tendo feito publicações recentes nesta área (Instituto de Ciências Jurídico-Políticas [ICJP], 2019)

Fonte: Elaboração própria.

APÊNDICE G- CORRELAÇÃO ENTRE OS GRUPOS DE ENTREVISTADOS E AS PERGUNTAS DO GUIÃO DE ENTREVISTA

Quadro n.º 3 - Correlação entre Grupos de entrevistados e as perguntas do guião de entrevista.

Perguntas do Guião	Grupos		
	A	B	C
1			X
2			X
3			X
4		X	
5		X	
6		X	
7		X	
8		X	
9		X	
10		X	X
11		X	X
12	X	X	X
13		X	X
14			X
15	X		
16	X		
17	X		
18	X		
19	X		
20	X		
21	X		
22	X		
23			X

Fonte: Elaboração própria.

APÊNDICE H- RELAÇÃO ENTRE AS PERGUNTAS DO GUIÃO E AS PERGUNTAS DE INVESTIGAÇÃO

Quadro n.º 4 - Relação entre perguntas do guião e perguntas de investigação.

PP: Quais as consequências resultantes da utilização de sistemas de leitura automática de matrículas em matéria de proteção de dados pessoais, especialmente com a entrada em vigor do novo quadro legal?	
Perguntas Derivadas	Número da Questão
PD1: Que condicionantes o tratamento de informação com vista à Investigação Policial enfrenta, no atual ordenamento jurídico?	9, 10, 21, 23
PD2: “Quais as alterações que o novo Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados e a Diretiva (UE) 2016/680 vêm introduzir, face à atual legislação existente?”	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8
PD3: Que relação existe entre a proteção de dados pessoais, o direito à segurança e o direito à reserva da intimidade da vida privada?	11, 12, 13, 14, 19, 22
PD4: Qual a qualificação da matrícula face à definição de dado pessoal?	20
PD5: Qual a aplicabilidade dos sistemas de leitura automática de matrículas, enquanto meio de fiscalização não intrusivo, no domínio da atividade policial?	15, 16, 17, 18, 20

Fonte: Elaboração própria.

APÊNDICE I- ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

Quadro n.º 5 - Análise da Questão 1.

N.º de entrevistado	Resposta	Excertos de argumentação
E5	“(…) alteração de paradigma (...) deixou de haver um controlo prévio em tratamento de dados realizado pela Comissão Nacional de Proteção de Dados por um autocontrolo (...) ficar expresso a autorização ao tratamento de dados (...) alteração de perceção pelo público em geral (...) consciencialização (...) que há dados e que (...) podem ser tratados (...)”	<p>- “(...) é essencialmente uma alteração de paradigma porque deixou de haver um controlo prévio em tratamento de dados realizado pela Comissão Nacional de Proteção de Dados por um autocontrolo e, simultaneamente, ficar expresso a autorização ao tratamento de dados e eu creio que terão sido essencialmente essas alterações”.</p> <p>- “(...) uma alteração de perceção pelo público em geral em relação à importância da proteção de dados e que a consciencialização por parte do público de que os seus dados estavam a ser obtidos e que, ele teria que expressamente consentir nisso (...) hoje em dia, já está expresso e por isso eu creio que houve também essa consciencialização por parte do público de que há dados e que eles podem ser tratados.”</p>
E6	“(…) não há assim uma alteração tão grande para Portugal (...) há um princípio novo no quadro legal europeu que é o princípio da responsabilidade (...) têm de cumprir e que demonstrar que cumprem (...) o papel da autoridade de supervisão, da CNPD no caso de Portugal, deixou de ser um controlo prévio (...) passamos a ter só fiscalização posterior (...) passaram a ser feitos pelos responsáveis de tratamento, o que vem trazer uma grande responsabilidade (...) Todas as entidades públicas, tudo o que fazem que diga respeito ao tratamento de dados pessoais (...) tem que ter uma previsão na lei (...) a invocação do interesse público importante, ele tem que estar reconhecido na lei, não basta invoca-lo (...) o regime do exercício dos direitos por parte dos titulares dos dados, que até aqui (...) no caso do setor policial, o acesso era intermediado pela CNPD (...) agora, muda, a Diretiva vem prever o acesso direto sempre, portanto, os titulares dos dados vão ter que se dirigir sempre ao responsável do tratamento e depois (...) pessoas têm o direito, numa fase posterior,	<p>- “(...) nós fomos muito pioneiros, muito percursores no regime de proteção de dados em todas as áreas e talvez por isso este novo pacote legislativo europeu, não vem trazer no dia a dia grandes alterações”.</p> <p>- “(...) há um princípio novo no quadro legal europeu que é o princípio da responsabilidade, o princípio do <i>accountability</i>, que recai sobre os responsáveis de tratamento, entidades públicas ou empresas (...), embora já tivessem responsabilidade de cumprir as obrigações legais, mas agora este princípio é um pouco mais do que isso, que é, têm de cumprir e que demonstrar que cumprem, portanto, é um bocadinho mais exigente do ponto de vista dos procedimentos internos, do ponto de vista da documentação das decisões (...) que é o papel da autoridade de supervisão, da CNPD no caso de Portugal, deixou de ser um controlo prévio dos tratamentos de dados como nós tínhamos, tínhamos que emitir muitas autorizações prévias e agora as situações de controlo prévio são muito pequenas e passamos a ter só, que já tínhamos, passamos a ter só fiscalização posterior”.</p> <p>- “(...) análise e ponderação que nós fazíamos sobre a legitimidade, a adequação, as proporcionalidades dos tratamentos de dados deixaram de ser feitas previamente pela CNPD e passaram a ser feitos pelos responsáveis de tratamento, o que vem trazer uma grande responsabilidade, porque toda esta ponderação tem que ser feita por cada uma das entidades públicas”.</p> <p>- “Todas as entidades públicas, tudo o que fazem que diga respeito ao tratamento de dados pessoais, que implique o tratamento de dados pessoais tem que ter uma previsão na lei (...) lei da Assembleia da República ou Decreto de Lei Autorizado”.</p> <p>- “ (...) é preciso que a lei, ela própria preveja expressamente que determinado tipo de tratamento tem um interesse público mais ou menos importante, (...) e que o Regulamento de Proteção de Dados ou a Diretiva</p>

	então, de nos envolver na verificação (...)”	apontam para a invocação do interesse público importante, ele tem que estar reconhecido na lei, não basta invoca-lo, a lei é que o tem de reconhecer.” -“(...) em relação às novidades e que tem mais haver com a Diretiva, tem haver com o regime do exercício dos direitos por parte dos titulares dos dados, que até aqui (...) no caso do setor policial, o acesso era intermediado pela CNPD, portanto as pessoas, quando tinha haver com a investigação criminal em vez de irem diretamente ao responsável pelo tratamento vinham pedir à CNPD, a CNPD verificava (...) pelo menos verificar se o tratamento era lícito (...) agora, muda, a Diretiva vem prever o acesso direto sempre, portanto, os titulares dos dados vão ter que se dirigir sempre ao responsável do tratamento e depois se aquilo a que eles querem aceder, tiver restrições de acesso (...) pessoas têm o direito, numa fase posterior, então, de nos envolver na verificação (...)”
E7	“(...) não é que introduzam do ponto de vista material, grandes modificações (...) acrescentados mais direitos fundamentais (...) o direito por exemplo ao apagamento dos dados, o direito à portabilidade dos dados (...)”	- “Em matéria de proteção de dados pessoais, a existência desses dois documentos, quer do Regulamento, quer da Diretiva, não é que introduzam do ponto de vista material, grandes modificações”. - “Agora, há modificações no que respeita aos direitos fundamentais porque são acrescentados mais direitos fundamentais (...)”. - “Outra situação importante a tomar em consideração é que o Regulamento prevê direitos fundamentais que não estavam previstos na anterior diretiva, o direito por exemplo ao apagamento de dados, o direito à portabilidade de dados (...)”.

Fonte: Elaboração própria.

Quadro n.º 6 - Análise da Questão 2.

N.º de entrevistado	Resposta	Excertos de argumentação
E5	“(...) maior divulgação que se atingiu (...) ficam mais conscientes e mais alertas para essa proteção de dados (...) poderá, eventualmente, descansá-los mais.”	- “ (...) ao haver uma maior divulgação junto da população da existência de dados pessoais e do seu tratamento, (...) eu creio que foi essencialmente isso, uma maior divulgação que se atingiu e as pessoas, acho que ficam mais conscientes e mais alertas para essa proteção dos dados porque podem ter um maior acesso a esses dados e que têm que ter mais cuidado em relação a isso”. - “Penso eu que poderá, eventualmente, descansá-los mais”.
E6	“(...) há um benefício maior para os cidadãos (...) há uma consolidação do sistema (...) nós já tínhamos uma lei (...) nesse aspeto não há muitas diferenças, aquilo que há de diferente eu penso que é para melhor (...) no sentido de consolidar, densificar algumas normas (...) isto vai ajudar a melhorar as práticas dos	“(...) acho que de uma maneira geral há um benefício maior para os cidadãos porque há uma consolidação do sistema, nós já tínhamos uma lei, já era uma lei boa, nesse aspeto não há muitas diferenças, aquilo que há de diferente eu penso que é para melhor, eu penso que é no sentido de consolidar, densificar algumas normas, as práticas já eram assim mas não estavam na lei e portanto acho que isto vai ajudar a melhorar as práticas dos responsáveis e dos subcontratantes, dar-lhes mais responsabilidade portanto também sobre eles recai um

	responsáveis e dos subcontratantes, dar-lhes mais responsabilidade (...) sobre eles recai um ónus maior de conseguir estar à altura desta nova responsabilidade”.	ónus maior de conseguir estar à altura desta nova responsabilidade”.
E7	“(…) passou a falar-se muito mais de proteção de dados (...) muito mais visível (...) mais relevante no que diz respeito ao seu conhecimento prático”	- “Houve uma vantagem muito grande que foi, passou a falar-se muito mais de proteção de dados”. - “Este tema tornou-se muito mais visível e embora não esteja ainda a ser totalmente aplicado, mas tornou-se muito mais relevante no que diz respeito ao seu conhecimento prático”.

Fonte: Elaboração própria.

Quadro n.º 7 - Análise da Questão 3.

N.º de entrevistado	Resposta	Excertos de argumentação
E5	“(…) pessoa do Encarregado de Proteção de Dados.”	- “(…) tenha haver essencialmente com a pessoa do Encarregado de Proteção dos Dados”. - “Poderia estar difusa essa incumbência e desta forma, ao estar expressamente prevista a figura do Encarregado de Proteção de Dados, eu creio que há um reforço da proteção de dados do cidadão em relação à atividade desenvolvida pelas Forças de Segurança”.
E6	“Há uma série de matéria (...) esta do direito de acesso, de retificação até o direito de eliminação que vem reguladas com um bocadinho mais de rigor (...) há umas exigências novas, mais exigentes em relação por exemplo, às medidas de segurança da informação dos dados, segurança dos tratamentos dos dados (...) continuo a dizer que em Portugal, nós já estávamos mais à frente (...) já tínhamos os chamados logs, os registos de toda a atividade (...) uma divisão clara entre o que são factos e o que são apreciações e juízos de valor (...) ter os tratamentos de dados organizados em função das categorias de titulares (...) a que se aplicam regras diferentes de acordo com o papel que desempenham em todo o esquema (...)”	- “Há uma série de matéria, por exemplo, esta do direito de acesso, de retificação até o direito de eliminação que vem reguladas com um bocadinho mais de rigor”. - “(…) há umas exigências novas, mais exigentes em relação por exemplo, às medidas de segurança da informação dos dados, segurança dos tratamentos dos dados que é uma coisa que hoje em dia, com o avanço tecnológico e com a utilização de ferramentas no ciberespaço, faz sentido que as medidas de segurança exigidas para um tratamento de dados sejam mais apertadas (...)”. - “continuo a dizer que em Portugal, nós já estávamos mais à frente, por exemplo, basta ver (...) já tínhamos os chamados logs, os registos de toda a atividade que os utilizadores individuais fazem ou mesmo os utilizadores genéricos, no caso de serem web service, (...) já é em si uma medida de segurança porque, se há menos gente a aceder, há menos probabilidade de haver uma divulgação ilícita, indevida (...)”. - “Agora, tem letra de lei, exemplos disto, são por exemplo uma divisão clara entre o que são factos e o que são apreciações e juízos de valor, porque não podem ter a mesma força”. - “(…) também ter os tratamentos de dados organizados em função das categorias de titulares, o suspeito é uma coisa, é suspeito, o condenado, já foi condenado em tribunal é outra, a testemunha é outra, o contacto é outra, o associado é outra, a vítima é outra, quer dizer tudo isto não pode ter tudo o mesmo peso, depois há os agentes, os advogados e uma série de outros atores (...)”. - “E essa divisão por categorias titulares a que se aplicam regras diferentes de acordo com o papel que

		desempenham em todo o esquema é também uma coisa importante e a Diretiva aponta nesse sentido”.
E7	“(…) os direitos fundamentais do indivíduo se tornam mais robustos (….) tratados de uma forma mais ampla do que existia no passado (….) é um caso que tem de ser compreendido dentro da sua própria função (….) O cidadão não está desprotegido (….)”	<p>- “(…) o que vai acontecer neste caso é que os direitos fundamentais do indivíduo se tornam mais robustos, portanto, há aqui uma robustez maior”.</p> <p>- “Por exemplo, os direitos de informação, os direitos de retificação, os direitos de acesso e os direitos de portabilidade de dados e da decisão automatizada, são agora tratados de uma forma mais ampla do que existia no passado”.</p> <p>– “Agora, o caso das Forças de Segurança, é um caso que tem de ser compreendido dentro da sua própria função. (….) Não se pode solicitar que essa informação seja pura e simplesmente apagada, nem informação por exemplo relativa a registos de natureza criminal, também aí é a lei que determina em que termos isso deva ser verificado ou não”.</p> <p>– “O cidadão não está desprotegido, (….) nós tivemos no mesmo dia um Regulamento e duas diretivas, a diretiva da segurança e a diretiva do PNR, portanto foram estes três atos que têm que ser harmonizados”.</p>

Fonte: Elaboração própria.

Quadro n.º 8 - Análise da Questão 4.

N.º de entrevistado	Resposta	Excertos de argumentação
E3	“(…) tinha tudo pronto (….) todos os sistemas estavam de acordo com aquilo que os regulamentos diziam (….) a importância desta legislação foi criar na GNR uma necessidade que a GNR atempadamente cumpriu (….)”	<p>- “Logo que saiu o Regulamento de Proteção de Dados, a Guarda começou a preparar-se, criando uma equipa especial de forma a que na parte de todos os equipamentos, de todo o hardware e do software, nós estivéssemos preparados para que depois, a parte legislativa fosse perfeitamente integrada, apoiando-se nesses sistemas.”.</p> <p>- “(…) quando entra em vigor o Regulamento, em maio de 2018, a Guarda tinha tudo pronto ao contrário de algumas instituições públicas, que ainda hoje lutam com dificuldades, mesmo a nível dos seus sistemas de informação”.</p> <p>- “(…) em maio de 2018, tinha tudo pronto e já todos os sistemas estavam de acordo com aquilo que os regulamentos diziam”.</p> <p>-(…) a importância desta legislação foi criar na GNR uma necessidade que a GNR atempadamente cumpriu e por isso, hoje somos uma, (….) das instituições públicas, pelo menos dentro do MAI, que cumprimos perfeitamente o que está determinado no RGPD”.</p>
E4	“(…) uma maior proteção dos dados pessoais (….) defesa dos direitos de propriedade intelectual e direitos conexos (….) luta contra a cibercriminalidade (….) proteção dos menores (….) no âmbito da utilização diária dos recursos da	- “Assim, estes dois normativos legais da União Europeia, levam: a uma maior proteção dos dados pessoais; à defesa dos direitos de propriedade intelectual e direitos conexos; à luta contra a cibercriminalidade; à proteção dos menores a quem é reconhecida especial debilidade no âmbito da utilização diária dos recursos da rede, em particular as redes sociais (….)”.

	rede, em particular as redes sociais (...)."	
--	--	--

Fonte: Elaboração própria.

Quadro n.º 9 - Análise da Questão 5.

N.º de entrevistado	Resposta	Excertos de argumentação
E3	"(...) melhores equipamentos, melhores sistemas, melhor conhecimento, eficácia e interoperabilidade (...) bases de dados mais bem geridas e principalmente interoperacionais (...) melhor resposta da administração (...)"	- "Geraram principalmente melhores equipamentos, melhores sistemas, melhor conhecimento, eficácia e interoperabilidade". - "(...) o SIIOP da GNR, todos os SIIOPs, (...) é fundamental, e isso está a ser conseguido com isto, é a interoperabilidade dos dados, (...) é uma ferramenta fundamental para melhorar a administração face ao cidadão (...) com estas bases de dados mais bem geridas e principalmente interoperacionais, ou seja, que falem umas com as outras, conseguimos garantir ao cidadão também uma melhor resposta da administração (...)".
E4	"...não disponho de dados suficientes que me permitam responder a esta questão".	"Atualmente não disponho de dados suficientes que me permitam responder a esta questão".

Fonte: Elaboração própria.

Quadro n.º 10 - Análise da Questão 6.

N.º de entrevistado	Resposta	Excertos de argumentação
E3	"(...) foi quase inexistente (...) há muitas bases de dados internas (...) cujo tratamento é possível (...) ao abrigo do princípio do interesse legítimo (...) não precisamos de pedir novos consentimentos só porque o RGPD entrou em vigor (...) criou-se a fobia (...) é preciso um consentimento (...) expresse para tudo (...)"	- "O impacto, no dia em que o Regulamento entrou em vigor, foi quase inexistente, porque nós começámos muito antes a fazer isso." - "(...) há um princípio que está no Regulamento, que é o princípio do interesse legítimo, em que há muitas bases de dados internas, estou a falar do efetivo da Guarda, cujo tratamento é possível, mesmo sem o consentimento expresse dos titulares dos dados porque ao abrigo do princípio do interesse legítimo, existe legitimidade para tratar por exemplo uma base de dados nossa para efeitos de vencimentos, de seleção de cursos e etc." - "(...) não precisamos de pedir novos consentimentos só porque este RGPD entrou em vigor, (...) o que a gente vê no dia a dia é pedidos de autorização absolutamente desnecessários (...) criou-se a fobia que agora é preciso um consentimento esclarecido, expresse para tudo e isso não é verdade".
E4	"(...) adaptar as bases de dados para garantir o respeito pelos direitos fundamentais, as liberdades e os princípios das pessoas singulares (...) RGPD garante um quadro de cumprimento (...) assente na	- "No que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados, o RGPD indica que terão que se adaptar as bases de dados para garantir o respeito pelos direitos fundamentais, as liberdades e os princípios das pessoas singulares". - "O RGPD garante um quadro de cumprimento modernizado e assente na responsabilidade em matéria de proteção de dados na

	responsabilidade em matéria de proteção de dados (...) encarregados de proteção de dados (EPD) terão um papel central (...) facilitando o cumprimento das disposições do RGPD (...) qualquer empresa / organização (...) obrigada a adotar as medidas necessárias ao cumprimento do RGPD, ou seja, as medidas técnicas e organizativas com vista à segurança do tratamento, de acordo com o seu art.º 24.º, n.º 1”	Europa, no qual os encarregados de proteção de dados (EPD) terão um papel central neste quadro normativo relativamente a um vasto número de organizações, facilitando o cumprimento das disposições do RGPD (...)” - “(...) o tratamento de dados pessoais em bases de dados organizadas implica que qualquer empresa / organização que esteja a realizar alguma ação relacionada com o processamento de dados pessoais está obrigada a adotar as medidas necessárias ao cumprimento do RGPD, ou seja, as medidas técnicas e organizativas com vista à segurança do tratamento, de acordo com o seu art.º 24.º, n.º 1”
--	--	---

Fonte: Elaboração própria.

Quadro n.º 11 - Análise da Questão 7.

N.º de entrevistado	Resposta	Excertos de argumentação
E3	“(…) todos aqueles princípios (...) que se encontram (...) no Regulamento (...) princípio do direito à retificação (...) princípio do direito ao esquecimento (...) princípio da anonimização (...)”	- “São todos aqueles princípios, e são muitos e importantes, que se encontram vertidos no Regulamento”. - “Há princípios novos, o princípio do direito à retificação já é antigo, mas o princípio do direito ao esquecimento, ou seja, os dados que constam de uma base só podem existir enquanto forem necessários”. - “O princípio da anonimização, ou seja, que não se consiga retirar de uma base de dados perfis por exemplo de grupos (...)”.
E4	“(…) regras de tratamento (...) análise do processo de consentimento; definição de dados “sensíveis” de especificidades de tratamento; diferentes tipos de direitos dos titulares; especificidades nos consentimentos das crianças; contrato de subcontratação; implementação do registo das atividades de tratamento e notificações (...) tem por base o consentimento dos titulares (...) - tratamento é lícito quando: há consentimento do titular dos dados; é necessário para a execução de um contrato no qual o titular dos dados é parte; (...) para o cumprimento de uma obrigação jurídica a que o responsável pelo tratamento esteja sujeito; (...) para a defesa de interesses vitais do titular dos dados ou de outra pessoa singular; (...) ao exercício de funções de interesse público ou	- “No que respeita às regras de tratamento deveremos considerar as seguintes: análise do processo de consentimento; definição de dados “sensíveis” de especificidades de tratamento; diferentes tipos de direitos dos titulares; especificidades nos consentimentos das crianças; contrato de subcontratação; implementação do registo das atividades de tratamento e notificações”. - “(...) o fundamento jurídico para se verificar a licitude do tratamento dos dados pessoais tem por base o consentimento dos titulares dos dados pessoais, ou seja, considera-se que o tratamento é lícito quando: há consentimento do titular dos dados; é necessário para a execução de um contrato no qual o titular dos dados é parte; é necessário para o cumprimento de uma obrigação jurídica a que o responsável pelo tratamento esteja sujeito; é necessário para a defesa de interesses vitais do titular dos dados ou de outra pessoa singular; é necessário ao exercício de funções de interesse público ou ao exercício da autoridade pública; e é necessário para efeito dos interesses legítimos prosseguidos pelo responsável pelo tratamento ou por terceiros.” - “(...) verifica-se a necessidade do respeito pelos direitos fundamentais dos dados pessoais, na qual a observação dos direitos fundamentais à proteção dos dados pessoais informatizados em especial faz realçar a

	ao exercício da autoridade pública; (...) para efeito dos interesses legítimos prosseguidos pelo responsável pelo tratamento ou por terceiros (...) respeito pelos direitos fundamentais dos dados pessoais (...) o direito ao controlo dos dados pessoais informatizados; o direito à não difusão dos dados pessoais informatizados; o direito à proibição do tratamento informatizado dos dados pessoais; e a garantia da não atribuição de um número nacional único”.	existência de quatro tipos de direitos, todos eles distintos a partir do respetivo conteúdo, ou seja, tomando por base a utilidade que conferem ao titular relativamente ao objeto sobre que incidem, os quais são: o direito ao controlo dos dados pessoais informatizados; o direito à não difusão dos dados pessoais informatizados; o direito à proibição do tratamento informatizado dos dados pessoais; e a garantia da não atribuição de um número nacional único.”
--	--	--

Fonte: Elaboração própria.

Quadro n.º 12 - Análise da Questão 8.

N.º de entrevistado	Resposta	Excertos de argumentação
E3	“(…) fazemos fiscalizações aleatórias e por nomes (…)”	- “Tentamos que isso não exista, fazemos fiscalizações aleatórias e por nomes”
E4	“(…) não disponho de dados suficientes (…)	- “Atualmente não disponho de dados suficientes que me permitam responder a esta questão, sendo que a pessoa indicada para tal será o encarregado de proteção de dados oficialmente designado para o efeito”.

Fonte: Elaboração própria.

Quadro n.º 13 - Análise da Questão 9.

N.º de entrevistado	Resposta	Excertos de argumentação
E3	“Não significa qualquer limitação (…)	- “Não significa qualquer limitação até porque o Regulamento Geral de Proteção de Dados não se aplica diretamente a esses casos, portanto não significa nenhuma limitação às necessidades de prevenção criminal.” - “Não é não se aplica, não se justifica nenhuma necessidade acrescida que a gente veja (…)
E4	“(…) não constituirão uma limitação ou dificuldade adicional (…)	- “Considero que estes dois normativos legais não constituirão uma limitação ou dificuldade adicional para as atividades de investigação criminal, não obstante a necessidade de adoção das medidas técnicas e

organizativas com vista à segurança do tratamento de dados pessoais”	organizativas com vista à segurança do tratamento de dados pessoais.”
--	---

Fonte: Elaboração própria.

Quadro n.º 14 - Análise da Questão 10.

N.º de entrevistado	Resposta	Excertos de argumentação
E3	“(…) este Regulamento não nos limita (…). O que nos limita (…) já existia do antecedente de compressão (…) de alguns direitos (…) de algumas liberdades (…) há muito tempo que existem (…) plasmados em lei (…).”	<ul style="list-style-type: none"> - “Não, este Regulamento Geral não nos limita na área da investigação criminal”. - “O que nos limita é o que já existia do antecedente de compressão, não da eliminação, mas da compressão de alguns direitos, da compressão de algumas liberdades, mas que já há muito tempo que existem e sempre plasmadas em lei”.
E4	“(…) são as que decorrem da Diretiva (UE) 2016/680 (…) princípios da licitude, da finalidade, da minimização e da conservação apenas durante o período necessário à finalidade que legitima o tratamento (…) distinguir claramente os dados de acordo com determinadas categorias dos titulares (…) distinguir dados pessoais consoante se baseiem em factos ou em apreciações pessoais (…) o direito à informação, com as limitações necessárias (…) direitos de acesso, de retificação, de apagamento e de limitação do tratamento dos dados (…) imposta a adoção de medidas técnicas e organizativas apropriadas, especialmente de segurança da informação (…) obrigado a implementar e a utilizar tecnologias de proteção de dados que assegurem (…) qualquer tratamento (…) cumprirá o disposto no presente regime (…) dados tratados se restringem àqueles que são especificamente necessários à finalidade prosseguida (…) conservação de registos das atividades de tratamento e dos tratamentos automáticos (…) obrigação de cooperação com as autoridades de controlo (…) obrigação de consultar previamente essas autoridades em determinados casos (…) imposta a realização de	<ul style="list-style-type: none"> - “As principais condicionantes são as que decorrem da Diretiva (UE) 2016/680 (…).” - “De acordo com o Regulamento (UE) n.º 2016/679 (…) a Diretiva em apreço acolhe como princípios do tratamento de dados pessoais os princípios da licitude, da finalidade, da minimização e da conservação apenas durante o período necessário à finalidade que legitima o tratamento”. - “(…) dado que o tratamento dos dados pessoais nos domínios da cooperação judiciária em matéria penal e da cooperação policial implica necessariamente o tratamento de dados relativos a diferentes categorias de titulares e para efeitos distintos, estabelece-se agora a obrigatoriedade do responsável pelo tratamento distinguir claramente os dados de acordo com determinadas categorias de titulares, nomeadamente, suspeitos, pessoas condenadas por um crime, vítimas e terceiros”. - “(…) a obrigatoriedade de distinguir os dados pessoais consoante se baseiem em factos ou em apreciações pessoais”. - “(…) direitos do titular dos dados, a presente proposta de lei concretiza o direito à informação, com as limitações necessárias, dada a matéria em apreço”. - “(…) os direitos de acesso, de retificação, de apagamento e de limitação do tratamento dos dados, os quais podem ser exercidos pessoalmente ou através das autoridades nacionais de proteção de dados”. - “(…) obrigações das autoridades competentes e dos subcontratados, é imposta a adoção de medidas técnicas e organizativas apropriadas, especialmente de segurança da informação”. - “(…) o responsável pelo tratamento fica sempre obrigado a implementar e a utilizar tecnologias de proteção dos dados que assegurem, desde a sua criação, que qualquer tratamento que venha a ser realizado cumprirá o disposto no presente regime e, em particular, que os dados tratados se restringem àqueles que são especificamente necessários à finalidade prosseguida”.

	<p>avaliações de impacto (...) notificação à autoridade de controlo e a comunicação ao titular de eventuais falhas na segurança (...) designação do encarregado de proteção de dados (...) transferências de dados pessoais para terceiros (...) ou para organizações internacionais (...) poderão agora ter por base (...) uma decisão da Comissão Europeia (...) assegurem um nível de segurança dos dados (...) satisfatório (...) permitir e facilitar a sua transferência para países terceiros e organizações internacionais (...)."</p>	<p>- "(...) a conservação de registos das atividades de tratamento e dos tratamentos automáticos."</p> <p>- "A par da obrigação de cooperação com as autoridades de controlo, incluindo a obrigação de consultar previamente essas autoridades em determinados casos, é imposta a realização de avaliações de impacto, bem como a notificação à autoridade de controlo e a comunicação ao titular de eventuais falhas na segurança, agora definidas como violações de dados pessoais".</p> <p>- "Por seu turno, é também obrigatória a designação do encarregado da proteção de dados (...)"</p> <p>- "(...) às transferências de dados pessoais para países terceiros (...) ou para organizações internacionais, estas poderão agora ter por base uma decisão de adequação, isto é, uma decisão da Comissão Europeia nos termos da qual se atesta que o estado ou organização em causa asseguram um nível de segurança dos dados considerado satisfatório."</p> <p>- "Tal, deverá ainda permitir e facilitar a sua transferência para países terceiros e organizações internacionais".</p>
E5	<p>"(...) dificuldade do respeito do princípio da necessidade e da proporcionalidade (...) o fim que se quer obter (...)"</p>	<p>- "(...) é essencialmente esta dificuldade do respeito do princípio da necessidade e da proporcionalidade".</p> <p>- "Há sempre um debate muito difícil de saber qual é que é a linha de fronteira entre esse princípio da necessidade que as Forças de Segurança podem ter para uma investigação, até que limite é que irá essa necessidade, isso inicialmente, e depois, fazer a ponte para essa proporcionalidade entre os bens jurídicos que estarão em causa, entre os dados e, simultaneamente, a investigação criminal e o fim que se quer obter com essa investigação criminal."</p>
E6	<p>"(...) as forças têm que funcionar com a lei que têm e não podem funcionar à margem da lei (...) às vezes não fazem, não é porque a lei não os deixa, mas porque não percebem como podem fazer respeitando a lei (...) as pessoas estão sempre a pedir mais e não usam o que têm (...) eu não diria que a lei tem sido uma condicionante da investigação criminal (...) tem ajudado muito à investigação criminal (...) tem dado meios adicionais, tem feito muito uso da tecnologia, tem aberto muito o acesso das autoridades de <i>Law Enforcement</i> a informação".</p>	<p>- "Eu no geral penso que as coisas não podem ser vistas dessa maneira porque as forças têm que funcionar com a lei que têm e não podem funcionar à margem da lei e portanto a lei é uma coisa que é abstrata, mas que é feita, lá está, na casa da democracia pelos representantes das pessoas e portanto, te que refletir aquele que é o sentimento das pessoas".</p> <p>- "As pessoas às vezes não fazem, não é porque a lei não os deixa, mas porque não percebem como podem fazer respeitando a lei, às vezes dá mais trabalho, às vezes é falta de esclarecimento também".</p> <p>- "Está-se sempre a fazer um choradinho que não tem aquilo que se precisa e que muitas vezes não se usa os mecanismos que já estão à disposição das pessoas (...)".</p> <p>- "(...) eu não diria que a lei tem sido uma condicionante da investigação criminal, a lei até tem, e aqui muito no direito europeu, tem ajudado muito à investigação criminal, isto é, tem dado meios, tem dado ferramentas (...) mas do ponto de vista do quadro legal eu acho que nós nunca estivemos tão bem, com tantas coisas à disposição como agora".</p> <p>- "(...) nesse aspeto não me parece que a lei condicione, eu acho que a lei até tem dado meios adicionais, tem feito muito uso da tecnologia, tem aberto muito o acesso das autoridades de <i>Law Enforcement</i> a informação".</p>
E7	<p>"(...) limitações de acesso à informação e de conservação da informação (...) há sempre</p>	<p>. "Existe sempre um conjunto de limitações de acesso à informação e de conservação da informação".</p>

	princípios como o da finalidade, (...) o da legalidade, (...) regras como a da proporcionalidade (...) têm que ser seguidas (...) desde o momento em que é revelador de suspeita”	<p>- “(...) a investigação policial, ainda que não esteja dentro do Regulamento e esteja fora do Regulamento, há sempre princípios como o da finalidade, há sempre princípios como o da legalidade, há sempre regras como a da proporcionalidade, portanto, tudo isto tem que ser seguido, mas muitas destas normas já tinham que ser seguidas no Direito Interno”.</p> <p>- “(...) o Órgão de Polícia Criminal, o que vai poder é agir sobre o indivíduo, pedindo a sua informação pessoal desde o momento que é revelador de suspeita. E, portanto, aqui há limitações e nunca há tratamento de dados pessoais sem limitações (...)”.</p>
--	---	---

Fonte: Elaboração própria.

Quadro n.º 15 - Análise da Questão 11.

N.º de entrevistado	Resposta	Excertos de argumentação
E3	“Não me parece que haja qualquer ingerência intolerável e por isso ilegal (...) de tal forma grave que limite os direitos liberdades e garantias das pessoas (...)”	<p>- “Não me parece que haja qualquer ingerência intolerável e por isso ilegal, que seja limitadora dos direitos, liberdades e garantias”.</p> <p>- “(...) ingerência existe, mas não é uma ingerência de tal forma grave que limite os direitos, liberdades e garantias das pessoas, por isso é apenas mais uma sistematização de bases de dados que já existem”.</p>
E4	“(…) poderá significar uma intromissão indevida na esfera jurídica dos cidadãos, considerando os direitos, liberdades e garantias constitucionalmente previstos na nossa Constituição (...) ao se aceder aos dados pessoais de natureza tributária, fiscal e aduaneira indexados a uma matrícula (...) sem qualquer motivo à partida, poderá levar a um acesso indevido aos mesmos, considerando a finalidade inicial do arquivo desses dados em bases de dados”.	- “(...) poderá significar uma intromissão indevida na esfera jurídica dos cidadãos, considerando os direitos, liberdades e garantias constitucionalmente previstos na nossa Constituição, uma vez que ao se aceder aos dados pessoais de natureza tributária, fiscal e aduaneira indexados a uma matrícula de um veículo sem qualquer motivo à partida, poderá levar a um acesso indevido aos mesmos, considerando a finalidade inicial do arquivo desses dados em bases de dados.”
E5	“(…) utilizarmos esta tecnologia nestes controlos tributários, fiscais e aduaneiros, se nos limitarmos exclusivamente a essa função, não creio que haja ingerência na esfera privada (...) a maneira como pode ser implementado o programa (...) como pode ser feita a aplicação (...) é que poderia degenerar em alguma ingerência (...)”	<p>- “Se utilizarmos esta tecnologia nestes controlos tributários, fiscais e aduaneiros, se nos limitarmos exclusivamente a essa função, não creio que haja ingerência na esfera privada”.</p> <p>- “Se o fim for, quando estiverem a ver veículos por exemplo de transporte de mercadorias, verificarem o destino que ele tem, verificarem qual o manifesto da carga, não creio que haja ingerência na esfera privada (...)”</p> <p>- “(...) à partida pode não receber nenhum entrave jurídico ou constitucional, mas depois a maneira como pode ser implementado o programa ou como pode ser feita a aplicação por algumas outras entidades é que poderia degenerar em alguma ingerência na esfera privada do cidadão”</p>

		- “não estaria tão preocupado com os carros das pessoas particulares, eu creio que deveria ser apenas para veículos que já tivessem como destino, como função o transporte com repercussão fiscal”.
E6	“(…) vai apanhar matrículas que podem ser relevantes de uma grande maioria de matrículas que não são relevantes (…)	<p>- “(…) há logo uma coisa que se tem de pensar, que se está na via pública a ler matrículas de carros que passam e, portanto vai apanhar matrículas que podem ser relevantes de uma grande maioria de matrículas que não são relevantes (…)</p> <p>um primeiro sinal de alerta que tem que existir, de quem quer prosseguir com o projeto desses será, ter a noção de qualquer controlo que se faça nesta área, vai ter implicações ao nível de um controlo de circulação que vai impactar na liberdade de circulação das pessoas (…)</p> <p>quer dizer, é liberdade de circular sem ser controlado, sem ser monitorizado e portanto, o que é necessário fazer (…)</p> <p>as necessárias avaliações de impacto sobre a proteção de dados (…)</p> <p>“(…) é preciso fazer é definir muito bem os limites da finalidade do que eu quero atingir e do que é que eu não preciso para atingir aquilo (…)</p> <p>e encontrar uma solução tecnológica (…)</p> <p>para que eu não tenha um rastro de pessoas que eu descobri que não me são relevantes e que passaram por ali (…)</p> <p>tem que se circunscrever a crimes, já tenho dúvidas por exemplo (…)</p> <p>que se utilize eventualmente isso, por exemplo, na contraordenação, se calhar já é um bocadinho excessivo, não sei (…)</p> <p>utilizar meios de controlo para coisas importantes e não coisas para as coisas pequenas”.</p>
E7	“(…) saber qual a finalidade que se pretende (…)	<p>- “Aqui os problemas são sempre os mesmos, é o princípio da finalidade. Tem que se saber qual a finalidade que se pretende (…)</p> <p>“- “Se o que acontecer for, nós captarmos e conservarmos, vamos pensar aqui na cidade universitária, todos os carros que se encontram aqui estacionados, isto parece-me que é desproporcional. (…)</p> <p>o grande perigo dessas medidas que são mais ambiciosas e que atuam por arcos, é que não respeitem o princípio da proporcionalidade”.</p> <p>- “...compreendo que se insira uma identificação de matrícula ou um conjunto de identificações de matrícula e que se procure que essas sejam passíveis de identificação, agora, captar todas, ou as que se encontrem num determinado sítio, é abusivo. Só não é abusivo em situações muito especiais e é evidente que tudo isto, (…)</p> <p>tem que passar pelo Juiz de Instrução”.</p>

Fonte: Elaboração própria.

Quadro n.º 16 - Análise da Questão 12.

N.º de entrevistado	Resposta	Excertos de argumentação
E1	<p>“(…) recomendável uma clarificação do atual regime legal (…) vigente ou, se necessária, a sua adequação (…) no que se reporta à recolha e registo indiferenciado de dados, ao tratamento transfronteiriço de dados e ao tratamento de dados recolhidos para diferente finalidade (…) seja viável (…) a interconexão de dados com sistemas ANPR de outros Estados-membros (…) com outras entidades – governamentais ou particulares (…) ultrapassar constrangimentos (…) no acesso a informação de natureza diversa, armazenada em diferentes bases de dados governamentais (…)”</p>	<p>- “(…) afigura-se recomendável uma clarificação do atual regime legal (…) se necessário, a adoção das correspondentes medidas legislativas, nomeadamente no que se reporta à recolha e registo indiferenciado de dados, ao tratamento transfronteiriço de dados e ao tratamento de dados recolhidos para diferente finalidade.”</p> <p>- “Uma clarificação sobre o regime legal vigente ou, se necessária, a sua adequação, é imprescindível para que, por exemplo, seja viável, (…) a interconexão de dados com sistemas ANPR de outros Estados-membros e/ou de entidades congéneres, mas também com outras entidades – governamentais ou particulares (…) como são disso exemplo paradigmático as entidades gestoras de sistemas eletrónicos de cobrança de portagem”</p> <p>- “(…) afigura-se necessário ultrapassar constrangimentos atualmente já sentidos no acesso a informação de natureza diversa, armazenada em diferentes bases de dados governamentais, realidade que é transversal a outros sistemas de informação (…). São disso exemplo as dificuldades no acesso a informação sobre a situação individual dos contribuintes (…) no acesso a outras bases de dados, como é o caso do acesso a dados de identificação civil (…)”</p>
E2	<p>“(…) conformação do sistema ANPR com a regulamentação da proteção de dados (…) constrangimentos significativos no acesso a informação fiscal (…) existe pouca abertura para nos permitir o acesso a informação relevante para o exercício da fiscalização tributária (…) invocação demasiado restritiva e severa que se faz do sigilo fiscal (…) invocação da questão da finalidade da informação (…)”.</p>	<p>- “A conformação do sistema ANPR com a regulamentação da proteção de dados é o problema principal no plano jurídico”.</p> <p>- “A Unidade de Ação Fiscal já tem neste momento constrangimentos significativos no acesso a informação fiscal relevante para o exercício da função de fiscalização tributária e que estamos a tentar resolver por via legislativa, em articulação com a AT”.</p> <p>- “É um facto que existe pouca abertura para nos permitir o acesso a informação relevante para o exercício da fiscalização tributária, antevendo-se, por isso, fortes constrangimentos se, de alguma forma, no futuro se se pretender agregar, por exemplo, sistemas de informação tributária, por decorrência da invocação demasiado restritiva e severa que se faz do sigilo fiscal (…)”.</p> <p>- “Estamos também convictos de que irão ser colocados imensos entraves com a invocação da questão da finalidade da informação que é uma situação que deveria ser mitigada na legislação”.</p>
E3	<p>“Não me parece que existam para lá dos próprios que a lei determina (…) Desde que haja protocolos (…) não vejo qualquer entrave jurídico (…) não vejo que haja qualquer limitação dos direitos das pessoas”.</p>	<p>- “Desde que haja protocolos, entre as entidades públicas que gerem essa informação, (…) e a própria Guarda, não vejo qualquer entrave jurídico porque não vejo que haja qualquer limitação dos direitos das pessoas”.</p>
E4	<p>“(…) direito à reserva sobre a intimidade da vida privada (…) restrições à utilização da informática no âmbito do tratamento de dados pessoais (art.º 35.º da CRP) (…) a defesa</p>	<p>- “O primeiro entrave será o do direito à reserva sobre a intimidade da vida privada, ao qual se associam as restrições à utilização da informática no âmbito do tratamento de dados pessoais (art.º 35º da CRP) (…)”.</p> <p>- “(…) a defesa dos direitos fundamentais envolve a proteção da privacidade, assumindo-se a mesma como</p>

	dos direitos fundamentais envolve a proteção da privacidade (...) o direito à proteção de dados pessoais é associado, pelo Tribunal Europeu de Direitos Humanos, à privacidade”.	uma preocupação constitucional quando se prevê que todos têm direito à reserva da intimidade da vida privada e à sua imagem”. - “(...) o direito à proteção de dados pessoais é associado, pelo Tribunal Europeu de Direitos Humanos, à privacidade, o qual se constitui como outro entrave jurídico a ultrapassar”.
E5	“(...) terá haver com esta proporcionalidade (...) até que ponto quais eram as informações que se permitiam cruzar (...) como fito o combate à evasão fiscal e ao controlo aduaneiro, não creio que houvesse entrave jurídico (...) acesso a outros dados (...) tinha que ser (...) no âmbito de uma investigação criminal e não nesta”	- “Creio que terá haver com esta proporcionalidade”. - “Temos que ver até que ponto, quais eram as informações que se permitiam cruzar entre esta tecnologia e as bases de dados que a GNR estaria a utilizar naquele momento (...)”. - “(...) se tivéssemos apenas como fito o combate à evasão fiscal e ao controlo aduaneiro, não creio que houvesse entrave jurídico (...)” - “Não creio que fossemos utilizar dados pessoais (...) matrícula, os manifestos de transporte, isso não são dados pessoais, são dados públicos” - “Outras bases de dados que tivessem dados pessoais, quanto a mim, não deveriam ter acesso (...)”. - “Se quisessem depois ter acesso a outros dados, tinha que ser, na minha opinião, no âmbito de uma investigação criminal e não nesta”.
E6	“(...) tem que ter uma lei que preveja isso e que defina exatamente como é que isso possa ser feito e em que condições e para que tipo de crimes (...) tem que regular com alguma especificidade, não pode ser uma coisa muito geral (...) que dê as garantias todas, porque assim é uma coisa pensada, que tem um objetivo legítimo, que é proporcional e basicamente a própria lei, já vai incorporar na lei as soluções tecnológicas, por isso é que eu digo que é muito importante fazer uma avaliação prévia (...)”.	- “(...) tem que ter uma lei que preveja isso e que defina exatamente como é que isso possa ser feito e em que condições e para que tipo de crimes (...) tem que regular com alguma especificidade, não pode ser uma coisa muito geral, tem que prever, quem é que pode fazer, portanto, que forças podem fazer, para que fins, quem é o responsável, com que bases de dados é que cruza isto, como é que isto pode ser usado, o elenco dos crimes (...) e depois como é que o tratamento funciona (...) e que dê as garantias todas, porque assim é uma coisa pensada, que tem um objetivo legítimo, que é proporcional e basicamente a própria lei, já vai incorporar na lei as soluções tecnológicas, por isso é que eu digo que é muito importante fazer uma avaliação prévia, que é para se perceber e dizer que se identificou este problema, que pode ser um problema do ponto de vista da proteção de dados, de intrusão e já temos aqui uma solução e portanto, isto já não chega a ser um problema”.
E7	“(...) perceber bem (...) o princípio da finalidade e o princípio da proporcionalidade (...) diálogo entre tecnologia, segurança da informação e respetivos procedimentos e componente jurídica (...) deverá existir um diploma legal que preveja um grande acompanhamento de uma medida dessas (...)”	- “(...) não é entres jurídicos, é tentar perceber bem o que são as exigências do ordenamento, portanto aqui são basicamente o princípio da finalidade e o princípio da proporcionalidade e através deles tentar criar uma ferramenta que depois não venha no futuro a ser considerada como ilegal”. - “(...) se não for assim, pode haver uma evolução tecnológica muito grande, mas que num momento posterior os tribunais venham a considerar que viola o Regulamento ou legislação interna ou a Diretiva e, portanto, que haja este diálogo entre tecnologia, segurança da informação e respetivos procedimentos e componente jurídica” - “Deverá existir um diploma legal que preveja um grande acompanhamento de uma medida dessas, porque uma medida dessas é uma medida de risco”.

Fonte: Elaboração própria.

Quadro n.º 17 - Análise da Questão 13.

N.º de entrevistado	Resposta	Excertos de argumentação
E3	“(…) deve ser objeto de estudo cuidado caso a caso (…) pode haver um direito que tenha que ceder (…) é isso mesmo que não pode acontecer em absoluto, sem controlo, pois não se troca de animo leve segurança por liberdade (…) Estudam-se, interoperabilizam-se (…) tira-se o melhor das duas (…) nunca uma subjugar a outra (…)”	<p>- “Sempre com muito cuidado. Eu sou um defensor, mas isso é uma questão pessoal, de que toda a inovação deve ser objeto de estudo cuidado caso a caso”.</p> <p>- “(…) tudo o que seja inovação na matéria de direitos, liberdades e garantias tem que ser visto caso a caso (…) às vezes pode haver um direito que tenha de ceder, e pode até ser o direito à segurança, que ceda face a outros direitos se os equipamentos que forem utilizados forem de tal maneira intrusivos que não compense a segurança pela liberdade, é isso mesmo que não pode acontecer em absoluto, sem controlo, pois não se troca de animo leve segurança por liberdade.</p> <p>- “Estudam-se, interoperabilizam-se as duas e tira-se o melhor das duas, mas nunca uma subjugar a outra (…)”.</p>
E4	- “(…) a priori sejam claramente definidos os objetivos a atingir e as regras de acesso, difusão e tratamento dos dados pessoais constantes nas bases de dados (…) encarregado de proteção de dados tem um papel fundamental para garantir o cumprimento das disposições legais decorrentes do RGPD (…) necessário que exista um registo dos acessos às bases de dados e que o mesmo esteja disponível para consulta (…) poderá ser utilizada desde que respeite o preceituado no art.º 13.º da lei n.º 1/2005, de 10 de janeiro”.	<p>- “Este tipo de tecnologia poderá ser permitida desde que a priori sejam claramente definidos os objetivos a atingir e as regras de acesso, difusão e tratamento dos dados pessoais constantes nas bases de dados, sendo que o encarregado de proteção de dados tem um papel fundamental para garantir o cumprimento das disposições legais decorrentes do RGPD, sendo igualmente necessário que exista um registo dos acessos às bases de dados e que o mesmo esteja disponível para consulta, nomeadamente, aquando de uma avaliação da conformidade, de acordo com o RGPD, por parte da Comissão Nacional de Proteção de Dados.”</p> <p>- “(…) esta tecnologia poderá ser utilizada desde que respeite o preceituado no art.º 13.º da lei n.º 1/2005, de 10 de janeiro.”</p>
E5	“(…) haveria essa licitude do tratamento (…) temos que reduzir ao máximo a utilização de dados pessoais (…) não haveria problema nessa implementação deste sistema (…) tem um fim (…) um objetivo (…) utilização muito concreta (…) fim muito concreto (…)”	<p>- “Pelo que eu vi, parece que haveria essa licitude do tratamento ao abrigo do art. 6.º, n.º 1, alíneas e) e f), do Regulamento”.</p> <p>- “Eu creio que já o próprio Regulamento dá um sinal que deve haver uma minimização dos dados que é aquilo que vem no art. 5.º, n.º 1, al. c) e por isso temos que reduzir ao máximo a utilização de dados pessoais”.</p> <p>- “(…) na minha opinião, não haveria problema nessa implementação desse sistema, porque tem um fim, tem um objetivo e tem uma utilização muito concreta e um fim muito concreto do combate à invasão fiscal e aduaneiro e por isso não creio que houvesse problemas, mas é sempre aquela situação do caso concreto”.</p>
E6	“(…) tem que haver um fundamento de legitimidade (…) neste caso tem que ser a lei (…) a própria legislação tem que conter as garantias adequadas para salvaguardar um nível de intrusão (…) não é nem mais exigente nem menos exigente do que o que havia (…) o caminho	<p>- “(…) tem que haver um fundamento de legitimidade para fazer as coisas, neste caso tem que ser a lei, porque são entidades públicas e, portanto, repito, tem que haver uma lei e depois, a própria legislação tem que conter as garantias adequadas para salvaguardar um nível de intrusão, portanto, a própria lei tem que fazer esse balanceamento”.</p> <p>- “(…) o quadro legal atual não é nem mais exigente nem menos exigente do que o que havia”.</p>

	a seguir é exatamente o mesmo que nós tínhamos antes (...)."	- "(...) o procedimento correto, o caminho a seguir é exatamente o mesmo que nós tínhamos antes, não é diferente".
E7	"(...) desde o momento em que nós já estamos a lidar com um veículo suspeito (...) problema colocar-se-á se houver (...) que é eu captar todos para analisar (...) isto vai contra aquilo que seja o princípio da proporcionalidade (...) gravar os outros não"	- "(...) não vejo dificuldade desde o momento em que nós já estejamos a lidar com um veículo suspeito, essa situação poderá ocorrer. O problema colocar-se-á se houver, enfim, um excesso, que é eu captar todos para analisar". - "(...) não vejo isto como aceitável, portanto, vejo que isto vai contra aquilo que seja o princípio da proporcionalidade, porque para além do carro do eventual infrator ou da eventual pessoa que praticou o ilícito, estamos nós e as restantes pessoas". - "Se emitir o sinal de alerta e diz-nos que o veículo foi aqui detetado e para onde se dirige, isso aí não vejo dificuldade, agora, andar a gravar os outros não".

Fonte: Elaboração própria.

Quadro n.º 18 - Análise da Questão 14.

N.º de entrevistado	Resposta	Excertos de argumentação
E5	"(...) cada vez mais terá que ser maior, por várias razões (...) a tendência será sempre para aumentar essa utilização".	- "Eu creio que cada vez terá que ser maior, por várias razões". - "(...) hoje em dia, também a prática de crimes e a sua prevenção já não pode ser feita da mesma maneira como se fazia aqui há vinte anos". - "(...) o recurso à tecnologia, permite libertar pessoas para certas tarefas (...)". - (...) permite também reconstituir factos que se não fosse desta maneira (...) com videovigilância, não conseguiríamos reconstituir aquilo que se tinha passado dias ou horas antes de acontecer (...)" - "(...) permitem uma maior celeridade, um maior número de controlos (...) com este sistema previa-se a fiscalização de largas dezenas (...) por isso creio que a tendência será sempre para aumentar essa utilização".
E6	"É melhor focar naquilo que são aplicações práticas de uma tecnologia e que se percebe qual é a mais valia para o crime A, B, C ou D (...) perigo que isto pode ter se for mal utilizado (...) pode ser perigoso, porque pode ser apelativo é fazer um bocadinho um tipo de vigilância passiva (...) olhar para isso como um auxiliar do trabalho de investigação criminal, não é substituir o trabalho de campo (...) é útil para aquela coisa em concreto para que se possa ver os resultados ali (...) desprezar a informação dos outros (...) guarda tudo, isso não pode ser, isso é claramente excessivo (...) as pessoas não podem dar de	- "É melhor focar naquilo que são aplicações práticas de uma tecnologia e que se percebe qual é a mais valia para o crime A, B, C ou D porque, caso contrário, vamos cair naquele excesso que é monitorizarmos tudo, os terroristas, os traficantes de droga e etc e os restantes 98% das pessoas que andam por aí, circulam e que nada têm haver (...)". - "(...) e que eu acho que é a questão principal, que é o perigo que isto pode ter se for mal utilizado, tem tudo haver com o uso que se faz da tecnologia (...) o que pode ser perigoso, porque pode ser apelativo é fazer um bocadinho um tipo de vigilância passiva que é colocar isto a registar e isto regista todas as matrículas que passam e depois, se houver algum problema qualquer vão ver se a viatura passou na estrada A, B, ou C. Isto é muito perigoso". - "(...) ficar-se horas a fio a ouvir escutas telefónicas, ou ficar horas a fio a olhar para uma câmara de televisão, não é bom trabalho policial. Tem que se olhar para isso

	mão as suas liberdades dessa maneira, portanto, tem que ter um equilíbrio”.	<p>como um auxiliar do trabalho de investigação criminal, não é substituir o trabalho de campo”.</p> <p>-“(…) é útil para aquela coisa em concreto para que se possa ver os resultados ali, não é instalar isto tudo de postos móveis e fixos da ANSR e deixamos isto tudo a gravar, se não der alertas guarda-se na mesma porque pode a vir dar um alerta amanhã, que é outra teoria de que é que pode vir a ser preciso (…)”.</p> <p>- “(…) unidade de ação fiscal quero para isto e para aquilo use-se, e arranje-se uma maneira de ir buscar, dar um alerta dos carros que são relevantes e desprezar a informação dos outros (….) guarda tudo, isso não pode ser, isso é claramente excessivo”.</p> <p>- “Nem isto é um meio idóneo, porque então, quer dizer, vivíamos todos controlados porque se apanhavam melhor os criminosos (….) mas mesmo que se apanhassem, as pessoas não podem dar de mão as suas liberdades dessa maneira, portanto, tem que ter um equilíbrio.”</p>
E7	“(…) tem que ser vista por quem está no terreno e por quem vai aplicar esta medida (….) compatível com a legislação (….) juntamente, obviamente com os magistrados que acompanham essas investigações (….) tem que obedecer ao princípio da proporcionalidade (….) tenho que confiar na polícia, nos magistrados (….)”.	<p>- “Isso é uma questão que tem que ser vista por quem está no terreno e por quem vai aplicar esta medida porque o problema jurídico é saber se isso é compatível com a legislação ou não”.</p> <p>- “(…) quem está no terreno que vai ter de saber e também juntamente, obviamente com os magistrados que acompanham essas investigações, do Ministério Público ou magistrados judiciais no caso dos inquéritos”.</p> <p>- “(…) é fundamental é que nós estejamos a trabalhar com um meio lícito”.</p> <p>- “O grau de utilização que lhe vamos dar, isso aí tem que obedecer ao princípio da proporcionalidade, mas a forma como ele concretamente se vai concretizar eu tenho que confiar na polícia, nos magistrados do Ministério Público e nos Magistrados Judiciais (….)”.</p>

Fonte: Elaboração própria.

Quadro n.º 19 - Análise da Questão 15.

N.º de entrevistado	Resposta	Excertos de argumentação
E1	“(…) alterar o paradigma da fiscalização tributária em Portugal (….) permite (….) monitorização (….) da circulação de mercadorias em território nacional (….) rentabilização da atividade desenvolvida pela (….) fiscalização (….) integração, análise, correlação e contextualização da informação recolhida pelos sistemas informáticos existentes”	<p>- “(…) O recurso à tecnologia ANPR poderá contribuir decisivamente para o desígnio institucional de alterar o paradigma da fiscalização tributária em Portugal, assumido pela Unidade de Ação Fiscal da Guarda Nacional Republicana (….)”.</p> <p>- “(…) permitirá tecnicamente a possibilidade de monitorização tendencialmente sistemática da circulação de mercadorias em território nacional, proporcionando uma maior rentabilização da atividade desenvolvida pela vertente de fiscalização enquanto fonte de informação com relevância criminal, o que poderá ser alcançado por via da integração, análise, correlação e contextualização da informação recolhida pelos sistemas informáticos existentes”.</p>
E2	“(…) no que respeita à missão de fiscalização tributária (….)	- “A mais-valia, no curto prazo, no que respeita à missão de fiscalização tributária, traduzir-se-á no facto de nos

	<p>traduzir-se-á no facto de nos poder permitir um controlo mais seletivo dos alvos a fiscalizar (...) vai-nos permitir conhecer melhor os fluxos de tráfego nos principais itinerários do país (...) o tipo de viaturas e mercadorias que pelos mesmos transitam (...) possibilidade de uma maior e melhor seletividade na realização dos controlos de fiscalização (...) vamos ter uma maior capacidade de o fazer (...) introduzir, com maior acuidade, o efeito surpresa na realização das operações de fiscalização tributária (...) possibilitará à UAF ficar mais próxima do objetivo de atingir, com a sua atividade de controlo e de fiscalização, as condutas que são mais danosas para o erário público e, portanto, as infrações mais graves (...) Na vertente da investigação criminal (...) possibilidade de termos “hotlists” de viaturas suspeitas de ilícitos criminais (...) poderemos ter inequívocos ganhos de eficiência e de eficácia (...) poderemos ser muito mais eficazes na resposta a solicitações de outros países (...) teremos, por isso, maior capacidade e eficácia no desenvolvimento das nossas atribuições de fiscalização e de investigação tributárias (...).</p>	<p>poder permitir um controlo mais seletivo dos alvos a fiscalizar”.</p> <ul style="list-style-type: none"> - “(...) vai-nos permitir conhecer melhor os fluxos de tráfego nos principais itinerários do país e, portanto, o tipo de viaturas e mercadorias que pelos mesmos transitam”. - “(...) resultará a possibilidade de uma maior e melhor seletividade na realização dos controlos de fiscalização de mercadorias no âmbito das atribuições da UAF”. - “Em suma, vamos ter uma maior capacidade de o fazer”. - “(...) julgamos que, a tecnologia ANPR vai proporcionar, é introduzir, com maior acuidade, o efeito surpresa na realização das operações de fiscalização tributária, o que possibilitará à UAF ficar mais próxima do objetivo de atingir, com a sua atividade de controlo e de fiscalização, as condutas que são mais danosas para o erário público e, portanto, as infrações mais graves.” - “Na vertente da investigação criminal (...) por exemplo, a possibilidade de termos outlists de viaturas suspeitas, ou seja, lista de matrículas de viaturas de indivíduos suspeitos e etc (...)” - “(...) com o desenvolvimento desse sistema, vamos ter ganhos de eficiência e de eficácia (...), vamos ter outra qualidade e outra capacidade de trabalho (...)”. - “Na vertente da investigação criminal, a rentabilização da tecnologia ANPR ocorrerá numa perspetiva mais de médio ou de longo prazo”. - “(...) a possibilidade de termos “hotlists” de viaturas suspeitas de ilícitos criminais, ou seja, lista de matrículas de viaturas de indivíduos suspeitos procurados ou indiciados, será um especto relevante no desenvolvimento desta vertente da atividade policial”. - “Na área tributária, é expectável, por isso, que poderemos ter inequívocos ganhos de eficiência e de eficácia”. - “Da mesma forma que poderemos ser muito mais eficazes na resposta a solicitações de outros países”. - “Numa fase mais avançada do sistema ANPR, teremos, por isso, maior capacidade e eficácia no desenvolvimento das nossas atribuições de fiscalização e de investigação tributárias”.
--	---	--

Fonte: Elaboração própria.

Quadro n.º 20 - Análise da Questão 16.

N.º de entrevistado	Resposta	Excertos de argumentação
E1	<p>“(…) captura automatizada dos caracteres que integram a matrícula (...) registo fotográfico ou vídeo com (...) câmaras adequadas (...) processado informaticamente por tecnologia (...) OCR (...)”</p>	<ul style="list-style-type: none"> - “A tecnologia ANPR consiste na captura automatizada dos caracteres que integram a matrícula de um veículo”. - “(...) este processo ocorre por via do registo fotográfico ou vídeo com recurso a câmaras adequadas para o efeito, sendo que este registo é processado informaticamente por tecnologia vulgarmente designada como OCR (Reconhecimento Ótico de

	dados podem ser apenas capturados (...) ser armazenados e/ou cruzados com registos existentes (...) permitindo atividades de integração, análise, correlação e contextualização (...) associação de capacidades alarmísticas (...)	Caracteres), permitindo o tratamento dos dados que resultam deste processamento como um campo de texto no formato da matrícula registada”. - “(...) podem ser apenas capturados, mas poderão igualmente ser armazenados e/ou cruzados com registos existentes em diferentes origens de dados, permitindo atividades de integração, análise, correlação e contextualização desses mesmos dados, a par das possibilidades de associação de capacidades de alarmística (...) com o intuito de desencadear ou não ações específicas de acordo com a informação daí resultante”.
E2	“(…) tendo por base a captação de matrículas de veículos (...) poderemos adicionar e desenvolver a “alarmística” com base em “hotlists” (...) de viaturas suspeitas ou de viaturas afetas ao transporte de (...) de mercadorias (...) diferenciar a utilização de equipamentos em viaturas móveis (...) da utilização do sistema ANPR em pontos fixos ao longo das fronteiras (...) será armazenada num servidor (...) a gestão da utilização desta informação armazenada irá permitir às nossas equipas, em qualquer ponto do país, às nossas subunidades, aceder à mesma, sempre na base da matrícula, e fazer a sua análise, tratamento e informação (...) ter acesso especificamente à identificação de veículos suspeitos de envolvimento em atividades criminais, introduzidas por qualquer subunidade do país, a viaturas de determinado tipo de mercadorias sujeitas à ação tributária (...)”.	- “Esta tecnologia funciona tendo por base a captação de matrículas de veículos”. - “(...) poderemos adicionar e desenvolver a “alarmística” com base em “hotlists”, listas de viaturas suspeitas ou de viaturas afetas ao transporte de determinado tipo de mercadorias”. - “Há que diferenciar a utilização de equipamentos em viaturas móveis, que é o que está em embrião na UAF, da utilização do sistema ANPR em pontos fixos ao longo das fronteiras, interna e externa”. - “Esta será armazenada num servidor e a gestão da utilização desta informação armazenada irá permitir às nossas equipas, em qualquer ponto do país, às nossas subunidades, aceder à mesma, sempre na base da matrícula, e fazer a sua análise, tratamento e informação, tendo em vista a sua utilização operacional”. - “os elementos das nossas equipas de fiscalização poderão ter acesso especificamente à identificação de veículos suspeitos de envolvimento em atividades criminais, introduzidas por qualquer subunidade do país, a viaturas de determinado tipo de mercadorias sujeitas à ação tributária e é nessa base que a tecnologia vai funcionar, permanentemente, com essa capacidade”.

Fonte: Elaboração própria.

Quadro n.º 21 - Análise da Questão 17.

N.º de entrevistado	Resposta	Excertos de argumentação
E1	- “No âmbito da atividade policial (...)” – “(...) enorme aplicabilidade (...) ganhos em termos de eficácia e eficiência (...)nos (...) domínios (...) Resposta (...)Prevenção(...) investigação criminal (...) Referenciação de veículos e contentores (...) Análise dos	- “No âmbito da atividade policial, o recurso à tecnologia ANPR poderá ter enorme aplicabilidade, com significativos ganhos em termos de eficácia e eficiência, nos seguintes domínios: • Resposta a ocorrências policiais em flagrante delito; • Prevenção de fenómenos criminais de maior gravidade (crimes de tráfico, terrorismo e branqueamento de capitais, por exemplo);

	<p>fluxos da rede viária e diminuição da sinistralidade rodoviária(...) direcionamento do patrulhamento (...) complementaridade de meios (...) no controlo da fronteira externa da União Europeia(...)”</p> <p>- “(...) no contexto da (...) UAF” – “(...) suporte à análise de risco e como ferramenta de alarmística(...)”contribuindo para a deteção de infrações aos Impostos Especiais de Consumo (IEC), do Regime de bens em circulação (RBC), ao imposto sobre o valor acrescentado (IVA), ao imposto sobre veículos (ISV), “Sinalização de veículos penhorados” e “Referenciação de sujeitos passivos de risco”.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Referenciação de veículos e contentores com indicações Schengen para vigilância discreta, controlo específico ou apreensão (previstas nos artigos 36.º e 38.º da Decisão SIS II); • Análise dos fluxos na rede viária e diminuição da sinistralidade rodoviária por via do direcionamento do patrulhamento de acordo com esses fluxos; • Investigação Criminal; • Complementaridade dos meios de vigilância costeira no controlo da fronteira externa da UE em território nacional.” <p>- “(...) no contexto da atividade habitualmente desenvolvida pela UAF, o recurso a esta tecnologia poderá assumir um papel preponderante como suporte à análise de risco e como ferramenta de alarmística, podendo vir a contribuir, designadamente para a:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Deteção dos designados documentos de acompanhamento de conveniência (IEC); • Deteção de transações não comunicadas eletronicamente nos termos em que são legalmente exigíveis (RBC); • Deteção de fenómenos de fraude em transações intracomunitárias (IVA); • Registo de entrada e saída de viaturas do TN e verificação da sua situação tributária (ISV); • Sinalização de veículos penhorados; • Referenciação de sujeitos passivos de risco.”
E2	<p>“(…) viaturas pertencentes a indivíduos suspeitos ou que estejam referenciadas no transporte ilícito de mercadorias, seja no trânsito interno seja no trânsito entre países europeus, podem ser mais facilmente referenciadas por alertas do sistema, que, em simultâneo, nos permitirão despoletar uma ação operacional adequada e proporcional (...) através da associação do sistema a bases de dados (...) será sempre suscetível de ser rentabilizado mesmo que apenas pelo recurso à informação gerada por si próprio, sem o recurso a fontes de informação e sistemas externos (...) poderá ser otimizado com a associação de informação de outras valências da Guarda, para além da relacionada com a valência tributária (...) associarmos uma listagem de viaturas penhoradas (...) no caso dos tráficos transfronteiriços, pode ser potenciada, por exemplo, para a prevenção e combate a outras atividades criminosas, de que é exemplo o tráfico de droga (...) possível utilização do sistema</p>	<p>- “Por um lado, viaturas pertencentes a indivíduos suspeitos ou que estejam referenciadas no transporte ilícito de mercadorias, seja no trânsito interno seja no trânsito entre países europeus, podem ser mais facilmente referenciadas por alertas do sistema, que, em simultâneo, nos permitirão despoletar uma ação operacional adequada e proporcional, acionando, por exemplo, forças para intervenção, se for esta a medida pretendida”.</p> <p>- “(...) pode, no entanto, ser substancialmente potenciada pela utilização de fontes de informação externas, por exemplo através da associação do sistema a bases de dados”.</p> <p>- “(...) sistema será sempre suscetível de ser rentabilizado mesmo que apenas pelo recurso à informação gerada por si próprio, sem o recurso a fontes de informação e sistemas externos (...) com a referida lista de veículos suspeitos, “<i>hotlists</i>”, a possibilidade de se realizarem controlos seletivos, por exemplo com base em determinado tipo de veículos ou da associação destes a determinado tipo de mercadorias que são transportadas, com elevada criticidade à fraude e evasão fiscal (...)”.</p> <p>- “(...) o sistema ANPR, no futuro, médio e longo prazo, poderá ser otimizado com a associação de informação de outras valências da Guarda, para além da relacionada com a valência tributária”.</p> <p>- “Se associarmos uma listagem de viaturas penhoradas, o sistema tem um potencial de eficácia incomparavelmente superior àquele de que hoje dispomos”.</p> <p>- “(...) no caso dos tráficos transfronteiriços, pode ser potenciada, por exemplo, para a prevenção e combate a</p>

	<p>ANPR para controlo de contentores que saem dos portos, pela captação do número do contentor (...) por exemplo, do e-fatura, neste caso com associação a sistemas externos, se tal vier a ser possível no futuro (...) poderá ser muito importante para rotinar operadores suspeitos e padronizar controlos de mercadorias de elevada criticidade à fraude (...) potencial e as vantagens do sistema ANPR são, assim, incomensuráveis.”</p>	<p>outras atividades criminosas, de que é exemplo o tráfico de droga, sempre tendo por base, obviamente, a captação de matrículas”.</p> <p>- “Constitui também ambição futura a possível utilização do sistema ANPR para controlo de contentores que saem dos portos, pela captação do número do contentor”.</p> <p>- “(...) por exemplo, do e-fatura, neste caso com associação a sistemas externos, se tal vier a ser possível no futuro (...) designadamente do âmbito tributário que permitam associar matrículas de veículos, poderá ser muito importante para rotinar operadores suspeitos e padronizar controlos de mercadorias de elevada criticidade à fraude. O potencial e as vantagens do sistema ANPR são, assim, incomensuráveis”.</p>
--	---	--

Fonte: Elaboração própria.

Quadro n.º 22 - Análise da Questão 18.

N.º de entrevistado	Resposta	Excertos de argumentação
E1	<p>“(…) maior arrecadação da receita tributária (...) contributo para a equidade fiscal (...) alívio da carga fiscal (...) abordagem direcionada (...) para contribuintes mais lesivos dos interesses financeiros do Estado e da União Europeia (...) assumir um efeito dissuasor como forma de prevenção das infrações tributárias de maior gravidade”.</p>	<p>- “(...) contribuirá para um balanceamento da atividade de fiscalização tributária e de investigação criminal mais assertivo, o que significará uma maior arrecadação da receita tributária, (...) representando um evidente contributo para a equidade fiscal e, no limite, podendo proporcionar indiretamente um alívio da carga fiscal para os contribuintes cumpridores”.</p> <p>- “Viabilizando uma abordagem direcionada, em primeira linha, para os contribuintes mais lesivos dos interesses financeiros do Estado e da União Europeia, em detrimento de uma abordagem aleatória, normalmente mais incisiva sobre os pequenos infratores (...) poderá igualmente assumir um efeito muito dissuasor como forma de prevenção das infrações tributárias de maior gravidade”</p>
E2	<p>“(…) há vantagens diretas e indiretas (...) à questão dos impostos, se houver mais eficácia no combate à fraude, toda a gente beneficiará, porque o princípio da equidade fiscal poderá ter um maior aprofundamento e concretização, o que se traduzirá em mais contribuintes a pagar os impostos (...) se for recuperado um carro furtado, associando-se ao sistema listas de veículos furtados, também aqui, perante as pessoas em concreto, podemos proporcionar-lhes resultados muito visíveis e muito concretos, que representam resolução de problemas de segurança, ou mesmo melhoria do sentimento de segurança (...)”</p>	<p>- “Da parte dos portugueses há vantagens diretas e indiretas”.</p> <p>- “No que respeita à questão dos impostos, se houver mais eficácia no combate à fraude, toda a gente beneficiará, porque o princípio da equidade fiscal poderá ter um maior aprofundamento e concretização, o que se traduzirá em mais contribuintes a pagar os impostos, consequentemente, no alargamento da base tributária (...)”.</p> <p>- “Por exemplo, mesmo nesta fase, que poderá ser no curto prazo, se for recuperado um carro furtado, associando-se ao sistema listas de veículos furtados, também aqui, perante as pessoas em concreto, podemos proporcionar-lhes resultados muito visíveis e muito concretos, que representam resolução de problemas de segurança, ou mesmo melhoria do sentimento de segurança (...)”.</p> <p>- “(...) que quanto mais conseguirmos combater os tráficos ilícitos, mais salutar será a concorrência entre empresas (...) contribuir para uma concorrência mais leal entre os agentes económicos, pelo incremento da</p>

	salutar será a concorrência entre empresas (...) contribuir para uma concorrência mais leal entre os agentes económicos, pela incremento da percepção do risco de deteção de atividades fraudulentas (...).".	perceção do risco de deteção de atividades fraudulentas que este sistema pode proporcionar".
--	---	--

Fonte: Elaboração própria.

Quadro n.º 23 - Análise da Questão 19.

N.º de entrevistado	Resposta	Excertos de argumentação
E1	“(…) idêntica a qualquer outra operação sobre dados pessoais, por meios manuais ou automatizados (...) cidadãos estarão já familiarizados com o recurso a esta (...) razoabilidade no recurso a esta forma de tratamento de dados com fins de prevenção e investigação criminal (...) em causa formas de criminalidade mais gravesas”.	<ul style="list-style-type: none"> - “(...) não sendo propriamente uma prática inovadora, representa uma ingerência na privacidade dos cidadãos em tudo idêntica a qualquer outra operação sobre dados pessoais, por meios manuais ou automatizados.” - “(...) os cidadãos estarão já familiarizados com o recurso a esta tecnologia no tratamento de dados pessoais (...) como é o caso da cobrança eletrónica de portagens ou o controlo de acessos a zonas reservadas, designadamente em parques de estacionamento.” - “Em causa estará sobretudo uma diferenciação ao nível da finalidade do tratamento (...)” - “(...), afigura-se que o cidadão médio reconheça razoabilidade no recurso a esta forma de tratamento de dados com fins de prevenção e investigação criminal, particularmente se estiverem em causa formas de criminalidade mais gravesas”.
E2	“(…) inevitavelmente têm ingerências na vida das pessoas e na sua privacidade (...) em função dos problemas específicos de cada país essa ingerência pode ser mais tolerada ou menos tolerada (...) talvez devesse merecer adequada ponderação a nossa predisposição, enquanto sociedade, para ceder as nossas liberdades e garantias e permitir uma maior ingerência na nossa privacidade em prol de interesses e realizações superiores conducentes, por exemplo, a uma maior eficácia no combate à fraude e evasão fiscal (...) necessário é encontrar um ponto de equilíbrio em função das ameaças a que, enquanto sociedade e enquanto país, temos de fazer face (...) parece-me que a ameaça da evasão e da fraude tributárias justificará plenamente um nível de cedência dos direitos e	<ul style="list-style-type: none"> - “Sistemas do tipo do ANPR, inevitavelmente têm ingerências na vida das pessoas e na sua privacidade”. - “É fácil perceber que em função dos problemas específicos de cada país essa ingerência pode ser mais tolerada ou menos tolerada”. - “(...) se considerarmos que, de acordo com as estatísticas e estudos internacionais e nacionais publicados nos últimos quinze anos, um quarto da nossa economia, na ordem dos vinte e cinco por cento, ou seja, um em cada quatro euros, não paga impostos, talvez devesse merecer adequada ponderação a nossa predisposição, enquanto sociedade, para ceder as nossas liberdades e garantias e permitir uma maior ingerência na nossa privacidade em prol de interesses e realizações superiores conducentes, por exemplo, a uma maior eficácia no combate à fraude e evasão fiscal, obtendo-se como contrapartida uma maior equidade fiscal na sociedade e uma maior capacidade de redistribuição pelo estado da riqueza produzida”. - “que se torna necessário é encontrar um ponto de equilíbrio em função das ameaças a que, enquanto sociedade e enquanto país, temos de fazer face, e, nessa medida, parece-me que a ameaça da evasão e da fraude tributárias justificará plenamente um nível de cedência dos direitos e das liberdades muito maior que aquela que hoje existe, em prol da segurança e dos princípios da justiça e da equidade fiscal.”

	<p>das liberdades muito maior que aquela que hoje existe, em prol da segurança e dos princípios da justiça e da equidade fiscal (...) podemos contribuir, como é nossa obrigação para a segurança do espaço comunitário, o espaço em que todos os países têm uma quota-parte de responsabilidade para garantir a segurança do todo (...) julgo que podemos e devemos estar predispostos a ceder mais do que aquilo que temos cedido (...)."</p>	<p>- "Se queremos também usufruir de uma Europa sem fronteiras e segura, da qual também somos parte, não podemos ser uma âncora e um refúgio de criminosos de outros países, e portanto, também através deste sistema, podemos contribuir, como é nossa obrigação para a segurança do espaço comunitário, o espaço em que todos os países têm uma quota-parte de responsabilidade para garantir a segurança do todo e, nessa medida, julgo que podemos e devemos estar predispostos a ceder mais do que aquilo que temos cedido na nossa privacidade para se alcançar esse desiderato"</p>
--	---	--

Fonte: Elaboração própria.

Quadro n.º 24 - Análise da Questão 20.

N.º de entrevistado	Resposta	Excertos de argumentação
E1	<p>"(...) Identificação (...) comportamento (através da localização e referenciação de um veículo) e localização (através da localização espacial e temporal de um determinado veículo)".</p>	<p>- "(...) permite tecnicamente a obtenção de elementos potencialmente identificadores como a imagem do veículo, a imagem do condutor (excecionalmente), os caracteres da matrícula do veículo, a localização espacial do veículo e a localização temporal do veículo."</p> <p>- "(...) vislumbro que as categorias de dados suscetíveis de serem objeto de tratamento com recurso a esta tecnologia são (...) identificação (ainda que tendencialmente seja um tratamento residual, por via da imagem do condutor, só em circunstâncias muito excecionais), comportamento (através da localização e referenciação de um veículo) e localização (através da localização espacial e temporal de um determinado veículo)".</p>
E2	<p>"(...) relacionam-se com a matrícula, que está associada a um nome (...) com o cruzamento de informação de outras bases de dados, indiretamente, pode-se chegar a muita informação sobre a pessoa (...) como a residência e a morada (...) na fase mais ambiciosa do projeto, que não sei se lá chegaremos (...) associar sistemas externos, por exemplo de informação de âmbito tributário, como é o caso do e-fatura (...) o tipo de informação a que se poderá aceder incluirá seguramente o número de contribuinte de uma pessoa ou de uma empresa (...) permite ter acesso cruzado com outras bases de dados e poderá conduzir, inclusive, ao</p>	<p>- "As categorias de dados pessoais, relacionam-se com a matrícula, que está associada a um nome e que, com o cruzamento de informação de outras bases de dados, indiretamente, pode-se chegar a muita informação sobre a pessoa associada a essa matrícula."</p> <p>- "Não se ignora, no entanto, que a partir da matrícula, pelo cruzamento de sistemas, poderemos ter acesso a informação mais detalhada sobre essa pessoa, como a residência e a morada".</p> <p>- "(...) na fase mais ambiciosa do projeto, que não sei se lá chegaremos porque há barreiras que tem que ser ultrapassadas, será nosso objetivo associar sistemas externos, por exemplo de informação de âmbito tributário, como é o caso do e-fatura, que é um projeto que não é de curto prazo, e que implica que se ultrapassem barreiras, nomeadamente, ao nível da proteção de dados".</p> <p>- "Se assim for, o tipo de informação a que se poderá aceder incluirá seguramente o número de contribuinte de uma pessoa ou de uma empresa".</p> <p>- "O número de contribuinte, permite ter acesso cruzado com outras bases de dados e poderá conduzir, inclusive,</p>

	conhecimento da situação contributiva das pessoas, a informação fiscal no sentido mais abrangente”.	ao conhecimento da situação contributiva das pessoas, a informação fiscal no sentido mais abrangente”.
--	---	--

Fonte: Elaboração própria.

Quadro n.º 25 - Análise da Questão 21.

N.º de entrevistado	Resposta	Excertos de argumentação
E1	“(…) necessidade ou não de realização prévia da avaliação de impacto (…), consulta prévia da autoridade de controlo (CNPd), em função dos resultados dessa avaliação”, “(…) ponderar sobre se (…),” “(…) previsão legal expressa para a utilização de sistemas de vigilância rodoviária (…),” “(…) que decorre da Lei n.º 1/2005 (…),” “(…) face à natureza dos dados a tratar e operações a realizar, cumpre (…), com exigências(…) da (…), Diretiva (EU) 2016/680 (…),” “(…)cuja transposição para o ordenamento jurídico português ainda não ocorreu (…), poderá assumir um papel fulcral (…), em domínios diferenciados da atividade do Estado no que diz respeito à prevenção, investigação, deteção ou repressão de fenómenos específicos de criminalidade (…),”.	<p>– “(…) importa ponderar sobre a necessidade ou não de realização prévia da avaliação de impacto a que alude o artigo 27.º da Diretiva (UE) 2016/680 (…), cuja transposição para o ordenamento jurídico português ainda não ocorreu, caso em que poderá ser necessária a consulta prévia da autoridade de controlo (CNPd), em função dos resultados dessa avaliação.”</p> <p>- “(…) tendo por referência o regime legal vigente, designadamente o que decorre da Lei n.º 1/2005, de 10 de janeiro, com previsão legal expressa para a utilização de sistemas de vigilância rodoviária no seu artigo 13.º, importa ainda ponderar sobre se esta previsão legal, face à natureza dos dados a tratar e operações a realizar, cumpre suficientemente com as exigências que decorrem da referida Diretiva (UE) 2016/680 (…), nomeadamente se acautela amplamente os princípios consagrados no artigo 4.º desta Diretiva.”</p> <p>- “(…) diploma que transpuser esta Diretiva para o ordenamento jurídico nacional poderá assumir um papel fulcral na densificação de alguns dos princípios, com a concretização de restrições e possibilidades em domínios diferenciados da atividade do Estado no que diz respeito à prevenção, investigação, deteção ou repressão de fenómenos específicos de criminalidade (…),”</p>
E2	“(…) no plano da proteção de dados, parece-me que temos uma tradição demasiado conservadora (…), agregação de sistemas externos, que foram autorizados pela proteção de dados para uma determinada finalidade (…), é uma condicionante que se poderá colocar (…), toda a envolvimento relacionada com o sigilo fiscal (…), a questão da armazenagem da informação é, por isso, outra questão a analisar no que respeita ao impacto no plano da proteção de dados”.	<p>- “(…) existe uma versão minimalista, cujos constrangimentos poderão mais facilmente ser superados, e uma versão mais ambiciosa, que pode colocar barreiras de maior dificuldade, uma vez que, no plano da proteção de dados, parece-me que temos uma tradição demasiado conservadora”.</p> <p>- “A agregação de sistemas externos, que foram autorizados pela proteção de dados para uma determinada finalidade, que não a inerente aos objetivos do ANPR, é uma condicionante que se poderá colocar”.</p> <p>- “A conexão a sistemas de informação fiscal, que poderia ser muito importante para potenciar a fiscalização tributária, coloca também questões sensíveis no plano da proteção de dados, por toda a envolvimento relacionada com o sigilo fiscal (…), só podem ser otimizados na plenitude, com a agregação de bases de dados externas (…),”.</p> <p>- “(…) o ANPR não deixa de ser um sistema de informações, tem um servidor central para</p>

		armazenar informação, pelo que a questão da armazenagem da informação é, por isso, outra questão a analisar no que respeita ao impacto no plano da proteção de dados”.
--	--	--

Fonte: Elaboração própria.

Quadro n.º 26 - Análise da Questão 22.

N.º de entrevistado	Resposta	Excertos de argumentação
E1	“(…) posição maioritária e tendencialmente restritiva (...) os instrumentos legislativos e orientadores emanados pela União Europeia (...) têm progressivamente contribuído para uma diferente abordagem (...) implementação de sistemas ANPR (...) amplamente conhecida (...) resultados operacionais de enorme expressão (...) resulta evidenciado do reconhecimento da relevância destes sistemas para indicação ao abrigo dos artigos 36.º e 38.º da Decisão SIS II, conforme consta (...) medidas de execução para o sistema Schengen aprovados pela Decisão de Execução (UE) 2016/1209 da Comissão”	<ul style="list-style-type: none"> - “(...) quando estão em causa necessidades de segurança, a interpretação que vem sendo dada às normas existentes no nosso ordenamento jurídico tem assumido uma posição maioritária e tendencialmente restritiva”. - “(...) os instrumentos legislativos e orientadores emanados pela União Europeia, (...), têm progressivamente contribuído para uma diferente abordagem no equilíbrio entre as necessidades de prevenção e a salvaguarda de direitos, garantias e interesses legalmente protegidos dos cidadãos, procurando ir ao encontro de uma harmonização no designado espaço de liberdade, segurança e justiça, consagrado no Tratado de Lisboa”. - “No caso (...) do recurso à tecnologia ANPR no âmbito das atividades de segurança interna, esta abordagem tem alinhamento com a Estratégia TIC 2020 e com a Estratégia Nacional de Gestão Integrada de Fronteiras.” - “(...) a implementação de sistemas ANPR é já amplamente conhecida em diversos territórios da União Europeia, com resultados operacionais de enorme expressão, o que resulta evidenciado do reconhecimento da relevância destes sistemas para indicação ao abrigo dos artigos 36.º e 38.º da Decisão SIS II, conforme consta no manual SIRENE e em outras medidas de execução para o sistema Schengen aprovados pela Decisão de Execução (UE) 2016/1209 da Comissão”.
E2	“Parece-me que a legislação é demasiado restritiva (...) relativamente a outros países, não podemos ignorar que existe algum fundamentalismo na restrição do acesso a informação fiscal (...) poderá constituir um obstáculo maior é a informação fiscal, que está sempre rodeada de elevada sensibilidade e sigilo (...)”.	<ul style="list-style-type: none"> - “Parece-me que a legislação é demasiado restritiva, ressaltando-se que ainda estamos numa fase de avaliação do impacto ao nível da proteção de dados, mas, pela informação já reunida, a perceção que temos é que é demasiado restritiva”. - “(...) de facto, relativamente a outros países, não podemos ignorar que existe algum fundamentalismo na restrição do acesso a informação fiscal”. - “Mas no caso da nossa missão, o que poderá constituir um obstáculo maior é a informação fiscal, que está sempre rodeada de elevada sensibilidade e sigilo (...)”.

Fonte: Elaboração própria.

Quadro n.º 27 - Análise da Questão 23.

N.º de entrevistado	Resposta	Excertos de argumentação
E5	“(…) devia ser adaptada às funções da UAF (…) lei 1/2005 teria que ser adaptada”	<ul style="list-style-type: none"> - “(…) creio que devia ser adaptada às funções da UAF, porque está na vertente fiscal, tributária e aduaneira enquanto que esta lei 1/2005 estará mais vocacionada para situações de uma repressão criminal, investigação criminal e para fenómenos de criminalidade mais grave e penso que a UAF não é para esse tipo de situações.” - “Para fins de controlo, fiscal e aduaneiro, na minha opinião, esta lei 1/2005 teria que ser adaptada (…).” - “(…) teria que ser adaptada quer para estas novas funções que a GNR queria implementar através do uso desta tecnologia, na minha opinião, porque nem é rodoviária nem é prevenção e repressão para crimes graves”.
E6	“Para estes sistemas de controlo, isto aqui está muito genérico, esta lei não serve para regular nada”.	<ul style="list-style-type: none"> - “(…) mas acho que isto não está muito claro e eu teria pensado isto mais para os radares e para vídeos e coisas assim.” - “(…) A tecnologia aqui não é falada especificamente, nem é claro que esta tecnologia esteja aqui incluída, e depois isto aqui tem fins penais, contraordenações estradais e não é isso que vocês querem”. - “(…) isto para ser usado em processo penal, também tem que ter força probatória (…) acho que isto não é suficiente para aquilo que querem”.
E7	“(…) terá de haver uma alteração da lei”.	<ul style="list-style-type: none"> - “(…) há vantagens em que haja uma previsão legal específica, até para se poder legitimar melhor a utilização da tecnologia e para que os titulares dos dados possam também saber até que ponto podem ser afetados”. - “Se se pretende utilizar essa tecnologia para o fim tributário, fiscal e aduaneiro, eu penso que terá de haver uma alteração da lei”.

Fonte: Elaboração própria.

ANEXOS

ANEXO A _ TRANSCRIÇÃO DO TEOR DA FICHA DE REGISTOS EFETUADOS NA CNPD PELA GNR PARA TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

Dados relativos à entidade: GNR - GUARDA NACIONAL REPUBLICANA

MORADA: LARGO DO CARMO

Código Postal: 1294 LISBOA

Finalidade do Ficheiro: Gestão de Pessoal Criado em: 1/1/1985

Dados Registados: Dados Identificação; Dados de Contacto; Dados Biométricos;

Dados Económicos/Financeiros; Dados referentes ao emprego; Dados Académicos/Profissionais; Dados Condição Social;

Descrição: Informação nuclear para a gestão de pessoal, vencimentos e área operacional

Tempo de conservação dos dados: Enquanto o titular exercer a atividade

Como exercer o direito de informação/retificação: Solicitação pessoal

Historial do Ficheiro: Notificação em 09-03-1995

Registo do Ficheiro em 13-04-1995

Arquivamento do Registo em 26-04-1995

Finalidade do Ficheiro: Gestão Administrativa Criado em: 12/12/1996

Dados Registados: Dados Identificação; Dados de Contacto; Dados Académicos/Profissionais;

Descrição: Embarcações: Controlo de entrada e saída em portos nacionais, com registo dos seus tripulantes.

Países da União Europeia a quem são comunicados dados: França

Tempo de conservação dos dados: Os dados são eliminados desde que não se tornem necessários às acções a cargo da GNR, nomeadamente: se houver conhecimento do abate da embarcação; se a "embarcação suspeita não entrar em Portugal durante um período superior a 10 anos

Como exercer o direito de informação/retificação: Solicitação pessoal ou escrita

Historial do Ficheiro: Notificação em 12-12-1996

Arquivamento do Registo em 13-12-1996

Registo do Ficheiro em 13-12-1996

Finalidade do Ficheiro: Gestão de Processos Clínicos

Criado em: 11/1/1998

Dados Registados: Dados Identificação; Dados de Contacto; Dados Académicos/Profissionais; Dados Económicos/Financeiros; Dados de Transações;

Descrição: Produção do cartão de beneficiário da ADMG. Tratamento automático das comparticipações relativas à facturação de clínicas e hospitais convencionados.

Tempo de conservação dos dados: 2 anos

Como exercer o direito de informação/retificação: Solicitação pessoal ou escrita.

Historial do Ficheiro: Notificação em 08-10-1999

Arquivamento do Registo em 13-10-1999

Registo do Ficheiro em 13-10-1999

Reabertura do Registo em 15-10-2003

Deliberação Nr.141 em 16-12-2003

Arquivamento do Registo em 17-12-2003